



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA

Kátia Alves Fukushima

**O Governo Chávez e a Luta pelo Poder na Venezuela: uma
análise dos atores políticos em conflito**

São Carlos
2009

Kátia Alves Fukushima

**Governo Chávez e a Luta pelo Poder na Venezuela: uma
análise dos atores políticos em conflito**

Dissertação apresentada, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Sousa Braga

**São Carlos
2009**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F961gc

Fukushima, Kátia Alves.

O governo Chávez e a luta pelo poder na Venezuela :
uma análise dos atores políticos em conflito / Kátia Alves
Fukushima. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
117 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2009.

1. Democracia. 2. Venezuela - política e governo. 3.
Relação de poder. I. Título.

CDD: 321.4 (20ª)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Kátia Alves Fukushima

24/08/2009

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Rafael Duarte Villa
Universidade de São Paulo/USP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 10:30h no dia 24/08/2009.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dr. Rafael Duarte Villa

Homologado na CPG-PPGPOL na
10^a. Reunião no dia 27/08/2009.

Prof. Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo
Coordenador do PPGPOL

À minha mãe, minha razão de ser...
Às minhas irmãs e irmão, em especial, minha irmãzinha Vitória, a quem quero mostrar o
valor do conhecimento...
Ao Rafa, a quem devo o incentivo e a vitória de conseguir entregar este trabalho...

Dedico especialmente à Luta dos Povos Latino-americanos!

AGRADECIMENTOS

A tarefa de escrever uma dissertação não é fácil, passamos por várias fases. Fases, estas, que incrivelmente e felizmente não passamos sozinhos. Com várias pessoas pude compartilhar as alegrias e vitórias, as angústias e as tristezas. Cada pessoa que passou em minha vida nestes anos de mestrado contribuiu direta ou indiretamente para a entrega desta dissertação. Através de apoios, de discussões, opiniões, torcidas, correções, ideias, sermões e como não citar aqueles que ouviram as reclamações, lamentações ou aturaram a famosa crise de mestrado, a qual, em seus mais variados graus, a maioria das pessoas que estão nesta fase deve passar. O fato é que jamais podemos dizer que um trabalho é fruto de um ser individual. Assim, quero agradecer aos amigos e professores que participaram – de diversas maneiras – da construção deste trabalho. Provavelmente, não conseguirei citar o nome de todos, mas quero que todos se sintam representados e recebam o meu agradecimento pelos que aqui estiverem citados.

Agradeço ao Rafa, uma pessoa muito especial, que participou de todas as fases do mestrado. Obrigada Ra, pelo companheirismo, por lutar junto comigo, por chamar minha atenção, por aguentar minhas lamentações, por ter encontrado o *e-mail* do C3, pelas ideias, correções e principalmente por ter me ajudado tanto nessa fase mais apertada, que sem você me incentivando, não teria conseguido entregar.

Agradeço ao meu querido amigo Gustavo que juntos estudamos rumo ao mestrado e que partilhamos da vitória de entrarmos na UFSCar. Obrigada meu amigo por me ajudar no abstract dessa dissertação. Agradeço ao meu amigo Rui Jorge, a quem admiro tanto: obrigada meu amigo pelo carinho, por ter me dado o contato da professora Francis que me foi muito útil.

Agradeço ao Rodrigo, a Rita, ao Fabrizio, ao Leandro, amigos que conheci no mestrado. Agradeço às minhas amigas Fabrícia, Natália e Erika por me incentivarem e terem a ideia de mandar um *e-mail* para nossa classe para eu conseguir o apoio para ir à Brasília na Embaixada da Venezuela. Assim, aproveito para agradecer a todos que me apoiaram neste momento: à professora Socorro, aos amigos e amigos dos amigos.

À minha querida amiga Fabrícia também agradeço pela amizade e por compartilhar das minhas angústias. Ao meu amigo Fábio pelo carinho e pelo apoio.

Agradeço ao meu amigo Cido que me apresentou as meninas do Bloco 15, a estas agradeço de todo coração por me receberem com tanto carinho como mais um membro do Bloco. Agradeço a Lílian, a quem admiro e tenho orgulho de dizer que é minha amiga;

Agradeço a minha querida amiga Tainá com muito carinho pela amizade, pela torcida e por ouvir minhas crises existenciais. Agradeço à minha amiga Flávia, ao meu amigo Feijão, aos amigos e amigas do Bloco K e do antigo Bloco E. Agradeço ao Paulo do Neab.

Agradeço ao pessoal do CREAS II – companheiros de trabalho – em especial agradeço a Vivian – uma pessoa admirável e ao meu amigo Luciano, pela amizade desde nossa graduação e pela compreensão e apoio em me liberar do trabalho nos dias mais apertados da construção desta dissertação. Agradeço a Na e o Berti por me emprestarem o monitor.

Agradeço a minha amiga e irmã Vinha por sempre estar do meu lado. A minha amiga Leca pela eterna amizade e por sempre torcer por mim. A Tutu pelo carinho. Ao Beto e a Zanza. Obrigada Beto e Vi por me emprestarem o computador, me ajudou muito.

Agradeço ao Corvo pela mala emprestada e que não pude devolver; A minha querida amiga Paty pela amizade e por ter me levado ao aeroporto. Agradeço de todo coração a minha amiga Ana Amélia, pelo carinho e por ter me buscado no aeroporto quando cheguei. Agradeço também ao Robertinho e a Robertinha pela atenção.

Agradeço a todos meus amigos...

Agradeço a professora Francis (Roraima) pela atenção, por sempre ter respondido os meus *e-mails*, pela carta de recomendação e pelo contato de seu amigo venezuelano Marlon.

Agradeço a todas as pessoas que conheci na Venezuela pela solidariedade, simpatia e amizade. Agradeço ao Marlon, grande amigo, por me receber em sua casa, pela ajuda, conversas, ensinamentos, pelos contatos, e por me apresentar o *loropo*. Agradeço ao Oscar pela amizade, pela orientação sobre a minha dissertação e por me apresentar junto com a Carla (uma amiga muito especial) alguns lugares de seu país. Agradeço ao peruano Kilka, por me avisar dos foros. À Luz Melly (de Últimas Noticias) pela atenção, pelas dicas e pela entrevista. A professora Maryclen Stelling pela atenção e pela conversa maravilhosa sobre o tema desta dissertação e pelos contatos. Ao professor Miguel Angel Contreras, pela atenção, pelas aulas na UCV, e pela orientação. Ao Aram Aharonian pela entrevista e pela atenção. À Olga Dragnic pela maravilhosa conversa e dicas sobre minha pesquisa. Ao pessoal do *El Universal* que me permitiram tirar cópias de alguns arquivos dos jornais. Ao Ministério de Comunicação e Informação, na figura de Gabriel Gonzalez, que me concedeu vários livros publicados pelo Ministério. Agradeço ao pessoal da Biblioteca Nacional, em especial, aos funcionários da Hemeroteca Nacional.

Faço um agradecimento especial a minha “mami” Santa – quem me recebeu em sua casa como uma filha. Agradeço com muito carinho a minha família venezuelana – Família Durand: *mi papi Fredy, mi hermanito Jorge, mi “mami” Santa e Elisa*. Obrigada pela

solidariedade, pelo apoio, pela atenção, pelo carinho. Família revolucionária, socialista, que admiro muito. Vocês foram muito especiais para mim e, embora, distantes, estarão sempre no meu coração.

Agradeço ao Nelson Gonzalez, conselheiro do embaixador da Venezuela no Brasil, pela atenção. Agradeço ao Omar Rincón e ao *Centro de Competência en Comunicación para América Latina* pelo apoio financeiro e pela oportunidade de publicar um artigo que agora faz parte de um livro.

Agradeço a Cris, secretaria do Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais pela atenção. Agradeço também as secretárias do Departamento de Pós-graduação em Ciência Política. Agradeço a todos os professores que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação.

Faço um agradecimento especial à minha orientadora Maria do Socorro Sousa Braga, pela orientação, pelo apoio e pela compreensão. Obrigada professora, tenho muito orgulho de dizer que fui orientada por você.

Agradeço ao professor Rafael Villa, membro da Banca Examinadora, a quem foi gentilmente atencioso e compreensivo. Muito obrigada professor pelos comentários na minha qualificação e pelos livros emprestados, que me ajudaram muito no desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço também a professora Vera Cepêda, membro da Banca Examinadora, por aceitar examinar o meu trabalho e pela compreensão, dado o prazo que deixei para ler o mesmo.

Assim, deixo meus agradecimentos. Muito obrigada!

Os inícios de um novo mundo, sempre ásperos e pedregosos são superiores à decadência de um mundo em agonia e aos cantos de cisne que ele produz.

Antônio Gramsci

RESUMO

O objetivo principal deste estudo consiste em analisar os fatores que explicam as reações dos setores oposicionistas ao governo de Hugo Chávez entre 2001 e 2004. A compreensão destas reações é buscada tendo como pano de fundo a ruptura com o regime democrático liberal ocorrido a partir de 1999, com a ascensão deste presidente, inaugurando o que o mesmo denomina “democracia participativa e protagônica”. Para alcançar seus objetivos este trabalho se empenha inicialmente em entender o regime político no país desde a construção da democracia liberal em torno do Pacto de *Punto Fijo*, passando por sua crise durante os anos 1980, até a vitória de Chávez em 1998. Por fim, apresenta algumas interpretações sobre as transformações políticas e institucionais ocorridas com o novo governo e o que as mesmas passam a representar para os setores ligados ao antigo regime que se colocam na oposição. As conclusões obtidas indicam que as reações destes setores ao governo iniciado em 1999, resultaram de seu desalojamento do poder, e não como afirmavam de sua insatisfação com o “autoritarismo” do novo regime. O que eles perseguiam, no limite, era o controle do Estado, permitido pelo caráter minimalista da democracia pré-Chávez.

Palavras chaves: Governo Chávez, Democracia Liberal, Democracia Participativa, Luta pelo Poder.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the factors that explain the reactions of the opposition sectors to the government of Hugo Chávez between 2001 and 2004. The understanding of these reactions is searched having as background the break with the liberal democratic regime occurred in 1999, with the up rise of this president, inaugurating what it calls “democracia participativa y protagónica”. To achieve its objectives this work try to understand initially the political regime in the country since the construction of liberal democracy around the Pact of *Punto Fijo*, through its crisis during the 1980s, until the election of Chavez in 1998. Finally, we present some interpretations on the political and institutional changes occurred with the new government and what they may represent in the sectors linked to the former regime that arise in opposition. The findings indicate that the reactions of these sectors to the government initiated in 1999, resulted from its displacement from the power, and not as they stated in their dissatisfaction with the "authoritarianism" of the new regime. What they pursued was the control of the state, allowed by the minimalist nature of democracy pre-Chávez.

Keywords: Chávez government, Liberal Democracy, Participatory Democracy, Fight for Power.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: % de Votos Obtidos pelos Presidentes Venezuelanos (1947-2000).....	39
TABELA 2: Indicadores Sociais.....	50
TABELA 3: Percentual de Abstenção nas eleições presidenciais de 1958 a 2000.....	53
TABELA 4 % de Cadeiras por Partidos na Câmara dos Deputados da Venezuela (1958-2000).....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo I: A QUEBRA DA HEGEMONIA: DE UMA DEMOCRACIA A OUTRA.....	15
1.Introdução.....	16
2.A democracia e suas diversas concepções modernas.....	16
3.Democracia Representativa e Democracia Participativa na Venezuela.....	23
4.Conclusão.....	31
Capítulo II: DA DEMOCRACIA LIBERAL AO ADVENTO DE CHÁVEZ.....	33
1.Introdução.....	34
2.Os atores de <i>Punto Fijo</i> e a consolidação da democracia.....	35
3.A importância do Petróleo e da PDVSA na conciliação dos atores <i>puntofijistas</i> ...	43
3.1 – A economia venezuelana do auge à crise.....	45
4.A Crise do Pacto de <i>Punto Fijo</i> e o Declínio do Sistema Partidário.....	52
5.Por que Chávez?.....	57
6.Conclusão.....	65
Capítulo III: A LUTA PELA HEGEMONIA: GOVERNO CHÁVEZ X OPOSIÇÃO.....	67
1.Introdução.....	68
2.O que representa o governo Chávez: rupturas ou continuidades?.....	69
3.Que oposição?.....	75
3.1 – PDVSA: a indústria petrolífera do Estado em oposição ao Governo.....	77
3.2 – Fedecámaras: o empresariado na oposição.....	80
3.3 – A relação: meios de comunicação x Governo Chávez.....	83
4.Atores políticos em conflito: reações antidemocráticas em defesa da democracia.....	87
4.1 – O golpe de abril de 2002.....	89
4.2 – Sabotagem Petrolífera (dezembro de 2002 – fevereiro de 2003).....	92
4.3 – Referendo Revogatório Presidencial de 2004.....	95
5.Conclusão.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
ANEXOS.....	109

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar os fatores que moveram os atores políticos (partidos e grupos de interesses) a reagirem contra o governo Chávez, especialmente no período de 2001 a 2004. Ou seja, quais motivos levaram os setores políticos e econômicos a empreenderem ações contra o presidente Chávez, sobretudo nas paralisações de 2001, no golpe de abril de 2002, na sabotagem petrolífera no fim de 2002 e início de 2003 e no recolhimento de assinaturas para o referendo revogatório presidencial, realizado em 2004.

A Venezuela no início do governo Chávez foi palco de uma aguda disputa hegemônica, caracterizada por greves e golpes empreendidos pelas elites econômicas – com forte campanha nos grandes meios de comunicação. A oposição ao governo neste momento foi peculiar à medida que quem estava à frente das ações opositoras a Chávez não eram os partidos e sim o empresariado, representado pela FEDECÁMARAS, a Indústria Petrolífera (PDVSA) e os Meios de Comunicação.

Entendemos que o presente estudo trata-se da análise de um processo longo e complexo, no qual alguns acontecimentos foram centrais para a compreensão do sistema político venezuelano. Partindo desse entendimento, podemos afirmar que só é possível compreender a história política recente da Venezuela se a analisamos como um processo que se inicia em 1958, com o fim da ditadura de Pérez Jiménez e a instauração da democracia liberal.

Durante três décadas (1960 a 1980) a Venezuela foi considerada um dos países mais institucionalizados da América Latina – um exemplo de governabilidade democrática, que conseguiu consolidar sua democracia representativa a despeito dos outros países latino-americanos que passavam por processos ditatoriais. O regime construído em torno do chamado Pacto de *Punto Fijo* logrou sustentar-se por décadas sem sérios abalos institucionais.

Todavia, parafraseando Karl Marx “Tudo que é sólido se desmancha no ar”. A estabilidade democrática se esvai, quando no final da década de 1980 o sistema político venezuelano entra em crise. Os partidos políticos tradicionais, responsabilizados pela crise, por parte dos setores sociais – perdem sua legitimidade, de tal forma que não mais conseguem representatividade no cenário político. Em meio a esse contexto de quebra do sistema político e econômico venezuelano, Hugo Chávez – um *outsider* do cenário político - alcançou o poder em 1998 realizando críticas à administração dos atores *puntofijistas*.

A crise de representatividade e a ascensão de Chávez nos fazem indagar o porquê os partidos tradicionais (AD e COPEI) considerados o carro chefe do processo *puntofijista* não

conseguiram responder à crise econômica da década de 1980. Quais os fatores que levaram a ruptura da ordem vigente? O que explica a vitória de Chávez nas eleições de 1998? Soma-se a essas indagações nossa questão central, qual seja: quais fatores explicam a reação dos setores econômicos ao governo Chávez de forma tão incisiva, inclusive por meios antidemocráticos, no período de 2001 a 2004.

Para responder a estas questões dividimos este trabalho em três capítulos. No primeiro foi realizado um debate teórico sobre as diversas concepções de democracia. Por meio deste debate procuramos contextualizar a ruptura ocorrida em 1999 na Venezuela como sendo uma quebra da democracia liberal alicerçada no Pacto de *Punto Fijo* e na Constituição de 1961. No segundo capítulo apresentamos uma descrição do processo de construção da democracia liberal na Venezuela a partir de 1958, para em seguida avaliarmos as razões e consequências de sua crise nos anos 1980 e 1990. Por meio de uma análise pluralista procuramos encontrar nas diversas variáveis analíticas os fatores explicativos do auge e da crise deste regime, bem como da ascensão de Hugo Chávez. No terceiro e último capítulo desenvolvemos uma análise dos anos iniciais do governo Chávez. Debates particularmente sua concepção de democracia, cristalizada na Constituição de 1999, de olho nas rupturas que ela apresenta frente ao período anterior, e nas reações a ela.

I**A QUEBRA DA HEGEMONIA: DE
UMA DEMOCRACIA A OUTRA**

1. Introdução

O entendimento das estratégias dos atores políticos nos acontecimentos ocorridos na Venezuela a partir da eleição de Hugo Chávez, meta última deste trabalho, passa pela avaliação dos pilares da democracia neste país. A existência de diversas concepções de democracia permite que muitas vezes ocorram situações paradoxais, nas quais a democracia seja ameaçada em nome dos “interesses da democracia”.

Neste capítulo nossa proposta consiste em apresentar as principais concepções de democracia, discutidas com base em seus principais teóricos. Após tal síntese teórica, a seção seguinte realiza uma contextualização da realidade Venezuelana a teoria apresentada. Neste sentido, busca-se entender a ruptura de 1998, à luz de deficiências da democracia instaurada desde 1958. A mudança de concepção democrática, vista na contraposição das duas Constituições – de 1961 e de 1999 – que dão sustentação legal aos sistemas políticos estudados é debatida.

Com base neste debate pretende-se abrir às indagações a serem respondidas pelos capítulos seguintes. Quais as razões que levaram à insustentabilidade da democracia do Pacto de *Punto Fijo*, nos anos 1990? Quais fatores explicam as estratégias levadas a cabo pelos atores políticos após a ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1998?

2. A democracia e suas diversas concepções modernas

A democracia no seu sentido etimológico corresponde à forma de governo na qual o poder é exercido pelo povo ou pelo maior número de pessoas. Ou seja, é o Governo do povo - (*demos*: povo; *kratos*: governo), diferente da monarquia, forma de governo exercido por um único representante; e da aristocracia, cujo governo é exercido por uma minoria.

Historicamente este conceito foi expandindo-se, até modernamente desmembrar-se em algumas qualificações. Neste sentido, democracia tem se tornado um conceito amplo e vago com pouca capacidade de definição. Como afirma Sartori (1994, p. 23): “embora democracia tenha um sentido literal preciso, não nos ajuda a entender o que é de fato uma democracia”. Por esta razão, são usados qualificativos que buscam explicar de “qual” democracia estamos falando. Democracia liberal, democracia representativa, democracia social, democracia

populista, democracia procedimental ou formal, democracia direta, democracia participativa, são algumas dentre tantas concepções de democracia.

Esta dificuldade em estabelecer-se um conceito padrão para democracia nos leva, seguindo Méndez (2004), a utilizar a concepção de democracia de Abraham Lincoln – “governo do povo, pelo povo e para o povo” – como uma síntese das dimensões da democracia em seu uso contemporâneo, quais sejam: (a) democracia liberal (política ou formal) que corresponde à idéia de governo do povo; (b) democracia participativa ou direta que corresponde ao governo exercido pelo povo e; (c) democracia social ou substantiva: governo para o povo. A partir desta síntese – do povo, para o povo e pelo povo – desenvolveremos a seguir algumas das principais concepções de democracia, que encontramos nas sociedades contemporâneas.

As formas de democracia representativa são as mais encontradas nas sociedades modernas. Sua origem encontra-se quando, a partir da formação dos Estados Nacionais, autores como Schumpeter (1984) passaram a questionar a teoria clássica e, logo, a ideia de “bem comum” – a vontade geral do povo. Segundo Schumpeter (1984), o “governo do povo” se dá quando o povo chega às decisões políticas através de debates realizados com a presença física de todos, tal como ocorria nas *polis* grega. Quando foram se formando os grandes Estados territoriais, tal conceito tornou-se incompatível com a realidade. Assim, nos Estados modernos apenas a democracia representativa, distinta da democracia clássica, viabilizaria um regime não-autoritário. No caso da democracia representativa, ou Estado Representativo (República), Madison afirma que a ação governativa é delegada a um pequeno número de cidadãos eleitos pelos outros. E, no limite, essa delegação pode ampliar sua influência sobre o maior número de cidadãos e sobre uma maior extensão territorial. (MADISON *apud* BOBBIO, 1987, p. 150).

Segundo Bobbio, Alexis de Tocqueville consagra – com sua obra “Da democracia na América”, os Estados Unidos como a forma autêntica da democracia dos modernos, contraposta à democracia dos antigos, que não reconhece nenhum ente intermediário entre o indivíduo e o Estado.

A consolidação da democracia representativa se deu a partir do processo de democratização compreendido pelo sufrágio universal, pelo desenvolvimento do associacionismo político até a formação dos partidos de massas. Os partidos políticos, no limite, surgem como organizações que facilitariam a formação de uma vontade coletiva em sociedades caracterizadas pela pluralidade de grupos e por fortes tensões sociais.

Arend Lijphart (2003), em sua obra “Modelos de Democracia”, aponta que apesar das divergências na definição e na avaliação da democracia “representativa” há um ponto em que muitos estudos contemporâneos concordam, qual seja: os requisitos mínimos necessários a uma democracia, proposto pelo cientista político norte americano Robert Dahl (2005). Tais requisitos são: (1) liberdade de formar e aderir organizações; (2) liberdade de expressão; (3) direito ao voto; (4) elegibilidade para cargos públicos; (5) direitos de líderes políticos disputarem acordos e votos; (6) fontes alternativas de informação; (7) eleições livres e idôneas e; (8) instituições capazes de fazer com que as políticas governamentais dependam do voto e de outras manifestações da vontade popular.

A partir da análise desses oito requisitos, Dahl (2005) afirma que estes constituem em duas dimensões teóricas de democratização: sistema de contestação pública e inclusividade do regime. Para Lijphart (2003) a democracia, tal como definida por Dahl, consiste em um fenômeno do século XX. Dahl concebe a democracia como um sistema ideal e denomina os sistemas políticos existentes (considerados democráticos) como Poliarquias. Nas palavras deste autor:

As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública. (2005, p. 31)

Dahl, para operacionalizar empiricamente o modelo poliárquico, estabeleceu algumas variáveis básicas da poliarquia que se apóiam nas duas dimensões analíticas: a participação política e a institucionalização (ou competição) política. O autor ainda nos traz uma discussão de suma importância sobre a ideia de tolerância entre governo e oposição. Este autor descreve um regime democrático como “fruto de um cálculo de custos e benefícios feito por atores políticos em conflito”. Assim, quanto maior o conflito entre um governo e seus oponentes, mais difícil se faz a tolerância de cada um para com o outro. A esse respeito, o autor aponta três axiomas:

1. A probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta com a diminuição dos custos esperados da tolerância;
2. A probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta na medida em que crescem os custos de sua eliminação
3. Quanto mais os custos da supressão excederem os da tolerância, tanto maior a possibilidade de um regime competitivo (Dahl, 2005, p. 37).

Observando a concepção de democracia de Dahl, podemos perceber sua proximidade à definição schumpeteriana que aponta a democracia como um método político – um arranjo institucional para se alcançarem às decisões políticas (legislativa e administrativa). Isto é, a luta competitiva pelo voto livre da população.

Na democracia liberal representativa o governo não deve responder necessariamente às preferências ou desejos que efetivamente o eleitorado tenha em cada momento dado, senão aos seus interesses “reais” e racionais, que podem não corresponder àqueles. É um governo responsável no sentido de que não deve guiar-se pelo próprio interesse, senão pelo do povo, pois ao término do mandato deve prestar contas de sua gestão submetendo-se ao veredicto popular mediante o voto; mas durante o tempo para o qual foi eleito como representante, é livre para interpretar em que consiste o interesse do eleitorado; não é, portanto, um mero agente deste e não deve estar submetido ao mandato imperativo, nem a revogação. (REY, 1998, p. 324).

Devido a este aspecto, Méndez (2004) postula que nestas formas de governo o povo não governa, o que a leva a qualificar estas democracias como indiretas, na medida em que os cidadãos elegem os representantes que governarão por eles. Desta forma, as características que definem um regime mais ou menos democrático não se encontram nas decisões ou nos resultados da efetiva governabilidade (*accountability*), mas sim nos procedimentos de eleição dos efetivos governantes.

Esta forma de regime político enquadra-se na concepção de democracia mínima. De acordo com a qual basta aplicar uma forma composta de regras e procedimentos e por essa via se pode chegar à plena democracia. Os defensores desta concepção parte, neste caso, do suposto de que através da liberdade e da garantia dos direitos individuais se alcançará a igualdade (relativa), o outro valor originário da democracia liberal (MÉNDEZ, 2004, p. 21). Nesta mesma linha, Linz (1987) define a democracia como um regime que apresenta liberdade para criar partidos políticos e para realizar eleições livres e honestas a intervalos regulares, sem excluir nenhum cargo político efetivo da responsabilidade direta ou indireta frente o eleitorado.

A exclusão da competência política de partidos não comprometidos com a via legal de consecução do poder – que na realidade se limita a exclusões que possam fazer-se efetivas (de partidos menores ou de indivíduos de modo temporal ou parcial, como o controle de antecedentes políticos de funcionários) – não é incompatível com as garantias de competência livre em nossa definição de democracia. (LINZ, 1987, p. 18)

Além deste aspecto, o minimalismo da democracia procedimental, tem, segundo Barber, citado por Méndez (2004), a capacidade de promover o consenso quando a meta a ser atingida consiste na convivência com o dissenso. Outra característica positiva da democracia representativa liberal reside em sua fácil empiricidade. Este ponto já foi destacado por Huntington (1995), para quem a definição minimalista da democracia é conveniente em sua aplicação empírica por sua precisão analítica que facilita a medição e permite classificar os regimes em menos ou mais democráticos de acordo com as regras e procedimentos.

Como vimos acima, existe uma trilha conceitual que nos permite apresentar, a concepção de democracia indireta (liberal, representativa, formal, procedimental, poliárquica, eleitoral ou política) como forma de governo “pelo povo”. Em outras palavras, o que sintetiza esta concepção de democracia são a inviabilidade da democracia direta, a necessidade da escolha de representantes e a definição de procedimentos transparentes e equânimes para a definição e eleição destes representantes.

Não raramente, esta concepção de democracia acima apresentada é bastante criticada por não agregar, ou por subvalorizar a variável igualdade, que juntamente com a liberdade formariam a concepção de democracia liberal clássica. Esta subvalorização ocorreria devido à irrelevância conferida aos resultados obtidos pelos governantes. Em outras palavras:

*Quizás la conducta de muchos gobiernos creados por medio de elecciones puedan ser ineficientes, corruptas, dominadas por intereses concretos, incapaces de adoptar las políticas que exige el bien público; **por supuesto, esto los convierte en gobiernos indeseables, pero no en gobiernos no democráticos.** (MÉNDEZ, 2004, p. 23) [Grifo da autora]*

Neste sentido, existem outras maneiras de se avaliar a solidez de um regime democrático. Se por um lado a democracia é apresentada como um sistema de governo que se pode avaliar segundo o apego a prosseguimentos centrados em eleições competitivas ou em liberdades e garantias necessárias ou suficientes para a existência dessas eleições. Por outro, há autores que argumentam que a democracia deve definir-se e avaliar-se não só por seus procedimentos senão também por seus resultados, isto é, por sua capacidade como regime político em produzir uma maior soma de bem-estar para população. A primeira definição de democracia, como dito, se denomina minimalista (procedimental ou política). A segunda social, substancial ou cultural (MÉNDEZ, 2004).

Assim, a consolidação da democracia representativa não impossibilitou a existência de formas de democracia direta, embora em situações secundárias. Ao contrário, este ideal, como a única e verdadeira democracia, jamais desapareceu, sendo defendido por grupos políticos

radicais, que sempre consideraram a democracia representativa como um condenável ou errôneo desvio da idéia de governo do povo, pelo povo e através do povo.

Seguindo a terminologia de Dahl (1989), Rey (1998) utiliza o conceito de democracia populista, no qual a soberania da maioria é vista como pilar de sustentação dos regimes democráticos. Ou seja, o modelo populista, ao contrário do liberal, tem como meta um governo que responda prioritariamente aos desejos e preferências efetivas da maioria dos eleitores e, que estes exerçam o máximo controle sobre os representantes eleitos. Os ideais básicos do modelo “populista” são a igualdade política, a soberania popular e o governo da maioria. Neste caso, os representantes devem estar submetidos ao mandato imperativo e eventual revogação por parte dos representados.

Este formato de democracia populista, nos termos de Rey, é fortemente criticado por adeptos da democracia representativa. A crítica liberal a esta concepção de democracia se centra em apontar os perigos da demagogia e da tirania da maioria. Há também objeções a esta democracia de caráter técnico. Neste sentido, Schumpeter já havia criticado a teoria clássica com a ideia de bem comum e de “eleição do povo pelo povo”. Para ele essas ideias carecem de conteúdo real. Por esta razão, o autor reduz a democracia a um procedimento para a seleção de líderes que vão ocupar as posições do governo mediante a competência eleitoral, mas sem que o eleitor tenha nenhum controle positivo sobre o conteúdo das decisões governamentais.

Na mesma linha, Coppedge (2002) aponta a necessidade da concepção de liberalismo barrando os efeitos de uma possível “ditadura da maioria”:

Sin embargo, dentro de la teoría democrática hay otras formas de ver las cosas – el liberalismo – que exige límites en la soberanía de una mayoría popular. Si se pudiese confiar en que las mayorías nunca minaran los procedimientos básicos que hacen posible averiguar y poner en práctica la voluntad de la mayoría, el liberalismo sería innecesario. Pero la tendencia dominante de la teoría democrática durante los pasados 150 años asumido que no se puede confiar en las mayorías, que ceden fácilmente a la tentación de modificar las reglas del juego a favor de sí mismas y en contra de la oposición. (COPPEDGE, 2002, p. 78)

Neste sentido, a democracia social ou substantiva – que se aproxima da definição de democracia populista ponderada por Rey - encobriria, como afirma Dahl (1989), características autoritárias. A contrapartida a estas críticas aponta as deficiências das democracias liberais, por não dispor de mecanismos que reduzam as desigualdades econômicas e sociais. Este fator acaba muitas vezes inviabilizando os regimes democráticos,

na medida em que um grande grupo da sociedade, marginalizado economicamente, acaba sendo dominado por uma pequena parcela, consolidando uma plutocracia.

A democracia social, econômica, substantiva ou cultural leva em consideração o aspecto igualitário por trás do conceito de democracia. No caso destas concepções o governo é administrado “para o povo”. Os interesses imediatos da maioria são buscados muitas vezes em contraposição aos interesses da minoria. Isto ocorre como nos casos de distribuição da renda, tributos progressivos, políticas sociais entre outros em que o Estado promove políticas públicas visando o interesse popular. Como vimos, estas concepções de democracia, apresentadas como populistas por Rey (1998) são bastante criticadas, devido ao risco de se chegar a medidas autoritárias, ou mesmo irracionais quando baseadas no somatório dos interesses individuais de uma maioria.

Por fim, das três concepções de democracia retiradas da citação de Abraham Lincoln, resta apenas tratarmos da democracia participativa. Para Méndez (2004) a democracia participativa ou direta configura uma etapa entre as democracias representativa e a substancial. Para Molina, por sua vez, a democracia participativa consiste em uma forma especial de democracia representativa. Isto porque, formas puras de democracia participativa apenas seriam possíveis em Estados pequenos e pouco complexos. Nos casos concretos as formas de democracia participativa resumem-se a episódios como referendos, plebiscitos e mandatos revogatórios, inseridos em contextos de democracias representativas¹.

Sartori (1994) define os casos concretos de democracia participativa como democracia de referendo. Para o autor este modelo democrático estabelece um mecanismo de soma zero. Nestes casos os governos são estabelecidos literalmente pela maioria. Como as decisões são tomadas a partir do resultado das votações em referendos não existe espaço para compensações à minoria derrotada. Neste sentido, são maximizados os conflitos levados pela “tirania da maioria”.

Nestas democracias participativas ou de referendo, o pilar sustentador reside na soberania popular, ou seja, o governo é “do povo”. Às críticas a estas democracias somam-se outras, referentes às dificuldades em se estabelecer um regime puramente participativo. Como já ressaltado, normalmente o que ocorre são eventos participativos interiorizados pelas democracias representativas. Isto porque nem todas as decisões podem ser tomadas de forma

¹ No âmbito de governos municipais podem existir outras formas de democracias participativas como o caso da adoção do Orçamento Participativo nas prefeituras do Brasil. Contudo, tal medida torna-se pouco eficiente nas esferas estadual e federal de governo.

direta pela população, pelas razões, já citadas, de complexidade e tamanho dos Estados modernos.

Como notamos as principais teorias de democracia não são otimistas com as concepções social, populista e participativa da mesma. Nesta linha, os regimes de democracia representativa liberal mostram-se menos conflituosos, mais racionais e sustentáveis. Por seu turno, estas mesmas teorias não se aprofundam ou não dão conta de responder ao déficit de equidade, não resolvido pelo perfil minimalista destas democracias. O aprofundamento de desequilíbrios econômicos e sociais se apresenta como uma barreira à consolidação de muitas democracias liberais de fato. Como veremos, em alguns casos, diante do aprofundamento dos problemas sociais, apenas saídas para regimes democráticos menos formais e mais radicais podem impedir uma possível convulsão social e, logo, a quebra da democracia.

3. Democracia Representativa e Democracia Participativa na Venezuela

Durante três décadas a Venezuela foi considerada, em conjunto com Colômbia e Costa Rica, um dos países mais institucionalizados da América Latina² – um exemplo de governabilidade democrática, que conseguiu consolidar sua democracia representativa a despeito dos outros países latino-americanos que passavam por processos ditatoriais – processo que Huntington (1994) denominou de “Segunda Onda Reversa³”. Segundo O’Donnell (1988, p. 23/24), a Venezuela foi para as normas latino-americanas “uma democracia duradoura, coerente com a série de pactos políticos e econômicos cuidadosamente elaborados”, que permitiram a estabilidade institucional venezuelana. Ou seja, os atores políticos de 1958 – buscando evitar possíveis golpes e insurreições, tanto da esquerda como da direita – através do Pacto de *Punto Fijo*⁴, fixaram uma agenda que colocava como questão central a consolidação da democracia e a estabilidade do regime recém instaurado.

² Venezuela e Colômbia consistiram em dois regimes democráticos, cuidadosamente pactuados. Já Costa Rica não foi um caso de democracia estabelecida por pactos, senão que neste país foram suprimidas as Forças Armadas regulares. (O’DONNELL, 1988, p. 31)

³ Huntington (1994) classificou o período de 1958 a 1975 de “Segunda Onda Reversa”, em que a maioria dos países Latino-americanos retornara ao autoritarismo: Peru em 1962; Brasil e Bolívia em 1964; Argentina em 1966, Equador em 1972; Chile e Uruguai em 1973.

⁴ “*Punto Fijo*” se refere à casa de Caldera em Caracas, onde Caldera (AD) e outros políticos locais acordaram entre final da década de 1950 e início da década de 1960, que as disputas políticas se restringiriam aos dois principais partidos, a partir do regime democrático instaurado em 1958, no contexto da luta contra Jiménez.

Neste ínterim, vários foram os acordos entre partidos, setores econômicos, alta hierarquia da Igreja Católica e Alto Comando das Forças Armadas. O que os atores políticos de *Punto Fijo* fizeram foi preservar um nível mínimo de requisitos, considerados como suficientes para manterem uma democracia. Como afirma Downs (1999, p. 38), “quando um pequeno grupo de homens, agindo em coalizão, gere o aparato do Estado, podemos falar do governo como aquele que toma decisões separadamente dos cidadãos individuais em geral”. Neste sentido, podemos afirmar que os esforços e estratégias dos atores políticos de 1958 confluíram para a chamada Democracia Liberal – no sentido schumpeteriano do termo. Isto é, a democracia venezuelana definida de acordo com a concepção de Schumpeter (1984), como um método político – “um arranjo institucional para se alcançarem às decisões políticas (legislativas e administrativas), através da competição pela liderança política”. Ou numa definição ainda mais precisa a democracia venezuelana *puntofijista* constituiu - usando a concepção de Dahl (2005), “o fruto de um cálculo de custos e benefícios feitos por atores políticos em conflito”.

Dahl (2001) aponta que há três condições que são essenciais para a democracia, que a nosso ver, foram construídas pelos atores políticos do pacto de *Punto Fijo* na instauração da democracia liberal venezuelana; quais sejam: (1) o controle dos militares e da polícia por funcionários eleitos; (2) cultura política e condições democráticas e; (3) nenhum controle estrangeiro hostil à democracia. Além dessas condições essenciais, Dahl também aponta condições que são favoráveis como: uma sociedade e uma economia de mercado moderna e um fraco pluralismo subcultural. No período da democracia liberal, a sociedade venezuelana modernizava-se e através da economia baseada no petróleo o país entrava na ordem mundial pós-Segunda Guerra. A cultura democrática já estava incrustada no imaginário dos cidadãos venezuelanos.

De acordo com Rey (1998, p. 328), a experiência democrática “populista” durante o período conhecido como Triênio Adeco (1945 – 1948), mostrou que mesmo com ampla maioria, o partido do governo – Ação Democrática (AD), por sua postura demagógica e sectária, não alcançou o entendimento entre os diversos grupos políticos e o governo, o que promoveu a derrocada desse governo democrático. Assim, buscando evitar os erros cometidos durante o Triênio Adeco, os atores políticos de 1958, procuraram “dar garantias, aos setores ou grupos minoritários poderosos, contra os perigos de uma democracia “populista”. Ou seja, os atores políticos, de acordo com Rey, confluíram contra os perigos de um Governo que, por tratar de satisfazer os desejos e demandas das maiorias que o elegeu, pudesse desenvolver políticas que afetassem os interesses dos grupos minoritários, porém poderosos. Neste passo,

os atores na instauração da democracia liberal venezuelana *puntofijista* centraram seus esforços na construção do consenso entre governos e os diversos grupos de interesses. Tal consenso constituiu-se em uma variável a conceber legitimidade ao regime venezuelano. Legitimidade aqui expressa no sentido concebido por Linz (1987) como “a crença de que apesar de suas limitações e falhas, as instituições políticas existentes são melhores que outras que puderam ter sido estabelecidas, e que, portanto, podem exigir obediência” (LINZ, 1987, p. 38).

Este consenso, entretanto, não foi construído sob o pilar da participação popular, o que poderia abrir brechas para movimentos radicais, mas sim na organização corporativa da sociedade civil organizada participando da estrutura do Estado. Assim, a “existência do setor de participação e decisão semi-corporativa é uma garantia para que os interesses dos setores minoritários e especiais não fossem afetados ou ameaçados por decisões suspeitas de “populismo” (REY, 1998, p. 322).

Autores como O’Donnell (1988) e Karl (1988) definiram a democracia venezuelana como “democracia pactuada”. Isto porque, as regras do jogo, de acordo com Karl, foram estabelecidas por um conjunto de compromissos negociados por pactos, o que, por sua vez, institucionalizaram os limites econômicos entre os setores público e privado, promovendo garantias para o capital privado e estabelecendo os parâmetros da reforma socioeconômica futura. Segundo O’Donnell (1988, p. 24) “*la democracia pactada puede acrecentar las probabilidades de que una comunidad determinada no vuelva a un gobierno autoritario, pero tales logros no incongruentes parecen tener serios costos en términos de equidad económica y social*”. Neste sentido, o autor aponta que as democracias baseadas em pactos são, em geral, socialmente conservadoras. Os valores e os fins da democracia ficaram subordinados aos acordos políticos de governabilidade e da conservação do sistema.

A sustentação do regime *puntofijista* e de seu pacto consensual acima descrito era a Constituição Política de 1961. Esta Constituição é, na visão da maior parte de seus analistas, uma peça legítima de uma democracia liberal representativa. O fato de a mesma ter sido construída diante da necessidade de se consolidar alicerces mínimos de democracia, frente ao temor da volta aos regimes de exceção, levou a que a mesma apresentasse um caráter bastante pragmático e generalista. De acordo com Marta Sosa (2002) a Constituição de 1961 buscava facilitar um consenso pragmático que permitisse a aceitação da democracia liberal e de suas consequências essenciais. Em outras palavras se buscava uma governabilidade compartilhada entre os diferentes setores, apesar dos desacordos que os pudessem separar. Pretendia-se com ela controlar e manejar o conflito minimizando-o em torno do mais amplo consenso possível.

Isto, inserido na ideia de governar para todos, inclusive para as minorias, de acordo com o espírito da democracia *puntofijista*.

Rey (1998) apresenta análise semelhante desta Constituição. Para o autor, a mesma gozou de alto grau de consenso por parte de todos os setores da opinião pública do país desde sua promulgação. Isto ocorreu, pois esta era o resultado de um compromisso, e muitas de suas disposições se caracterizavam por sua generalidade e grande abstração. Em seu texto coexistiam sem aparente conflito princípios heterogêneos decorrentes de pensamento não só distintos como opostos: jus-naturalismo racionalista e cristão, individualismo liberal, *welfare state* e socialismo.

Durante os últimos anos da década de 1950, logo após o final da ditadura de Pérez Jimenez, os alicerces da democracia venezuelana ainda eram muito frágeis. Neste sentido, uma tentativa de efetivar um modelo de democracia mais radical com ampla participação popular poderia levar a radicalização de posições entre os agentes sociais e a deflagração de golpes antidemocráticos de parte a parte, como já havia ocorrido no trágico fim do Triênio Adeco. Este contexto justifica, em certa medida, o caráter altamente minimalista da democracia transcrita na Constituição de 1961. Podemos aqui afirmar que tal democracia enquadra-se no conceito procedimental ou formal, tratado acima. Isto porque, as regras decretadas pela Constituição buscavam o respeito aos procedimentos formais na escolha, apreciação e eleição dos representantes. No limite, o pilar sustentador da democracia residia na liberdade de escolha. Outros vetores, como a igualdade ou a soberania popular, encontravam-se em segundo plano.

El artículo 3 de la constitución de 1961 definía al gobierno de Venezuela como “democrático, representativo, responsable y alternativo” y, seguidamente, el artículo 4 reforzaba el carácter puramente representativo de la democracia al restringir el ejercicio directo de la soberanía popular sólo al sufragio y reservar cualquier otro modo de ejercicio de la soberanía a los órganos del poder público. Es decir, salvo al hacer uso el derecho al voto, toda la soberanía popular era ejercida de un modo indirecto, por intermediación del aparato del Estado. (ÁLVAREZ, 2002, p. 101)

Ainda de acordo com Álvarez (2002), o desenho do Estado venezuelano feito pela democracia *puntofijista* privilegiou o equilíbrio e a negociação entre os partidos, como representantes da vontade popular, em detrimento da participação direta do povo. Desta forma, configurou-se um modelo de Estado que incentivava a prática de elitismo político, pouco plural e pouco competitivo. Isto porque, com a Constituição de 1961, os cidadãos não possuíam responsabilidades, nem direito de participar na orientação da vida pública e no processo de tomada de decisões políticas. Os indivíduos foram separados da esfera pública. O

espaço público e a prática política pertenciam aos partidos políticos, posto que estes monopolizavam a intermediação entre os cidadãos e o Estado (GARCIA-GUADILLA, 2002).

Pode-se afirmar que a ausência de mecanismos de participação popular, característicos de uma democracia mais direta e social, esteve, ao mesmo tempo, na raiz da sustentação do regime democrático no início dos anos 1960, como também de seu abalo nos anos finais da década de 1980. A estabilidade democrática venezuelana se esvaiu, quando neste último período, o sistema político e econômico entrou em crise. Os partidos políticos tradicionais perderam sua legitimidade de tal forma que não mais conseguiram representatividade no cenário político. O processo de fragmentação, como aponta González (2008, p. 153), não ocorreu somente nos partidos. As grandes corporações, como Central de Trabajadores da Venezuela (CTV), a Igreja, a justiça e até mesmo as Forças Armadas passaram pelo mesmo processo.

As dificuldades do antigo regime em se sustentar podem ser encontradas mesmo no paradoxo das democracias formais expresso em sua dificuldade em aliar liberdade e igualdade. Muitas vezes este paradoxo leva a que a não existência de mecanismos que propaguem a igualdade econômica e social, transforme a democracia formal em uma plutocracia. Isto é, a pauperização absoluta de um setor da população o exclui automaticamente dos mecanismos democráticos, submetendo-o aos interesses de uma elite ativa. Neste sentido a própria democracia vê-se comprometida. Como afirma Rey para o caso venezuelano:

En un país como Venezuela, en el que, como hemos visto, el Estado y las variables propiamente políticas tienen un papel central y en ocasiones determinante, la posibilidad, de controlar sus decisiones mediante el funcionamiento de la democracia política, puede convertirse en un instrumento de primera importancia para el logro de otros objetivos, además del valor final o no instrumental que en si pueda tener. En todo caso, para que la democracia política sea un instrumento idóneo y efectivo que responda a los deseos de la mayoría, se requiere que las diferencias socio-económicas, en la medida en que existan, no se conviertan en diferencias en cuanto al control del poder político, pues de otra manera el principio democrático se corrompe, para dar paso al principio oligárquico.”
(REY, 1998, p. 321)

A ruptura ocorrida na Venezuela em 1998, fruto da crise em que se encontrou a democracia representativa neste país, deveu-se em grande medida a incapacidade do regime em apresentar soluções à ampliação da pobreza em que se encontrava o país neste período (LÓPEZ MAYA, 2004). O que o novo governo consegue captar, desde sua campanha, é o fato de a população estar descontente com os mecanismos democráticos – o que se vê

inclusive no apoio popular à tentativa de golpe em 1992⁵ – devido ao fato de estes não lhe propiciarem meios de exigir a solução de seus problemas econômicos. O novo governo, para se sustentar, necessitaria não só de propor estas soluções, como de abrir mecanismos para que a própria população participasse desta proposição. Estas alterações, sem dúvidas, não seriam consensuais, pois colocaria em xeque a liderança e o controle do processo democrático exercido durante décadas pelos setores corporativos e pelos grandes partidos.

Por esta razão, entre outras, o regime que sucede ao *puntofijismo* promove um modelo de democracia diferente, tanto em sua concepção quanto em sua aceitação pela sociedade. Assim, se o sistema democrático, visto nas letras da Constituição de 1999, procura alterar o déficit em termos de igualdade e soberania popular da Constituição que substituí, a mesma pagará o preço pela ausência de consenso em seu entorno. São nestes termos que Marta Sosa (2002) afirma que a Constituição de 1999 se constrói sobre um alicerce revolucionário que substitui o consenso pelo conflito redentor, o único que poderia dar origem a consolidação de uma governabilidade hegemônica não pactuada.

Da mesma forma que a Constituição de 1961 responde ao contexto em que foi construída, a Constituição de 1999 também reflete a crise do *puntofijismo* e de suas instituições – o sistema de partidos e as entidades corporativas. Deste modo, a Constituição de 1999 apresenta um maior grau de estatismo, aumento dos poderes do executivo - frente aos demais poderes, além da ampliação dos mecanismos de participação direta. Esta centralização do poder na figura do presidente gera críticas como as de Marta Sosa (2002: 30)

Del segundo vis a vis general hemos concluido que en 1961 se aposto consensualmente, por la democracia liberal de partidos y por el estado social de derecho, con un sistema de equilibrio de poderes y la apertura hacia el desarrollo reformador de los procesos de distribución y descentralización del poder. En 1999 observamos el diseño de una democracia intervenida, con fuerte en pronta de estatismo presidencialista, lo cual provoca un altísimo potencial de desequilibrio entre los poderes, con una significativa reducción del espacio partidista y la aplicación de diferentes formas de participación directa que pueden llegar a asfixiar la práctica de la democracia representativa mediante una que se nutra del refrendarismo-plebiscitario. (MARTA SOSA, 2002, p. 30)

A inserção de mecanismos participativos, entretanto, enquadra-se na concepção de democracia encetada na nova Constituição como uma resposta ao déficit de participação que se visualizava na antiga. As demandas por maior protagonismo popular exigida nas ruas foi

⁵ A tentativa de golpe de 1992 consistiu na insurreição militar liderada por Hugo Chávez contra o governo de Carlos Andrés Pérez. O movimento foi sufocado pelo governo e, Chávez foi preso. Todavia, fez antes um breve discurso em cadeia de televisão que marcou o imaginário da população venezuelana. O efeito causado por suas palavras nos permite afirmar que este discurso foi o marco comunicacional que o levou a presidência da república em 1998.

captada pelas forças que ascenderam ao poder em 1998 e inseridas na Constituição de 1999. Por esta razão, como dito acima, a nova Constituição se apresentou não apenas como uma alteração de rumos na democracia venezuelana, mas também como algo mais profundo, uma mudança da concepção de democracia. Como afirma Álvarez (2002):

Las innovaciones introducidas no pretenden un mero remozamiento de democracia representativa, mediante la introducción de consultas y referendos que, de acuerdo con Sartori (1997) son del todo compatibles con el modelo representativo. Todo lo contrario, el Poder Constituyente expresamente persiguió la transformación revolucionaria de la democracia formal e una forma original de gobierno que ha otorgado al pueblo un papel “protagónico” (ÁLVAREZ, 2002, p. 105).

O protagonismo inserido na Constituição corresponde ao poder exercido diretamente pelo povo soberano, quando participa de eleições de cargos públicos, de referendos, de consultas populares, de revogatórias de mandato, de iniciativas legislativas, constitucionais e constituintes e de assembléia de cidadãos. Ou seja, todos estes mecanismos de participação popular encontram-se cobertos pelo texto constitucional de 1999. A participação por meio de instituições como referendos ou plebiscitos não era comum na Venezuela. A primeira experiência neste sentido ocorreu em 1999 com a convocação de uma Assembleia Constituinte.

A nova Constituição, neste sentido, consolidou-se num marco de ruptura da história política venezuelana. Ao responder à crise de representatividade dos partidos e a falta de mecanismos de acesso da população ao Estado, a nova Constituição moveu o país do regime partidocrático de 1961 para um regime “sem partidos”, estabelecendo uma via de relação direta entre o cidadão e as decisões políticas. Como afirma Álvarez (2002), com a nova Constituição:

La democracia venezolana es cualquier cosa menos representativa. La constitución dice que el gobierno de Venezuela es ‘democrático, participativo, electivo, descentralizado, alternativo, responsable, pluralista y de mandatos revocable’. El pueblo es el protagonista de las decisiones públicas mediante mecanismos de participación sin la intermediación de representantes (ÁLVAREZ, 2002, p. 103).

A ruptura com a antiga estrutura, não se constrói, entretanto, sem romper com os pilares que a sustentava. Neste sentido, após seu triunfo eleitoral, Chávez inicia uma campanha contra as elites tradicionais que mantinham a democracia representativa e que já se encontravam em descrédito popular. No discurso oficial, a cruzada da nova Constituição consiste em criar uma nova ordem política democrática social, de justiça, participativa e protagônica (ÁLVAREZ, 2002).

Desta forma, a concepção de democracia ensejada na nova Constituição, se por um lado amplia a participação popular, por outro reduz os mecanismos corporativos da relação entre os setores organizados da sociedade civil e o Estado. Esta ruptura, como dito, marca o descontentamento dos grupos ligados ao antigo regime diante do novo governo. Tal descontentamento soma-se aos temores de endurecimento do governo tornando latente o conflito entre governo e oposição. Diferentemente do pacto de 1961, a nova Constituição não possui características conciliatórias, o que torna, em certa medida, para alguns setores, os custos da democracia maiores que os custos de derrubá-la. Este aspecto está na raiz das estratégias da oposição ao governo Chávez durante os primeiros anos de seu governo.

Dos antigos sustentáculos da democracia representativa na Venezuela – partidos políticos, entidades empresariais e sindicais, Igreja e Estado Maior das Forças Armadas – grande parte se encontravam em crise interna. As Forças Armadas já haviam se envolvido no golpe de 1992, a Fedecámaras⁶ e a Central de Trabalhadores de Venezuela (CTV) estavam deslegitimadas e tinham suas bases desmobilizadas. Neste contexto, as relações entre os atores políticos (partidos, Forças Armadas e Sindicatos – representado pela CTV) e os atores econômicos (mais precisamente os grêmios empresariais, encabeçados por Fedecámaras) que eram de cooperação e consenso, começaram a se abalar. Passa a ficar claro as dificuldades que estes atores tinham em manter um equilíbrio adequado entre as demandas de cada um e os recursos disponíveis em uma economia que estava em crise (GONZÁLEZ, 2008, p. 148).

Os partidos políticos constituíam o pilar mais frágil da oposição, pois se encontravam completamente desestruturados e desmobilizados. Diante deste quadro, desponta um novo ator opositor – os meios de comunicação. Estes, como assinala Méndez (2004), já cumpriam importante papel na promoção do consenso da democracia liberal, e no auge da ruptura promovida por Chávez apresentam-se como peça fundamental na defesa dos interesses que os sustentam – as elites econômicas e políticas do Pacto de *Punto Fijo*.

Estes atores desalojados de sua condição de sustentadores da democracia liberal terão dificuldades em aceitar a nova configuração do poder e a nova concepção de democracia. Por mais que o novo governo, em seus passos iniciais, não tome medidas econômicas radicais estes setores se posicionam na defensiva. Aos primeiros passos de radicalização ou de uma postura considerada autoritária por parte do executivo, os mesmos se lançam em empreendimentos antidemocráticos. Na suposta defesa de pilares da democracia liberal, como a independência entre os poderes e os direitos da minoria, estes setores promovem

⁶ Federação Venezuelana de Câmaras e Associações de Comércio e Produção.

movimentos grevistas, paralisações no setor petrolífero e inclusive uma tentativa de golpe de Estado em 2002. O governo de fato e de direito, por sua vez, buscará sua sustentação naquilo que possui de mais caro em sua concepção de democracia: a soberania popular.

4. Conclusão

As concepções modernas de democracia diferem de sua etimologia clássica de governo do povo. Apesar de sua essência permanecer a mesma, uma série de adjetivações qualificam diversos conceitos de democracia. Democracia liberal, representativa, formal, procedimental, direta, participativa, social e econômica. Estas são apenas algumas das qualificações de regimes ditos democráticos. Como vimos alguns autores, como Dahl, identificam os regimes reais como aproximações de uma democracia ideal sendo, por esta razão, denominados poliarquias. A concepção democrática centrada na lógica de governos “pelo povo” é tida pela literatura como a mais racional e a que sofre menor risco de autoritarismo disfarçado. A nosso ver, entretanto, regimes guiados por esta concepção “minimalista” de democracia muitas vezes são incapazes de responderem a polarização social e econômica. Tal fato sugere que nestes casos a “radicalização” da democracia apresenta-se como uma saída frente ao risco de quebra democrática.

Na Venezuela presenciamos a existência de um regime de democracia representativa liberal durante quarenta anos, de 1958 até 1998. Neste período um pacto entre elites propiciou a construção de uma ordem jurídica que estabeleceu uma democracia formal minimalista. Para sua sustentação foi redigida uma Constituição generalista e pragmática. A mesma ditava regras procedimentais para eleição de representantes e estipulava caminhos de intermediação para a relação entre a sociedade civil e o Estado. Seu temor quanto à irradiação de movimentos radicais antidemocráticos restringia formas de participação popular direta. Esta Constituição, promulgada em 1961, contentou a todos, inclusive minorias poderosas, cuja finalidade era gerar um consenso em torno da democracia.

Durante o período de estabilidade econômica e a aparente melhoria na vida dos cidadãos, tal sistema se manteve estável. Todavia, o desenvolvimento econômico caminhava com a crescente exclusão social, que se mostrou latente com a crise econômica do início dos anos 1980. A pauperização de uma importante parcela da população produziu descontentamento quanto aos pilares da democracia representativa. A ausência de mecanismos sociais de distribuição de renda, que levasse a uma redução das desigualdades,

aliada a falta de meios de participação popular na tomada direta de decisões deslegitimou o regime e seus principais atores.

A demanda por maior protagonismo político da população, somada a rejeição às saídas neoliberais à crise econômica, foi logo captada pelo grupo político em torno da candidatura de Hugo Chávez à presidência da República. Eleito em 1998, o novo presidente promove a redação de uma nova Carta Constitucional, na qual a concepção de democracia representativa liberal procedimental é substituída pela “democracia participativa e protagônica⁷”.

Se a antiga Constituição era reconhecida por seu caráter conciliatório e formal, na nova destacam-se a ampliação da autoridade presidencial, dos mecanismos de participação popular e da atuação do Estado na economia. Por seu turno, o conflito não é evitado. Os atores do antigo regime são desalojados de sua estrutura de poder, o que leva a reações nem sempre democráticas. Nos próximos capítulos apresentaremos como as estratégias destes setores tentaram responder à mudança na concepção de democracia evidenciada na ruptura de 1998. Com a proposta de democracia para além do caráter minimalista da democracia representativa liberal, para alguns setores os custos de enquadrarem-se nesta “nova” democracia, tornam-se maiores que os de rompê-la.

⁷ Termo apresentado na Constituição da República Bolivariana da Venezuela, promulgada em 1999.

II

A DEMOCRACIA LIBERAL E O PACTO DE *PUNTO FIJO*

‘Democracia’ (liberal) é nossa forma atual de responder a ela. Mas, ao responder-lhe, lembramos estruturas e padrões de comportamento modelados por milênios de tentativas e erros; e, se não lembramos, então estamos apenas preparando de novo as condições do fracasso.

Giovanni Sartori

1. Introdução

As análises de política comparada e as instituições que classificavam os regimes latino-americanos (a exemplo, *Freedom House*) apontavam a Venezuela do pós-1958 como uma democracia liberal representativa, com um sistema político estável e institucionalizado, projetando-a como um modelo exemplar, perante os padrões desta região.

Grande parte da literatura contemporânea que trata da estabilidade democrática e da institucionalização do sistema político venezuelano neste período, tem como base interpretações clássicas que apresentam como paradigma central a visão funcionalista, cuja tese é a de que “os venezuelanos desfrutavam de um sistema populista baseado na conciliação das elites” (ROMERO, C., 2005, p. 198). Segundo Romero, esse paradigma apresenta dois enfoques: o histórico-político (MARTZ, 1977) e o enfoque de caráter político e institucional (REY, 1998). O primeiro, no qual se destaca o trabalho de Martz, apresenta como foco o papel dos partidos políticos e dos dirigentes políticos democráticos na fundamentação do sistema político venezuelano. Já o enfoque de caráter político-institucional se centra na análise do papel das elites na criação do sistema político venezuelano. Como representante desse pensamento citamos Juan Carlos Rey (1998). Para este autor, o sistema político venezuelano foi produto de um pacto caracterizado como um “sistema populista de conciliação” de elites. Esta segunda corrente, capitaneada por Rey, é a mais aceita e seguida pelos analistas do tema.

Carlos Romero (2005), todavia, aponta que três escolas buscaram romper a visão funcionalista. A primeira consiste na escola de inspiração liberal⁸. Esta considerava que a democracia estava sequestrada por um Estado subordinado pelas elites, em que uma maioria não se beneficiava do poder e não tinha acesso às decisões públicas. A segunda escola de inspiração marxista aponta “os processos socioeconômicos como [a] chave para compreender a política venezuelana, em sintonia com conceitos tais como a violência política, a marginalidade e a pobreza, a despesa pública, o papel desempenhado pelo Estado na economia e na distribuição da renda” (ROMERO, C., 2005, p. 203). Já a terceira escola situa-se na análise de Terry Karl (1988), que afirma que a estabilidade política venezuelana foi consequência de um modelo econômico baseado nos ingressos fiscais petrolíferos do país.

⁸ As análises de inspiração liberal são encontradas nas publicações da Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE). Já as de inspiração marxista se encontram nas pesquisas do instituto universitário CENDES. (ROMERO, 2005).

Neste trabalho entendemos que para a compreensão da história política recente da Venezuela se faz necessário observar suas variáveis endógenas. Neste sentido, as diversas escolas que propõe uma interpretação do período podem ser integradas numa abordagem eclética que enfatize a importância das estratégias dos atores políticos diante dos resultados vistos. Deste modo, partilhamos da teoria de Przeworski (1988) que foca sua análise no comportamento estratégico dos atores políticos em situações históricas concretas. Descartamos, aqui, seguindo este autor, as abordagens que consideram as transformações políticas como determinadas por certas condições econômicas sociais ou políticas. Tais abordagens enveredam no risco de acreditar que todos os atores políticos autoreflexivos dotados de uma estratégia e de uma intenção seriam meros instrumentos ingênuos da necessidade histórica. Os fatores objetivos limitam, no melhor dos casos, o que é possível alcançar em uma situação histórica concreta, mas não determinam o desenlace de tais situações (PRZEWORSKI, 1988, p. 81).

Posto isto, no presente capítulo trataremos da história política do período sob a égide do *Pacto de Punto Fijo*. Assim, centraremos no contexto histórico político e econômico da democracia representativa liberal venezuelana desde sua construção, em 1958, até a ruptura do sistema partidário que a sustentava e, logo, o advento de Hugo Chávez como um *outsider* do cenário político vigente.

Nossa questão central neste capítulo consiste em responder: como e quais fatores levaram à ruptura de um sistema político considerado um dos mais institucionalizados da América Latina, como foi caracterizado o caso venezuelano? E, quais fatores explicam a ascensão de Hugo Chávez – um *outsider* do cenário político?

Para respondermos tais questões, se faz necessária uma análise teórica que abranja o processo de constituição do sistema democrático venezuelano, pós-1958, e a atuação dos atores políticos na implantação e manutenção do chamado Pacto de *Punto Fijo* – base da democracia liberal venezuelana.

2. Os atores de *Punto Fijo* e a consolidação da democracia

Entre sua Independência em 1821 e a derrubada da ditadura do general Marcos Pérez Jiménez, em 1958 – a Venezuela esteve submetida a contínuas alternâncias entre guerras civis e ditaduras. Após a queda desse ditador, entretanto, o país adentrou num período de estável e

duradouro regime democrático. De acordo com Villa (2005, p. 153), qualquer análise sobre a Venezuela democrática, que se inicia em 1958, após a queda da ditadura do general Pérez Jiménez (1948-1958), deve compartilhar da ideia de que o sistema político venezuelano - operado entre este ano e 1989 - apresentava como base de sua estabilidade o pacto de *Punto Fijo*, definido por Rey (1998) como “pacto populista de conciliação” de elites.

O Pacto de *Punto Fijo* foi assinado em 31 de outubro de 1958 pelos partidos Ação Democrática⁹ (AD), que reunia forças de centro-esquerda e representava a social democracia; Comitê de Organização Eleitoral Independente (COPEI), representando a democracia cristã; e União Republicana Democrática¹⁰ (URD), ligada à corrente universal da Democracia Liberal, se apresentando como um partido de centro. Estes partidos ocuparam o terreno político e se estabeleceram como os principais atores da transição para a democracia, após a queda de Pérez Jimenez. Vale ressaltar, que este pacto remontava à experiência da AD, que governou o país entre os anos de 1945 e 1948, período conhecido como Triênio Adeco¹¹, governo que foi derrubado por um golpe militar do próprio general Pérez Jimenez. Com o fracasso do Triênio Adeco, Rómulo Betancourt – fundador da AD em 1941 – entendeu que para a sustentação do regime recém instaurado, em 1958, seria preciso superar as diferenças ideológicas e conquistar os militares. Nas palavras de Donghi:

O líder do Partido da Ação Democrática, advertido por sua experiência anterior, corrigiu num sentido ainda mais moderado o seu programa político e reconheceu no exército (que só a contragosto aceitara a queda de Pérez Jimenez) não mais aquele instrumento de renovação, como havia esperado em 1945, mas um novo elemento externo para limitar a liberdade de iniciativa da democracia venezuelana. (DONGHI, 1975, p. 249).

Neste sentido, o pacto *puntofijista* apresentava como base o reconhecimento da existência de uma pluralidade de interesses sociais econômicos e políticos. O Pacto estipulava que seus signatários se comprometeriam a respeitar o resultado das eleições qualquer que fosse o vencedor, a estabelecer consultas interpartidárias em questões delicadas e, a partilhar cargos e responsabilidade política (AMORIM NETO, 2002, p. 254).

Com o enquadramento no Pacto, a Ação Democrática se afastou cada vez mais dos ideais esquerdistas de alguns de seus fundadores, e se aproximou do COPEI, partido fundado

⁹ O partido Ação Democrática era a continuidade do Partido Democrático Nacional (PDN) que atuava clandestinamente durante o período de 1937 a 1941. Com tendência social-democrata, AD se colocava como vanguarda contra o despotismo, se configurando como um partido policlassista. (MAGALLANES, 1959).

¹⁰ A posteriori URD se retirou do Pacto.

¹¹ A queda do Triênio Adeco é explicada pela inabilidade do presidente - o escritor Rómulo Gallegos Freire (AD) - em dialogar com o exército. O que levou ao descontentamento da corporação, que insurgiu contra o governo de AD. Após o golpe que derrubou o Triênio Adeco, o Partido Comunista e a própria AD são fechados.

em 1946, por quadros¹² conhecidos como a direita venezuelana – cuja liderança foi Rafael Caldera. Neste sentido, os partidos AD e Copei tiveram papel central no processo de transição e consolidação democrática. Estruturado o novo regime, estes partidos se tornaram o carro-chefe do sistema político venezuelano e o principal veículo político de dominação da elite local.

Segundo González (2008), a primeira fase do Pacto de *Punto Fijo* (1959-1974) compreende a formação do modelo de democracia representativa, que se caracterizou pela preocupação dos atores políticos em garantir a governabilidade e, logo, assegurar condições para integrar ao modelo as diversas organizações econômicas, sociais e políticas.

Lo que estaba en juego era la instalación y consolidación del modelo para lo cual se requería el mayor número de voluntades. Lo importante era el respeto a las reglas del juego establecidas en el Pacto de Punto Fijo y en la Constitución Nacional de 1961. (GONZÁLEZ, 2008, p. 139)

Num primeiro momento, o sistema de partidos venezuelano era catalogado como “debilmente institucionalizado”, pois as lealdades políticas ainda não estavam consolidadas. Isto é, novos partidos surgiam e desapareciam em um curto espaço de tempo. Contudo, os esforços dos atores políticos do pacto em reduzir as diferenças ideológicas e programáticas entre seus signatários e lançar as bases para uma convergência de interesses, tendo como ponto de apoio o domínio do aparelho do Estado, consolidaram o sistema *puntofijista*. Este, por sua vez, se converteria na prática em um acerto entre a Ação Democrática (A.D.) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e um terceiro partido, de acordo com a conveniência eleitoral do momento. (MARINGONI, 2004, p. 102).

O pacto de *Punto Fijo* buscou constantemente eliminar as forças radicais do cenário político. Fato que esclarece o Partido Comunista (PCV) – força fundamental na derrocada de Pérez Jiménez - ter ficado fora da articulação do pacto. Além do Partido Comunista, o pacto excluiu outras tendências de esquerda, que sendo declaradas ilegais, passaram à clandestinidade. A ameaça comunista justificou qualquer ação policial ou militar contra qualquer suspeito de simpatizar ou atuar em consonância com tais ideias (BOHÓRQUEZ, 2004, p. 44).

Segundo Maringoni, havia duas maneiras para a eliminação das forças radicais:

Uma por meio da repressão violenta, como se fez, mais adiante, no caso da guerrilha, nos anos 1960 e 1970. Outra era, por exemplo, permitir a participação de grupos de esquerda radical na CTV, controlada com pulso firme pela AD, como forma de legitimar a dinâmica adotada pelo setor

¹² Pedro Del Corral, Rafael Caldera, Miguel Angel Landáez, Humberto Barrios Araújo, Lorenzo Fernández, Edecio Larriva e José Antonio Pérez Díaz. (MAGALLANES, 1959)

majoritário da central, sem que suas decisões sofressem qualquer arranção no que havia de essencial. (2004, p. 104)

No limite, essa articulação - entre AD e COPEI - atentava para que a governabilidade operasse como um jogo de “soma positiva”. Os pequenos partidos eram cooptados no exercício de cargos de segundo escalão e, a alguns setores da esquerda era dada representação proporcional na Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) que, por sua vez, era controlada pela AD. Logo, eram excluídas as opções políticas radicais tanto da esquerda quanto da direita. Além disso, o pacto buscou conquistar apoios de setores poderosos da sociedade, com o intuito de evitar o derrocamento do governo por golpe militar ou por subversão armada e, logo, garantir a alternância governamental mediante o exercício do sufrágio universal. *“Esto significa, en la práctica, que el Gobierno estuvo dispuesto a sacrificar no sólo los objetivos programáticos, sino los de poder, a cambio de aumentar los apoyos y, de esta manera maximizar la probabilidad de preservar las reglas básicas del régimen”*. (REY, 1998, p. 297).

Segundo Gutiérrez (2007, p. 62), o perigo de desestabilização do sistema político foi superado a partir dos esforços de pacificação realizados pelo presidente Rafael Caldera (1968) e pela integração das correntes radicais de esquerda no processo eleitoral (MAS, MIR, PCV). Nas duas décadas seguintes, o país assistiu a “consolidação daquele que chegou a ser um dos mais institucionalizado sistema partidário da América Latina” (MAINWARING; SCULLY, *apud* AMORIM NETO, 2002, p. 252).

Neste ínterim, Ação Democrática e COPEI se fortaleceram e se constituíram nas principais forças políticas do país. A tabela 1 nos mostra a permanência dessas duas forças políticas, bem como a eficiência da primeira, que segundo Maringoni (2004), estendeu sua influência a inúmeros setores da vida social, especialmente no movimento sindical, nas incontáveis prefeituras e nos governos estaduais.

TABELA 1: % de Votos Obtidos pelos Presidentes Venezuelanos (1947-2000)

Presidente	Partido	Ano	% de Votos
Rómulo Gallegos	AD	1947	74,4
Rômulo Betancourt	AD	1958	49,2
Raúl Leoni	AD	1963	32,8
Rafael Caldera I	COPEI	1968	29,1
Carlos Andrés Pérez I	AD	1973	48,7
Herrera Campíns	COPEI	1978	46,6
Jaime Lusinchi	AD	1983	58,4
Carlos Andrés Pérez II	AD	1988	52,9
Rafael Caldera II	Convergência	1993	30,5
Hugo Chávez I	MVR	1998	56,2
Hugo Chávez II	MVR	2000	59,7

Fontes: Amorim Neto (2002, p. 257) *cit.* Coppedge (s/d), Landman (1995), Kornblith e Levine (1995) e Venezuela – *Consejo Supremo Electoral* (1987; 1990).

Dentre as oito eleições realizadas no período entre 1947 e 1988, os candidatos de AD saíram vitoriosos em seis eleições. Perdendo para os candidatos do COPEI em apenas duas (1968 e 1978). No plano político os partidos AD e COPEI estavam consolidados, estipulando um sistema basicamente bipartidário, sem mudar as estruturas essenciais do país e respeitando o que fora acordado no pacto de *Punto Fijo*.

Sobre a estrutura do sistema eleitoral, é interessante observar que esta permaneceu praticamente a mesma entre os períodos de 1958 a 1988. No entanto, Gutiérrez (2007) observa que o sistema partidário caminhou de um multipartidarismo limitado a um bipartidarismo atenuado. Numa análise superficial poderíamos afirmar que o sistema partidário venezuelano havia desafiado a Lei de Duverger, segundo a qual um sistema de representação proporcional tenderia ao multipartidarismo. No caso da Venezuela a representação era proporcional, mas o sistema partidário caminhou para o bipartidarismo dos partidos com a Ação Democrática e o COPEI. Todavia, em nossa análise verificamos que a lei eleitoral, por si só, não da conta de explicar o caso venezuelano. Nossa hipótese é a de que são variáveis endógenas ao sistema partidário que tem maior poder explicativo, especialmente a variável: estratégias dos atores políticos.

As estratégias dos atores políticos *puntofijista* para manter a estabilidade do regime confluíram para um sistema de partidos que se comportava de acordo com a máxima sartoriana, a qual defende que “quanto menor o número de partidos relevantes nos sistemas competitivos e menor a distância ideológica entre eles, maior a estabilidade e a qualidade democrática”.

Ainda sobre as estratégias do atores políticos, que explicariam a estabilidade do sistema democrático, Amorim Neto (2002, p. 253) afirma que os partidos venezuelanos desempenharam papel fundamental no estabelecimento e consolidação da democracia devido a quatro fatores: o primeiro se deve à disposição que seus líderes demonstraram em superar diferenças ideológicas para formar pactos de governabilidade; o segundo fator faz referência à capacidade que tiveram em suprimir a atuação de grupos radicais e antidemocráticos durante o auge da Guerra-Fria; o terceiro fator consiste na habilidade em aplacar os militares e submetê-los ao controle civil e; o quarto fator refere-se à eficácia na organização e representação de diversos grupos sociais.

Além da forte institucionalização dos partidos, a estratégia do Pacto contou com a presença do setor empresarial – representado pela *Fedecámaras*; do setor sindical – representado pelo *Comité Sindical Unificado Nacional*, da Federação de Centros Universitários e da “*Junta Patriótica*” (organismo interpartidário de resistência a Pérez Jimenez) (GONZÁLEZ, 2008). A partir de 1958, vários foram os acordos estabelecidos entre os diversos setores políticos, econômicos e sociais para formatarem as regras formais e informais de funcionamento da ordem democrática. Segundo Kornblith (1996), algumas regras ficaram consagradas em textos legais. Dentre os acordos estabelecidos no processo de transição e consolidação do regime democrático, além do Pacto de *Punto Fijo*, encontramos:

el Acta de Avenimiento Obrero-Patronal firmado el 24 abril de 1958 entre representantes de Fedecámaras y el Comité Sindical Unificado; La Declaración de Principios e Programa Mínimo de Gobierno, firmado el 6 de diciembre de 1958 por los candidatos presidenciales de los partidos AD, Copei y URD; La Ley de Concordato Eclesiástico, mediante el Convenio suscrito entre el Estado de Venezuela y la Santa sede, firmado el 6 de marzo de 1964 entre representantes del Papa Paulo VI y el Presidente Rómulo Betancourt. (LÓPEZ MAYA *et al*, 1989).

Estes acordos estabelecidos foram uma forma de garantir aos partidos e grupos de pressão (Forças Armadas¹³, Igreja, setores empresariais e sindicais e associações diversas) que seus interesses não seriam afetados pela aplicação da regra da maioria na formulação de políticas públicas. Assim, os atores políticos *puntofijistas* conseguiram conciliar os interesses dos setores minoritários e ao mesmo tempo conquistar a confiança da população.

¹³ Segundo Atehortúa y Rojas, o apoio dos militares ao pacto *puntofijista* se deu através da melhora substancial em suas condições sociais e econômicas; autonomia para a compra de equipamentos militares sem a interferência civil; intervenção do poder legislativo em posições chave da carreira militar; e um profundo discurso anticomunista, apoiado pela influência política e militar dos Estados Unidos. (Ver: ACHSC / 32 / Atehortúa y Rojas).

Segundo Kornblith (1996, p. 4), o cenário de tomada de decisão constituiu-se num complexo sistema de negociação e acomodação de interesses. Ou seja, “a regra da maioria como critério absoluto para a tomada de decisões foi substituída ou complementada, segundo as circunstâncias, pela regra da unanimidade, a fim de incluir os interesses dos setores minoritários, mas poderosos, com capacidade para vetar decisões ou ameaçar a estabilidade do sistema”.

As lideranças políticas do país, através do pacto de *Punto Fijo*, buscaram definir as regras do jogo e sustentar a democracia contra possíveis golpes tanto da direita quanto da esquerda. As elites venezuelanas de 1958, neste primeiro momento, entenderam que não se tratava de instaurar uma democracia “entendida como a maximização de determinados valores (como igualdade, participação etc.) senão criar condições mínimas, mas suficientes de um regime democrático” (REY, 1998, p. 348). Podemos afirmar que os esforços e estratégias dos atores políticos de 1958 confluíram para a chamada Democracia Liberal – no sentido schumpeteriano do termo.

Assim, a partir da Constituição de 1961 foi fixada uma agenda mínima com a capacidade de sustentar o regime, conciliando os diversos grupos de interesses (como os setores empresariais, os sindicatos, os meios de comunicação, setores da Igreja Católica e a cúpula das Forças Armadas). Como forma de garantir a adesão e fidelidade dos grupos de interesses o acordo calculava uma série de “benefícios” a quem se enquadrasse às regras do jogo. E, para quem não aceitasse as regras ou as infringisse estavam previstas rígidas punições ou até mesmo sua eliminação do cenário da tomada de decisões.

Para a manutenção dos apoios essenciais à estabilidade do pacto foi necessário forte grau de corporativismo por parte do Estado, trazendo para a tomada de decisões parte considerável dos interesses de classes. Desenvolveu-se um sistema informal, em que os grupos de interesses: empresariado (através da FEDECÁMARAS), os sindicatos (através da Central de Trabalhadores de Venezuela – CTV), as Forças Armadas (através do Alto Comando) e a alta hierarquia da Igreja Católica poderiam participar das decisões governamentais. Rey (1988, p. 203) afirma que se criou a partir das relações entre os atores nacionais um "sistema de participação e representação de caráter semi-corporativo". Esse sistema era caracterizado especialmente pelo diálogo entre o Estado e os representantes de certos interesses privados no intuito de buscar o consenso e evitar que estes últimos fossem afetados por determinadas políticas públicas.

Este sistema corporativo de gestão do Estado propiciava a Fedecámaras, em especial, uma parcela de poder independente dos próprios partidos que governavam o país. Ou seja:

...mas allá de su representación en el órgano fomentista de poder ejecutivo, al empresariado organizado en Fedecámaras, le fue concedida participación en casi todos las instancias de decisión que componían la estructura de gobierno. Así, tanto en la dimensión jurídico-institucional en la que se inscriben organismos permanentes de decisión, tales como institutos autónomos, corporaciones regionales etcétera, como en los organismos consultivos, materializados en consejos permanentes de consulta, comisiones consultivas ad hoc, entre otros, el sector empresarial, ocupó posiciones decisorias. (ARENAS, 2005, p. 351)

De acordo com Rey (1998) este sistema semi-corporativo não significou a politização da sociedade civil, senão a privatização do controle do Estado. Este perfil de relações entre o Estado e a sociedade civil organizada tornou não apenas a Fedecámaras, mas também a CTV peças chaves na sustentação do regime democrático. Nas palavras de Rey (1988, p. 203)

o desenvolvimento deste poderoso sistema semi-corporativo não tem um significado meramente <<estatizante>> (no sentido de aumentar o controle por parte do Estado sobre a <<sociedade civil>>), senão fundamentalmente <<privatista>> (isto é, que significa uma penetração e colonização por parte de interesses privados do âmbito de atividades próprias do Estado).

O Estado, na verdade, visando o apoio dos setores de interesses privados, muitas vezes colocava a disposição destes o capital de origem pública. Isto é, o Estado assumia a satisfação de interesses sócio-econômicos para setores específicos, abrindo brecha a um sistema semi-corporativo, com a intensa participação de Fedecámaras e da Confederação de Trabalhadores de Venezuela.

As decisões políticas e econômicas não poderiam efetuar-se unilateralmente por parte do Estado. Estas passavam por um complexo processo de negociação entre Estado e os interesses diversos de setores significativos da sociedade, constituídos pelos partidos políticos e grupos de interesses (Empresários, Meios de Comunicação, Sindicatos, Alto Comando das Forças Armadas e a Alta Hierarquia da Igreja Católica).

De acordo com Rey (1998), esse sistema de representação semi-corporativa limitava o “funcionamento dos mecanismos clássicos de participação e representação democrática e introduzia uma importante distorção em favor de grupos minoritários e poderosos”. É neste sentido que podemos afirmar que determinados setores privados foram favorecidos pelo sistema implantado a partir do Pacto de *Punto Fijo*.

Os partidos e o sistema partidário venezuelano conseguiram durante três décadas segurar o conflito, pois conseguiram fazer com que os diversos setores vissem vantagens em aceitar os governos *puntofijistas*. Essa relação entre os atores políticos e econômicos – nos remete a concepção dahlsiana de democracia – como “fruto de um cálculo de custos e

benefícios feito por atores políticos em conflito”. No entanto, não podemos esquecer que os ingressos petrolíferos contribuíram muito para a cooperação dos diversos setores sociais com o regime.

3. A importância do Petróleo e da PDVSA na conciliação dos atores *puntofijistas*

A partir da década de 1930, a Venezuela converteu-se gradualmente de um país agrário para um país petrolífero. Em meio a esse processo, a sociedade venezuelana modernizou-se. As lideranças políticas após 1958, como vimos, estabeleceram uma democracia representativa liberal. Para entender a Venezuela, a articulação e conciliação dos diversos atores do Pacto de *Punto Fijo*, entretanto, não se pode esquecer que o aspecto econômico sempre esteve intimamente ligado à esfera política. Tanto a ordem política como a ordem econômica, reunia os mesmos atores e, quando não, se complementavam e legitimavam-se mutuamente. (BOHÓRQUEZ, 2004, p. 45).

Ao Estado venezuelano foi dado o papel central na economia. Vale ressaltar, que a defesa da intervenção do Estado na economia não é característica do sistema político durante o pacto de *Punto Fijo*. Mesmo antes do Pacto, o Estado cumpria um papel ativo na economia. Esta importância dada ao Estado se deve a natureza e a quantia de recursos que dispunha, da qual a vida econômica era o seu reflexo.

Como sabemos, no caso venezuelano, o petróleo é a principal fonte de riqueza do Estado. Segundo Karl, o petróleo consistiu num fator importante que criou condições estruturais para a queda da ditadura e subsequentemente para a consolidação de um sistema democrático. Como afirma o autor

La organización económica particular y el cambio social fomentados por el petróleo signaron definitivamente la política y las instituciones políticas venezolanas, y también la organización y las condiciones de clase de los terratenientes, los campesinos, los hombres de negocios y los obreros. De esta manera, se dirá, una integración mediatizada por el petróleo en el mercado internacional creó las condiciones estructurales necesarias para un sistema de partidos. (KARL, 1988, p. 296)

Devido à importância desta *commodity* para a economia venezuelana, alguns autores - como Karl - apontam o complexo do petróleo como um mecanismo estrutural que explica a estabilização do regime democrático, bem como a institucionalização do sistema partidário

venezuelano. Como afirma Anibal Romero (1999, p. 60), esse tipo de interpretação defende que os ingressos derivados do petróleo pagaram as contas da democracia pactuada venezuelana, subsidiando tanto aos empresários, como aos setores sindicais. Assim, a estabilidade democrática estaria vinculada ao auge dos preços do petróleo. Esta tese subestima a relevância das estratégias políticas dos atores, em torno do Pacto de *Punto Fijo*, que apresentamos na seção anterior. Neste trabalho, defende-se que o papel desempenhado pelo complexo petrolífero no sistema político venezuelano é mais bem apresentado nos trabalhos de Juan Carlos Rey e de Aníbal Romero que, longe de uma visão estruturalista e de um determinismo histórico, avaliam os ingressos do petróleo como um mecanismo instrumental utilizado pelos atores políticos do regime, para a sustentação de seu sistema de benefícios. Para Romero (1999), o petróleo não pode ser entendido como um fator – por si só – “determinante dentro do contexto sócio-político e econômico que deu vida e sustentou a democracia venezuelana”. Na mesma linha, Rey (1988), sem desprezar a relevância dos desdobramentos do petróleo para a manutenção da democracia e para a cooperação dos atores, mostra que essa variável por si só não explica a estabilidade democrática e nem o seu declínio. Até porque as flutuações do preço do petróleo sempre existiram.

Desta forma, a nosso ver, apenas a variável petróleo não abarca toda a explicação da estabilidade e da crise do sistema político venezuelano. Ou seja, o ingresso do petróleo não corresponde à estrutura e sim a um instrumento do sistema. Não se trata de sub-valorizar a importância das receitas do petróleo para a estabilidade do sistema corporativo, mas de afirmar que os ingressos petrolíferos cumpriam um papel instrumental dentro de um arcabouço de regras que delimitavam a democracia venezuelana. Em outras palavras, a renda oriunda do petróleo era o fator externo que permitia o jogo de soma positiva entre os atores do pacto. Através da ampliação desta renda era possível manter a ampliação dos benefícios a todos os participantes do mesmo e ainda ampliar o bem estar social, legitimando o regime. Para Penfold (2001), “os ingressos fiscais petrolíferos eram o coração utilitário da sustentação do sistema político venezuelano” à medida que estes ingressos constituíam o fator que permitia aumentar os benefícios dos atores políticos, como estratégias de indução à cooperação. A partir desta constatação é possível concluir que uma queda abrupta no ingresso da renda petroleira redundaria em importante crise na estabilidade interna do Pacto. Expandir tal conclusão para o determinismo de que sem petróleo não haveria o pacto, consiste em apresentar o instrumento como a estrutura do sistema.

O problema maior em se entender o petróleo como o instrumento chave de manutenção do regime encontra-se na omissão do fato de que “as flutuações do preço do

petróleo e a excessiva dependência venezuelana em relação à exportação desse produto, faziam com que os efeitos econômicos positivos fossem apenas conjunturais, persistindo os problemas estruturais” (VIZENTINI, 2003, p. 62). Neste sentido, podemos afirmar que foi “a persistência dos problemas estruturais”, e não as oscilações da renda do petróleo que redundaram na crise política e econômica do final dos anos 80 e, logo, na ruptura da ordem democrática.

3.1 A economia venezuelana do auge à crise

Para entendermos um pouco melhor esta questão cabe uma rápida síntese dos desdobramentos da economia venezuelana durante o período do pacto. A política econômica adotada a partir de 1958 corresponde a uma política que buscou conciliar o setor público e o setor privado. Para o sociólogo venezuelano González (2008) o período de 1958 até 1974 compreendeu a primeira fase do desenvolvimento da democracia venezuelana. Nesta, a preocupação última, como já vimos, residia em legitimar e legalizar a democracia representativa contra as ameaças tanto da extrema direita quanto da extrema esquerda. Diante desta preocupação a economia esteve como segunda prioridade, no que diz respeito à atenção das políticas do Estado. Todavia, os esforços, por parte do governo para criar uma infraestrutura e uma indústria pesada, bem como dar impulso à industrialização, foram particularmente notáveis. Tais esforços apenas foram possíveis, sem que acarretassem na diminuição dos gastos sociais, devido aos ingressos fiscais petrolíferos.

Segundo Borhórquez (2004), o Modelo de Desenvolvimento adotado obteve consenso por parte dos setores sociais. A autora afirma que este seguiu basicamente o modelo da CEPAL, com a particularidade do caráter petrolífero que apresentava a economia venezuelana. Tal modelo apresentava como principal medida: a política econômica de “Substituição de Importações”, com o adendo de uma Reforma Agrária, medida esta que buscava estimular o capital nacional através do desenvolvimento do mercado interno, criando bases à indústria nacional (GONZÁLEZ, 2008). No aspecto petrolífero se criou (1960) a Corporação Venezuelana de Petróleo que apresentava como função à administração direta dos ingressos fiscais petrolíferos por parte do Estado. Ainda nesse aspecto, o governo adota a política de não concessão. Houve também com o modelo econômico adotado, como afirma

Bohórquez (2004, p. 45), uma maior inversão social dirigida às grandes maiorias. Fator positivo que permitiu o fortalecimento da classe média através da massificação da educação.

González (2008) aponta que os setores produtivos privados foram, de alguma forma, priorizados no desenvolvimento nacional mesmo sendo subordinados à economia petrolífera ditada no país. O Estado neste aspecto apresentava uma política de proteção e estímulo ao setor privado.

A década de 1970 constituiu-se o auge da renda petrolífera, com o aumento dos preços do petróleo, o que permitiu ao regime manter um ritmo de aumentos relativamente constantes dos salários e dos gastos sociais, sobre a base de mecanismos de reparto de benefícios entre distintos grupos sociais. “Durante décadas o petróleo abasteceu o crescimento econômico e a classe média prosperou, com pico de renda *per capita* em 1978” (McCOY, 2005). Como os recursos do Estado provêm, em grande medida, do setor petrolífero, o *boom* do setor na década de 1970, possibilitou o financiamento dos gastos do Estado em "crescimento" e "redistribuição", operando em um jogo de soma variável¹⁴, no qual nem um dos atores perde. No que se refere ao "crescimento" Rey (1998, p. 311) entende como o aumento progressivo de um conjunto de bens, serviços e possibilidades de toda a classe de que dispõe a sociedade ("aumento do tamanho do bolo"). Já "redistribuição" na concepção do autor, significa a incorporação e participação progressiva de todos os setores nesses benefícios ("reparto progressivamente equitativo de todos os pedaços do bolo"). Assim, o Modelo de Desenvolvimento venezuelano, segundo Rey, apresentou como particularidade: à conciliação de “crescimento” e “redistribuição”. Esta conciliação diferenciava o modelo desenvolvimentista venezuelano dos modelos implantados em outros países (muitas vezes de caráter autocráticos) que sacrificavam a “redistribuição” diante das necessidades do “crescimento”. A literatura venezuelana tem indicado que neste período o Estado proporcionava satisfações progressivas às necessidades populares, em que as condições sociais da população obtiveram melhoras em muitos aspectos – principalmente no que se refere à saúde e educação. Segundo Boersner (2006), “a renda obtida do petróleo se translada ao conjunto da sociedade por diversos mecanismos: gasto e inversão pública, pagamentos e salários, baixa tributação interna, taxas de juros fixas, subsídios e empréstimos”. No entanto, entendemos que as taxas de crescimento e de “inclusão social” foram construídas pelos atores

¹⁴ Jogo de soma-variável: ocorre quando a soma das perdas e das ganâncias que recebe um conjunto de jogadores varia de acordo com a estratégia que cada um eleja. Neste caso há um interesse cooperativo para aumentar o montante das ganâncias. (REY, 1998, p. 310).

do pacto de *Punto Fijo*, ou seja, o desenvolvimento, apontado pela literatura, caminhou claramente com intensa exclusão social no país.

A aparente tranqüilidade econômica solidificou o apoio e a confiança popular ao “Modelo de Desenvolvimento” e aos líderes “democráticos”, como garantia da redistribuição de seus benefícios – fator essencial ao funcionamento do sistema político *puntofijista* (Rey, 1998).

Com a consolidação do regime democrático representativo e a legitimação dos partidos do pacto de *Punto Fijo*, inicia-se, segundo González (2008), a segunda fase (1974 – 1989) do desenvolvimento da democracia venezuelana. Nesta fase, com a democracia representativa já legitimada, a prioridade foi à política econômica. Esta fase foi marcada pelo *boom* petrolífero de 1973 e 1979. O mandato presidencial venezuelano deste período era de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) que governou o país empreendendo o processo de nacionalização. Todavia, como veremos mais a frente, Pérez em seu segundo mandato (1989) apoiou o neoliberalismo e a repartição da principal indústria do país – Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) – aos cartéis internacionais.

Em 1976, o petróleo é nacionalizado e a principal atividade do país passou a ser administrada por uma única empresa - PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A. – pertencente ao Estado.

A partir do *boom* petrolífero, se desenvolve na Venezuela, de acordo com Rey (1998, p. 313), uma mentalidade “rentista”, a qual confiava que os problemas poderiam resolver-se através dos gastos públicos cada vez mais custosos e improdutivos o que faz com que o Estado se converta em um amortecedor e atenuador dos conflitos sociais. Neste período era possível ao Estado apaziguar todos os conflitos sociais por meio da renda do petróleo. O endividamento do país e o não investimento dos recursos petrolíferos na resolução estrutural dos problemas do país eram considerados questão de segunda ordem. Os governos do período também não se preocuparam em investir em uma diversificação produtiva, ou seja, em outros produtos, além do petróleo, que desenvolvesse a economia nacional.

La consolidación de ese Estado distribuidor de la renta petrolera y mediador de los conflictos sociales favoreció la integración social y política de los diversos sectores productivos y organizó un proceso estable de expresión y satisfacción de demandas que permitió hablar de la existencia de una sólida Democracia en Venezuela, al tiempo que se le ponía como ejemplo ante los demás países latinoamericanos. (BOHÓRQUEZ, 2004, p. 45)

O primeiro mandato de Carlos Andrés Pérez foi lembrado pela população como “os tempos bons”. Todavia, sua política de gastos públicos progressivamente expansivos gerou um processo acelerado de endividamento¹⁵ externo. (GONZÁLEZ, 2008, p. 21).

Neste ínterim, a multiplicação dos ingressos nacionais, devido ao aumento do preço do petróleo, também provocou um grande esbanjamento do dinheiro e começaram a surgir os problemas de corrupção, impunidade e de irresponsabilidade, devido à falta de controles efetivos para a utilização desses ingressos por parte do Estado (GONZÁLEZ, 2008, p. 142).

O resultado, afirma Bohórquez (2004), foi um “Estado hipertrofiado financista generoso de velhos e novos grupos econômicos, sem praticamente nenhum controle de retorno de capital”. O descontrole administrativo do governo, a partir de Pérez, gerou o paradoxo de um país com enormes ingressos fiscais e uma deterioração nas condições da vida de seus cidadãos, mostrando a incapacidade do governo em dar respostas ao crescimento populacional urbano¹⁶. Mesmo com a diminuição dos ingressos da nação em 1982, devido à queda do preço do barril de petróleo, é mantida a política de gastos públicos, agravando a situação com a desvalorização¹⁷ da moeda venezuelana e o aumento de inflação.

A PDVSA, devido à queda do preço do petróleo na década de 1980, teve que reduzir a sua produção diante dos acordos firmados com a OPEP. Este fato mudou as estratégias dos atores políticos que optaram pela internacionalização da empresa estatal. Nesse contexto de crise estiveram na presidência Luis Herrera Campins (1979-84 - COPEI) e Jaime Lusinchi (1984-1989 - AD).

Ainda durante o governo de Jaime Lusinchi (1984 – 1989), com o intuito de superar a crise de representatividade que já se instaurara, o governo havia proposto um redimensionamento do pacto social e até mesmo a formulação de um novo modelo socioeconômico, através da Reforma do Estado. Foi criada a Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE), que tinha como intuito deixar mais eficiente os aparatos do Estado, promovendo reformas políticas e econômicas. A relutância das elites políticas em realizarem reformas, que pudessem por em risco seus interesses, não permitiu que estes projetos avançassem. O fato é que estas ações já mostravam a necessidade de reformas para a manutenção da democracia. A dificuldade em se realizar reformas eleitorais, políticas e até na

¹⁵ O total da dívida pública aumenta de 4.708 milhões em 1974 para 31.187 milhões de bolívares em 1978. Em 1983 a dívida externa venezuelana cresceu vertiginosamente chegando a 120.902 milhões de bolívares. (GONZÁLEZ, 2008).

¹⁶ O crescimento populacional urbano na Venezuela passou de 6.880.986 em 1970 a 12.293.865 habitantes em 1984. (GONZÁLEZ, 2008, p. 97)

¹⁷ O dia 18 de fevereiro de 1983 em que se oficializou a medida de desvalorização da moeda venezuelana ficou conhecido como “*Viernes Negro*”. (LÓPEZ MAYA, 2005).

Constituição já se colocavam como o prenúncio das dificuldades que o sistema encontraria após 1989. O fato de estas reformas não terem sido efetivadas a contento, dificultou sobremaneira o trato com a crise que a partir de então apenas recrudesceria.

Neste período, o Modelo de Desenvolvimento começou a evidenciar seus sinais de debilidade. Os grandes fluxos dos ingressos fiscais petrolíferos não se traduziram em Bem-estar da população venezuelana, o que, por sua vez, gerou o desequilíbrio social e também uma tensão na aliança dos atores do Pacto de *Punto Fijo*. Segundo López Maya (2005, p. 49) as elites e organizações da sociedade civil começaram a questionar o modelo de desenvolvimento econômico e o sistema político implementado no século XX.

Neste contexto de aprofundamento da crise, com a esperança de voltar aos “bons tempos” e a economia da década 1970, os venezuelanos elegeram pela segunda vez (com 52,9% dos votos) o social democrata Carlos Andrés Pérez. Porém, a economia estava em colapso, com o aumento nos encargos da dívida externa, com o avanço do desemprego – iniciando-se uma crise material e de valores. Era o fim dos “bons tempos”. Logo após assumir o poder, Carlos Andrés Pérez surpreendeu os venezuelanos com “*El Gran Viraje*”, a aplicação de um programa econômico de viés neoliberal, nos moldes do receituário proposto pelo Fundo Monetário Internacional (VIZENTINI, 2003, p. 64). As medidas neoliberais eram totalmente contrárias ao apelo popular. Dentre elas destacaram-se “um forte ajuste fiscal, privatização das principais empresas estatais, com exceção da petrolífera, e o enxugamento da máquina administrativa do Estado (em um país onde o Estado e suas empresas eram os principais empregadores)”, a liberação de preços, incluindo o da gasolina; liberação das taxas de juros, eliminação do controle cambial, aumento das tarifas dos serviços públicos e redução dos subsídios (VILLA, 2005, p. 156). Estas medidas implicaram uma tensão tanto entre as elites como nos setores populares. O próprio partido de Pérez – AD – passou a criticar suas ações em relação à crise econômica. AD alegou que a resposta, por parte do governo, foi fria e divorciada da realidade sócio-política do país. (LOPES MAYA, 2005, p. 54). López Maya afirma que também houve tensão nos acordos com Fedecámaras e a CTV – acordos estes que ocorriam desde 1958 com a implantação da democracia representativa venezuelana.

A saída com estas reformas, além de não resolver de imediato os problemas da economia da Venezuela, aprofundou as desigualdades e a pobreza, abrindo o espaço para o desencadeamento de reações como o *Caracazo*. De acordo com dados apresentados por López Maya (2005) a ampliação da pobreza foi progredindo ao longo destes anos de crise chegando em 1997, a um total de 44,76% de lares venezuelanos abaixo da linha da pobreza. Ainda

seguindo a degradação da sociedade, tinha-se que 70% dos estudantes que ingressavam no ensino primário não chegavam ao nono ano. E, oito de cada dez estudantes que chegavam à universidade provinham de escolas particulares. Estes dados, entre outros, deixam clara a degradação social que foi se instalando no país ao longo dos anos, e para a qual os antigos mecanismos rentistas do Estado não tinham mais resposta.

O estopim da crise foi o já citado fenômeno do *Caracazo* ocorrido em 27 de fevereiro de 1989, sendo uma revolta empreendida por setores pobres e médios contra as soluções neoliberais à crise econômica. Tal protesto, que foi duramente reprimido pela reação militar, marcou a insatisfação dos venezuelanos com o regime. De acordo com Villa (2005), foi o primeiro forte sintoma da instabilidade política do regime venezuelano. O *Caracazo* tomou dimensões nacionais, constituindo o estopim para uma sucessão de eventos que aprofundariam a crise política venezuelana, como a tentativa de golpe em fevereiro de 1992, protagonizada pelo então tenente-coronel Hugo Chávez. Dentro desta série de abalos à ordem institucional, Carlos Andrés Pérez é afastado do governo, em 1993, sob a acusação de corrupção, aprofundando a desmoralização das instituições venezuelanas.

Em síntese a crise econômica de caráter internacional encontrou o Estado venezuelano sobre-endividado, mesmo com toda a receita petrolífera que havia obtido nos anos anteriores. E o mais grave, os poucos anos da crise desvelaram a fragilidade da capacidade da economia venezuelana em manter o padrão de bem-estar para a maioria da população. No início dos anos 1990 concretizou-se um processo de pauperização da população que levou o país a um patamar de instabilidade social, como podemos ver na tabela abaixo:

TABELA 2: Indicadores Sociais.

Ano	% População com renda abaixo de 1 dólar por dia	Salário médio - Índice anual médio (1995=100)	Desemprego (taxa anual média)
1981	6,23	302,4 (1982)	6,3
1987	6,51	225,2	9,2
1989	2,91	146,3	9,2
1993	2,62	124,4	6,6
1996	14,71	76,7	11,8
1998	13,97	101,5	11,3

Fonte: CEPAL.

Após o trágico governo de Pérez, ainda em 1993, Rafael Caldera foi eleito com 30,45% dos votos pelo partido Convergência Nacional. Caldera que já havia governado o país entre 1968 e 1972, e que já havia sido candidato nas eleições de 1958, 1963, 1968 e 1983 - pelo partido COPEI, perdeu a nomeação para as eleições de 1993 contra Eduardo Fernández e optou por lançar sua candidatura fora do partido que ele mesmo havia criado. Assim, Caldera, expulso por normas estatutárias, criou sua própria plataforma partidária – Convergência Nacional – arrastando uma massa de líderes e militantes *copeianos*, bem como, apoios de partidos que foram seus inimigos históricos como o MAS, PCV e outros partidos minoritários tanto de direita como de esquerda (MEP, FUN, URD, MIN etc.) (GUTIÉRREZ, 2007, p. 104). Verificou-se nestas eleições uma divisão entre as primeiras quatro opções, em que o segundo colocado Claudio Fermin (AD-FDP-Outros) obteve 23,6%; o terceiro Alvarez Paz (COPEI-PAZ-GE-Outros) obteve 22,73% e o quarto colocado Andrés Velásquez (Causa R) obteve 21,95% dos votos.

Rafael Caldera após assumir a presidência, continuou a agenda inaugurada por Pérez intensificando as medidas neoliberais. Em seu mandato foi apresentado o programa Agenda Venezuela de cunho neoliberal. O programa de estabilização macroeconômico com inspiração do Fundo Monetário Internacional (FMI) visava resolver os crescentes déficits na conta capital, controlar a inflação e amenizar a redução do PIB. Para tanto propunha: reduzir o déficit fiscal, ampliar a eficiência do setor público, incentivar a poupança e o investimento privado, diminuir o gasto interno e ampliar o Investimento Direto Externo (GONZÁLEZ, 2008, p. 39). Estas medidas, além de seu caráter notoriamente antipopular, também destoavam do discurso que havia elegido Caldera. Segundo Cano (2000, p. 521), o plano “Agenda Venezuela”, “defrontou-se com recessão, baixo crescimento e inflação alta em 1994-1995. Não é difícil, assim, entender que o processo de encaminhamento das reformas e os ajustes foram na maioria dos casos descontínuos e parciais.”

O regime democrático, sob os auspícios do Pacto de *Punto Fijo*, mesmo que não possa ser considerado um fruto, única e exclusivamente da renda petroleira, encontrava no grande aporte de recursos que o auge deste setor canalizava ao Estado, um excelente mecanismo para a instrumentalização de sua estrutura de apoio. Ou seja, a renda do petróleo era utilizada pelo *puntofijismo* para beneficiar os setores apoiadores ao regime, mantendo-os, assim, fiéis às instituições democráticas. Com a crise econômica, e a tentativa de solucioná-la através dos mecanismos tradicionais (via FMI), de cunho retracionista e desestatizante, o regime se encontrou diante de um paradoxo. Salvar a economia representava romper com o eixo de sustentação do pacto de elites que havia conservado a democracia nos últimos quarenta anos.

A partir deste paradoxo torna-se possível compreender a crise de insustentabilidade em que se encontrou o sistema político Venezuelano nos anos finais do século XX. As principais entidades corporativas que davam aporte ao Estado, intermediando os conflitos com a sociedade civil, encontravam-se rachadas e deslegitimadas. O empobrecimento absoluto de grande parte da população gerou demandas que o Estado não estava preparado para enfrentar. O conflito tornou-se iminente, e uma solução interna ficou cada vez mais difícil.

Não se deve pensar, entretanto, que apenas a crise econômica seria suficiente para ruir com o sistema de partidos que sustentava o Pacto. Sua própria estrutura interna, e as dificuldades que ela trouxe diante da necessidade de mudanças também estão na raiz da queda de um sistema outrora tido como um dos mais sólidos da região.

4. A Crise do Pacto de *Punto Fijo* e o Declínio do Sistema Partidário

Na década de 1980 a Venezuela sofreu profundamente os impactos do reordenamento mundial e da globalização neoliberal. Como vimos, uma profunda crise social afetou o país, produzindo uma crise de governabilidade, o que conduziria à emergência de um novo sistema político em 1998 (VIZENTINI, 2003, p. 57). Estes anos foram marcados por uma profunda crise do sistema político venezuelano, cujos autores políticos *puntofijistas* não conseguiram dar resposta. A necessidade de reformar o sistema econômico e político de forma a reestruturar o Estado diante da crise não foi possibilitada devido à estrutura política que sustentava a democracia venezuelana. As reformas neoliberais levadas a cabo acabaram por deslegitimar ainda mais os atores sustentadores do antigo regime encaminhando-os, numa lenta agonia, à ruptura de 1998.

Como já foi discutido na seção anterior, com a crise econômica do final dos anos de 1980, os líderes partidários tradicionais perderam o mecanismo utilitário – a renda petrolífera – que permitia o maior controle sobre os distintos atores da sociedade, incluindo os eleitores, que lhes permitia continuar mantendo pela via de distribuição dos ingressos fiscais petrolíferos, um consenso artificial ao redor das regras do jogo do sistema democrático (PENFOLD, 2001). Como a eficácia da política do pacto de *Punto Fijo* estava intrinsecamente atrelada ao comportamento da economia, este fato marca o estopim para o agravamento da crise política e social. Neste ínterim, se fez manifesto a intensificação das diferenças sociais, o aprofundamento das crises dos serviços públicos, a corrupção, o que

consequentemente gerou o fim da legitimidade das instituições políticas, visto nos crescentes índices de abstenções eleitorais.

TABELA 3: Percentual de Abstenção nas eleições presidenciais de 1958 a 2000

Ano	1958	1963	1968	1973	1978	1983	1988	1993	1998	2000
Abstenção	6,58	7,79	3,27	4,48	12,45	12,25	18,08	39,84	36,55	43,69

Fonte: Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela

O auge desta crise de representação é encontrado no fenômeno do *Caracazo*. Este acontecimento é entendido por autores como López Maya (2005) como reflexo da ausência de mecanismos institucionalizados para a resolução dos conflitos sociais. Para a autora o sistema semi-corporativo do período *puntofijista* teria engessado o Estado. Em outras palavras, quem se encontrava dentro do sistema corporativo podia fazer do espaço público a contenda de seus interesses privados, quem estava fora apenas recebia os benefícios concedidos. No momento da crise econômica a concessão de benefícios foi inviabilizada e os marginalizados foram ao Estado recorrer. O Estado, por sua vez, não se encontrava organizado para receber tais manifestações e suas demandas.

O sociólogo venezuelano, Miguel Ángel Contreras (2005) afirma que o mês de fevereiro de 1989 representou a quebra profunda nas formas institucionalizadas de representação do político e da política na Venezuela. Segundo o autor, a década de 1990 foi marcada pelo agravamento na conflitividade do político ao mesmo tempo em que se aprofundava a politização do social.

De acordo com González (2008), o modelo político do Pacto de *Punto Fijo* alimentado pelas práticas semi-corporativas, que mediavam às relações dos vários setores, produziu uma monopolização da sociedade civil nas mãos das entidades de classe – Fedecámaras e CTV. Quando os setores marginalizados se viram insatisfeitos com as práticas dos governos eles não encontraram na estrutura do Estado mecanismos de manifestação de seu descontentamento. O resultado deste fato culminou na deslegitimação de todo o sistema institucional (partidos, Congresso, justiça) por parte dos setores sociais marginalizados. Em outras palavras, o fato de o Estado se relacionar com a sociedade apenas por meio dos mecanismos corporativos, fez com que grande parte desta encontrasse apenas na chamada “política de *calle*” os mecanismos para se expressar. Por seu turno, a reação truculenta do Estado despreparada para atender demandas fora de sua estrutura corporativa consolidou a ruptura entre este setor da sociedade e o regime *puntofijista*.

O primeiro sintoma do descrédito nas instituições da democracia *puntofijista* foi a eleição para o executivo de um candidato fora dos partidos tradicionais – AD e Copei. Neste sentido, a eleição do *ex-copeiano* Caldera, em 1993, pelo recém criado partido Convergência foi o marco que representou o fim da legitimidade daqueles partidos. A eleição de Chávez em 1998 – um *outsider* do cenário político – como veremos mais adiante, reforça o declínio dessas forças tradicionais.

Para Villa (2005, p. 158), o mandato de Caldera e suas políticas de corte neoliberal, aprofundaram entre os setores sociais três sentimentos que se tornaram irreversíveis em relação ao sistema político: (1) desprestígio dos partidos políticos tradicionais e de suas lideranças; (2) sensação de que existia um vazio de poder incapaz de ser coberto pela elite política remanescente de 1958 e; (3) desejo dos setores populares, e mesmo da classe média, de renovar suas elites dirigentes para que estas fizessem funcionar novamente o sistema “redistributivo” que tinha operado até os anos de 1980. Assim, a descrença nas lideranças democráticas de *Punto Fijo* colocou fim ao pacto e à popularidade dos partidos tradicionais. Villa (2005) afirma que o profundo sentimento de rejeição aos partidos tradicionais por parte dos venezuelanos favoreceu a emergência de Hugo Chávez ao poder político – o que veremos na próxima sessão.

A população, com o agravamento das diferenças sociais representadas por uma excessiva concentração de riqueza de um lado e a pauperização das grandes maiorias, por outro lado, nutriu uma aversão aos partidos políticos tradicionais, levando a um esgotamento da oposição política e um descrédito em relação às instituições em geral. O descrédito nas organizações políticas tradicionais, por parte dos cidadãos, provocou o que é denominado na ciência política como “*desalineamiento*”. Ou como Penfold (2001) afirma, houve um processo de “*desalineación*” (*dealignment*) eleitoral constituído pela quebra das lealdades partidárias, que até 1988 eram bastante fortes, e com um crescimento de novas organizações partidárias¹⁸ e dos denominados “independentes” (GUTIERREZ, 2007, p. 106).

Os esforços em criar planos que atendessem a população já não apresentavam resultados. Os sinais da crise se tornaram evidentes: grupos de opinião e/ou movimentos sociais passaram a reclamar participação nas tomadas de decisões (BOHÓRQUEZ, 2004). Era o fim da credibilidade nas lideranças partidárias e da legitimidade do sistema político. Os partidos tradicionais perderam espaço no cenário político por não conseguirem reagir à crise e

¹⁸ Essas novas organizações partidárias - a exemplo de *La Causa R*, *Convergencia* e *Movimiento V República* – apresentavam discursos anti-partidista e anti-sistema.

concluir as reformas pleiteadas (PENFOLD, 2001; GUTIÉRREZ, 2007). O Pacto de *Punto Fijo* e os partidos políticos tradicionais nunca mais se refizeram após esses incidentes.

A crise do sistema *puntofijista* se evidenciava nos níveis crescentes de abstenções eleitorais. A estabilidade e a legitimidade conquistadas foram se esvaindo devido a diversos fatores que abrangem desde a estrutura interna dos partidos até a crise econômica com a queda do preço do barril de petróleo e o sobreendividamento do país.

A agonia do *puntofijismo* registrava uma total aversão às instituições políticas como fica claro na transcrição do resultado de pesquisas realizadas pela RedPol na Venezuela e apresentadas por González (2008, p. 150). Questionados se teriam: muita, pouca ou nenhuma confiança no governo Federal, ainda em 1983, início da crise do regime, 60% dos venezuelanos responderam de forma negativa (nenhuma). Em 1998, para a mesma pergunta, 92% responderam não confiar no governo. Sobre o Senado Federal, os números foram de 58% para 93% de desconfiança. Nesta última pesquisa até o Poder Judiciário era desacreditado por 90% dos entrevistados.

As causas da crise política, bem como a incapacidade dos atores do antigo regime em responder a ela, apontam vários fatores políticos, econômicos e sociais causadores da instabilidade da democracia venezuelana. Tais fatores condizem com a afirmação de Villa de que as bases do sucesso do regime do Pacto de *Punto Fijo* se converteram em fatores causais da crise. Nas palavras de Villa (2005, p. 157): “o excessivo centralismo e paternalismo estatal, os pactos partidários originados a partir do Estado, a excessiva institucionalização do bipartidarismo, a economia exportadora baseada no petróleo, e até mesmo o sistema eleitoral baseado na representação proporcional”, que estavam no cerne da estabilidade do regime, passou com a crise a expressar as razões da dificuldade em superá-la.

O problema central do sistema político encontrava-se no paradoxo entre a centralização do regime e o aparecimento de novos grupos sociais requerendo participação e exigindo o debate sobre a reforma nas regras do jogo. Estes grupos compostos por políticos emergentes, marginalizados e excluídos do sistema, que pleiteavam uma maior descentralização das decisões e dos mecanismos de participação política, buscavam reduzir o poder dos líderes partidários das duas grandes siglas que inviabilizava a ascensão de novos quadros. Por outro lado, questionavam a ausência de eleições regionais que dificultava o surgimento de partidos fora da grande estrutura *puntofijista*.

Até 1989 na Venezuela não havia eleições para governadores e os prefeitos (*alcades*) não eram eleitos de forma direta. Estes eram eleitos indiretamente pelas próprias câmaras municipais. Já os governadores eram escolhidos pelo presidente da República. Assim, entre os

aspectos em discussão se colocava a descentralização administrativa, como a eleição direta para governadores e o sistema eleitoral a ser aplicado. No entanto, até as eleições de 1988, não se efetuou a reforma proposta. Vale ressaltar que os setores hegemônicos temiam as mudanças nas regras do jogo, o que coincidia com a falta de vontade política dos mesmos. Além disso, como afirma González (2008), nem as elites dirigentes nem o governo tinha um real conhecimento que o sistema político estava perdendo sua vigência.

O fato é que os antigos quadros partidários não conseguiam reagir à crise. E suas alternativas de reformas apenas ampliavam os problemas. Se as reformas econômicas não foram exitosas tampouco foram as políticas. Apenas em 1989 uma reforma eleitoral instituiu eleições diretas para governadores e prefeitos e flexibilizou o sistema de lista fechada, instituindo o sistema eleitoral misto. Esta tentativa de atender às demandas por reforma acabou produzindo um efeito trágico para os principais partidos, AD e Copei. Devido a fatores organizativos, em particular as características da estrutura interna dos partidos que, segundo Penfold (2001), eram extremamente hierárquicas e pouco democráticas, estes partidos não possuíam internamente caminhos de acesso para as novas lideranças regionais que eram sempre subordinadas às forças nacionais, as únicas que se apresentavam em eleições diretas. Com esta nova regra, novos quadros passam a surgir estabelecendo o início de suas carreiras no âmbito regional. Com dificuldades em se estabelecerem na rígida estrutura dos dois grandes partidos estes quadros acabam se estabelecendo em pequenas máquinas partidárias, muitas vezes de influência apenas regional ou em candidaturas independentes. Esta nova configuração de forças vai aos poucos desafiando o poder do bipartidarismo à medida que o crescimento regional destas pequenas legendas faz com que suas novas lideranças vão despontando como possíveis figuras da política nacional (PENFOLD, 2001).

Como vimos, os resultados das eleições de 1993 e 1998 marcaram a queda definitiva dos partidos tradicionais AD e COPEI, e sua superação por forças emergentes. A Venezuela passou de um sistema bipartidário a um sistema multipartidário instável (GONZÁLEZ, 2008; PENFOLD, 2001). A crise do pacto converteu a qualidade do sistema partidário - que outrora fora considerado um dos mais institucionalizados da América Latina, em um dos piores sistemas partidários latino-americanos.

Quando a economia entrou em crise, os acordos com os grupos de interesses ficaram sensíveis, fazendo com que a cooperação para manter as regras do jogo fosse questionável. A crise do pacto nos mostrou que as fraquezas e os problemas institucionais e socioeconômicos do sistema político venezuelano eram inerentes ao processo histórico da consolidação democrática.

O exaustivo controle que os líderes partidaristas exerceram sobre seus membros, acompanhado dos efeitos sociais de um baixo desempenho econômico fizeram os eleitores perceberem os políticos como atores que não respondiam às suas demandas, produzindo um grande descontentamento eleitoral. Além deste fator, a descentralização política iniciada em 1989, como já vimos, modificou a estratégia dos atores políticos. Isto porque com a realização de eleições diretas regionais e municipais, muitos quadros começaram a construir suas carreiras a partir do local para o nacional, o que tornou mais difícil o controle por parte dos líderes partidaristas nacionais sobre os membros de seu partido.

Segundo Rey (1998), a crise do sistema do Pacto de *Punto Fijo*, bem como do modelo de desenvolvimento empreendido por este, não significou uma crise da democracia, embora seu caráter minimalista estivesse amplamente questionado. A crise se constituiu não só em uma crise conjuntural, mas também uma crise estrutural, a qual não mais permitiu que os partidos tradicionais ocupassem o cenário político e eleitoral.

O que estes fatos evidenciam é que o regime havia se tornado insustentável sob o comando dos mesmos atores, e apenas uma solução externa à dinâmica *puntofijista* poderia reaver nos cidadãos venezuelanos a crença nas instituições.

Em síntese, podemos concluir que as próprias características que faziam do pacto de *Punto Fijo* um sistema estável, o levaram a não conseguir superar a crise. Em outras palavras, a estrutura partidária fortemente hierarquizada que levava a manutenção dos mesmos quadros no poder, o voto em listas fechadas que acarretava no fortalecimento do partido, mas também na dificuldade de se gerar vínculos entre os representantes (parlamentares) e seus representados, e, por fim, a aproximação ideológica dos partidos que gerou no momento da crise a sensação (real) de que todos representavam a mesma coisa estavam, como visto, na raiz tanto da estabilidade do sistema como de sua dificuldade em evitar sua derrocada. Em suma, as estratégias dos atores políticos no pacto de *Punto Fijo* foram cruciais para entendermos o processo do pacto, a crise do sistema partidário, bem como, a ascensão de Hugo Chávez ao governo e a não aceitação de seu governo por parte da oposição.

5. Por que Chávez?

Com o comportamento negativo da economia venezuelana e, logo, com a crise econômica, política e social, o sistema de cooperação não consegue mais ser sustentado. E os

atores políticos passam a questionar as vantagens de cooperar com as regras do jogo. Os setores mais atingidos pela crise constituem os grupos desorganizados, que em sua maioria não se encontravam na estrutura corporativa do Estado. As dificuldades da ordem institucional para responder às demandas destes setores levam a radicalização de seus manifestos para ações de “política *de calle*”. As reformas político-econômicas empreendidas para solucionar a crise pela qual o país passava não foram suficientes para relegitimar os atores do regime *puntofijista*. E a qualidade do sistema partidário que outrora fora considerado - até o início da década de 1970 - um dos melhores sistemas institucionalizado da América Latina (segundo *Fredoom House*), reduziu-se, passando o mesmo a ser considerado um dos piores sistemas partidários latino-americanos. Os partidos tradicionais perderam legitimidade, como foi evidenciado nos crescentes níveis de abstenções eleitorais. A crise partidária se fez profunda. Nesse cenário, as significativas abstenções eleitorais, ocorridas já a partir de 1978, mostraram o esgotamento da oposição política e um descrédito em relação às instituições em geral.

Novos atores aparecem no cenário político reivindicando participação. E, em meio a esse contexto, a figura de Hugo Chávez – um *outsider* do cenário político - foi favorecida na sua ascensão ao poder em 1998. Mas o que levou os eleitores votarem em Hugo Chávez, um militar, que não era uma figura do cenário político? Como surgiu sua figura e de seu partido Movimento V República – MVR (atual Partido Socialista Unido de Venezuela – PSUV) no cenário político?

Em 1989 nasce, após o *Caracazo* – com a transformação do Exército Bolivariano 200 (EB-200) –, o Movimento Bolivariano-200 (MBR-200), que era integrado por uma nova consciência dentro das Forças Armadas, a qual buscava romper com as milícias corruptas e com a política *puntofijista*. Este movimento foi o responsável pela organização de um ato contra o sistema político até então vigente, uma tentativa de golpe de Estado em 04 de fevereiro de 1992, quando, nas palavras de Hugo Chávez – um de seus principais líderes, “*un numeroso grupo de amigos y compañeros de todas las fuerzas acudieron al llamado de la patria*”¹⁹. Este dia foi o início da senda que levaria Chávez ao comando do país seis anos mais tarde.

Chávez fala de 04 de fevereiro como uma jornada insurrecional – um movimento cívico-militar - diferenciando de golpe militar clássico – quanto a sua tática e estratégia e fins políticos. Nas palavras de Chávez: “*el 4 de febrero quedó al descubierto la avanzada del*

¹⁹ Chávez, Hugo. Mensaje Bolivariano del Comandante Hugo Chávez Frías a la Nación: *a un año del 4F, Aniversario de la Dignidad*. MINCI: 2007, p19

*Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 y fue generada una gran brecha en el frente desgastado del anciano régimen*²⁰.

Após o “fracasso” do levante de 04 de fevereiro de 1992, Chávez foi preso²¹. No entanto, antes fez um breve discurso às câmaras de televisão, pedindo a seus seguidores que depusessem suas armas:

*Primero que nada quiero dar buenos días a todo el pueblo de Venezuela, y este mensaje bolivariano va dirigido a los valientes soldados que se encuentran en el Regimiento de Paracaidistas de Aragua y en la Brigada Blindada de Valencia. Compañeros: Lamentablemente, **por ahora**, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital. Es decir, nosotros, acá en Caracas, no logramos controlar el poder. Ustedes lo hicieron muy bien por allá, pero ya es tiempo de reflexionar y vendrán nuevas situaciones y el país tiene que enrumbarse definitivamente hacia un destino mejor. Así que oigan mi palabra. Oigan al comandante Chávez, quien les lanza este mensaje para que, por favor, reflexionen y depongan las armas porque ya, en verdad, los objetivos que nos hemos trazado a nivel nacional es imposible que los logremos. Compañeros: Oigan este mensaje solidario. Les agradezco su lealtad, les agradezco su valentía, su desprendimiento, y yo, ante el país y ante ustedes, **asumo la responsabilidad** de este movimiento militar bolivariano. Muchas gracias.*²² [Grifo nosso]

Para Gabriel Garcia Marques (2000) o discurso da derrota do levante de 1992 foi o primeiro da campanha eleitoral que o levou à presidência da república. Há entre outros elementos no discurso de Chávez, dois que, a nosso ver, foram centrais e marcaram o imaginário das pessoas: primeiro, foi o fato de Chávez ter assumido a responsabilidade do movimento, marcando um diferencial em relação aos políticos anteriores que jamais se responsabilizavam por um erro e, segundo, o fato de Chávez ter dito “*por ahora*”, marcando que embora o levante tenha fracassado não significava uma desistência quantos aos objetivos de tomar o poder. O que se concretiza seis anos mais tarde pela via democrática – isto é, com sua vitória nas eleições de 1998.

Em poucas palavras Chávez congregou elementos fundamentais que distinguiu com o modo de falar dos presidentes anteriores, marcando o imaginário dos venezuelanos. José Vicente Rangel²³ afirma que nesse momento Chávez deixou de ser “*el militar nato para convertirse en el comunicador nato*”. E, é neste sentido que o “fracasso” do levante militar

²⁰ *Idem*, p 9 e 10.

²¹ Chávez fica preso até 1994. Depois cria o Movimento V. Republica, partido do qual Chávez sai candidato em 1998.

²² Palavras do Tenente-coronel Hugo Chávez em 4 de fevereiro de 1992 pela televisão. Disponível em: <http://www.analitica.com/Bitblbio/hchavez/4f.asp>

²³ In: ARANGUIBEL, Alberto. *Reflexiones chavistas*. Colección Alfredo Maneiro. Caracas: el perro y la rana, 2007, p. 9.

liderado por Chávez deve ser posto entre aspas, pois esse mesmo fracasso, a nosso ver se converte em uma vitória política (FUKUSHIMA, 2008).

Quando Chávez foi preso, se observou certo fervor entre o povo venezuelano. Surgiu de forma ainda modesta as primeiras camisetas e boinas vermelhas e as crianças vestidas como Chávez quando o mesmo apareceu na televisão em 1992. A partir desse discurso Chávez passa a ser conhecido em toda a Venezuela como líder do Movimento Bolivariano. Assim, a figura de Chávez passa a ser emblemática no cenário político e, logo, vista como a de um possível candidato que teria pulsos firmes por ser militar e ao mesmo tempo um candidato “anti-sistema” que romperia com *status quo*.

Em 1994, quando Chávez foi liberado da prisão, decidiu percorrer o país e aceitou participar das eleições presidenciais de 1998. Ele, que a priori, conclamava a abstenção eleitoral em 1993. “Com efeito, Chávez e seus seguidores se tinham preparado para tomar pela força um poder que consideravam “sequestrado” por uma liderança partidária que tinha fracassado, deixando de levar a felicidade aos venezuelanos” (ROMERO, C., 2005, p. 208). No entanto, após sair da prisão, Chávez soube interpretar o cenário político e, com o apoio de setores sociais de classe média e baixa, além dos apoios de forças comunicacionais²⁴ e econômicas para prepará-lo como uma força política, tentou por vias democráticas – concorrer às eleições presidenciais para tomar o poder.

O cenário político da época – que favorecia muito a candidatura e a vitória de Chávez – estava marcado por uma profunda deslegitimação das instituições e dos atores políticos tradicionais. Segundo Gutiérrez (2007), o discurso anti-sistema e antipolítico tiveram um terreno favorecido na opinião pública diante desse contexto político.

Neste sentido, o militar Hugo Chávez encontrou condições propícias para sua eleição em dezembro de 1998. O Movimento V República (MVR) era algo novo diante da tradicional aliança COPEI/ AD. Segundo Villa (2005, p. 161), o MVR constituía “uma frente heterogênea de forças políticas e sociais, na qual se albergavam desde setores nacionalistas e da esquerda tradicional até setores provenientes dos partidos hegemônicos do *puntofijismo*”.

O já, então, candidato Chávez – pelo partido MVR – comandava a formação de uma aliança entre três grandes setores: o militar, com ele desde o golpe de 1992, a esquerda tradicional, e alguns grupos culturais, empresariais e sociais que haviam rompido com *puntofijismo* e não vinham atuando na política. Parte destes atores havia sido derrotada na

²⁴ A campanha de Chávez esteve visivelmente presente no tradicional jornal venezuelano *El Nacional* (de circulação nacional). O primeiro discurso de Chávez, quando tomou posse em 1999 se realizou em “*El Ateneo*” – lugar pertencente à família Otero, donos desse jornal que hoje representa parte da oposição ao governo.

Luta armada dos anos 1960, quando foi consolidada a democracia (ROMERO, C., 2005). Em termos partidários a candidatura de Chávez reuniu na aliança denominada Pólo Patriótico (PP), além de seu Partido, o Movimento Quinta República (MVR); o Pátria Para Todos (PPT), partido de contestação ao regime do Pacto de *Punto Fijo* e; o Movimento ao Socialismo (MAS), último partido a aderir ao Pólo (LÓPEZ MAYA, 2005).

Durante a campanha, Chávez conseguiu romper com o estigma de candidato da esquerda radical, golpista e antidemocrático, apresentando-se como um quadro de centro esquerda que romperia com o *puntofijismo*. Desta forma, conseguiu angariar o apoio de setores da classe média e até do empresariado (ROMERO, C., 2005). O que se destacava de radicalismo no discurso de Chávez resumia-se ao seu franco enfrentamento às lideranças do antigo regime. Neste sentido ele ia diretamente ao encontro das aspirações dos setores marginalizados pelas instituições legadas deste regime (VILLA, 2005). As elites tradicionais estavam fragmentadas, sem um projeto próprio e sem capacidade de fazer forte oposição. Para Villa (2005), contribuíram também para a vitória de Chávez uma sucessão de equívocos das campanhas adversárias. Um exemplo que o autor destacou foi em torno da candidata Irene Sáez – uma figura carismática no cenário político da época. Esta, que foi ex-Miss Universo, lançou-se candidata independente, tendo em seu currículo duas boas administrações como prefeita do Município de Chacao, uma das sub-administrações da capital Caracas. A candidata liderou a pesquisa por quase um ano, até aceitar o apoio do tradicional partido Copei. Seu nome foi automaticamente ligado à velha estrutura partidária e sua candidatura declinou em poucos meses.

Conforme a campanha avançava, a candidatura de Chávez ampliava a distância para com seus adversários em todas as pesquisas de opinião. Segundo Gutiérrez (2007), os partidos tradicionais (dominantes no Congresso) – diante da possível vitória de Chávez – empregaram a separação das eleições presidenciais, regionais, parlamentares e locais – através da Lei de Reforma Parcial da Lei Orgânica do Sufrágio e Participação Política de 1998. Na verdade essa lei foi uma manobra política dos partidos tradicionais que buscaram garantir sua sobrevivência em um cenário de ruptura, tal como se apresentava a provável vitória de Chávez. Pois com a separação das eleições, se reduziria parcialmente o efeito de arraste produzido pelas eleições presidenciais. Ou seja, a redução do que Molina e Pérez (1999) chamam de “efeito porta-avião”, o qual o voto presidencial atrai o voto parlamentar. Desta forma,

La ley de Reforma Parcial estipuló que las elecciones locales de Alcades, Concejales y Juntas Parroquiales se efectuaran durante el segundo semestre

de 1999 (artículo 278). Las elecciones para Diputados y Senadores al Congreso Nacional, Gobernadores y Asambleas Legislativas se realizarían el segundo domingo del mes de noviembre (artículo 288) y finalmente, las elecciones presidenciales quedarían en la misma fecha inicialmente planteada: 6 de diciembre. (GUTIÉRREZ, 2007, p. 132)

Assim, as eleições parlamentares se realizaram em novembro. Nestas eleições, como podemos ver na Tabela 4, a câmara dos deputados em 1998 ficou bastante dividida, porém somando os partidos de coalizão do “Pólo Patriótico” (MVR, PPT, MAS, MEP, PCV), vemos uma maioria pró-governo Chávez.

TABELA 4: % de Cadeiras por Partidos na Câmara dos Deputados da Venezuela (1958-2000)

PARTIDO	1958	1963	1968	1973	1978	1983	1988	1993	1998	1999	2000
AD	54,9	37,1	30,8	51,0	44,2	56,5	48,3	27,6	33,0		18,2
COPEI	14,3	21,3	27,6	32,0	42,2	30,0	33,3	27,1	14,4		4,2
URD	25,5	16,3	7,9	2,5	1,5	1,5	1,0				
PCV	5,3			1,0	0,5	1,5	0,4			3,8	
FND (IPFN)		12,3	1,9								
FDP		9,0	5,1								
MEP			11,7	4,0	2,0	1,5	1,0				
CCN			9,8	3,5							
MAS				4,5	5,5	5,0		12,6	9,6	14,5	12,1
MAS-MIR							9,0				
Convergencia								12,6	1,6		1,2
Causa R								20,1	2,7		1,8
Movimiento Vº República									24,5	67,9	47,3
Proyecto Venezuela									10,6		4,2
Patria Para Todos									3,2	6,9	0,6
Apertura									0,5		
Renovación											
Primero Justicia											1,8
LAPY											1,8
Nuevo Tiempo											1,8
Independentes										4,6	
Outros		4,0	5,2	1,5	4,0	4,0	6,9				3,0
Delegados Indígenas										2,3	1,8
Total (=100%)	133	178	214	200	199	200	201	199	188	131	165
Fragmentação	2,6	4,3	4,9	2,7	2,6	2,4	2,8	4,5	4,7	2,0	3,6
Comparecimento Eleitoral	79,7	78,3	84,6	81,1	74,5	77,1	72,7	60,0	63,5	47,1	56,5

Fontes: COPPEDGE (S/D), LANDMAN (1995) E CSE/VE (1987; 1990) *apud* AMORIM NETO (2002: 256)

Como podemos verificar, a despeito de AD ter sido individualmente o partido a eleger o maior número de governadores e parlamentares, ficou clara a ascensão dos partidos do Pólo Patriótico, que elegeram 08 dos 24 governadores, além de ter consolidado o MVR como a segunda bancada de deputados e de senadores.

No curto espaço de tempo entre as eleições regionais e a presidencial, que seria em dezembro, ainda houve tempo para nova reformulação nos apoios partidários. Nessa altura o segundo colocado nas pesquisas era Henrique Salas Römer, candidato por um partido emergente desligado do bipartidarismo *puntofijista*, o *Proyecto Venezuela*. Preocupados com a constante ascensão de Chávez e, a pulverização do voto anti-chavista entre os três candidatos opostos – Irene Sáez (Copei), Salas Römer (PV), e Álfaro Uceró (AD) – os partidos AD e Copei decidiram por abandonarem seus candidatos para apoiar Salas Römer, formando o que denominaram Pólo Democrático.

Os resultados, apesar de não serem diferentes do que mostravam as pesquisas não deixaram de ser surpreendentes. Chávez foi o vitorioso, com 56,2% dos votos, seguido por Salas Römer, com 39,97% e Irene Sáez com 2,82%. O fato mais marcante, entretanto foi a redução da abstenção de 45,49% nas eleições de novembro para 36,55% em dezembro. Mais de um milhão de eleitores que não haviam votado naquelas eleições parlamentares, foram às urnas votar nas eleições presidenciais. O fato de o candidato – apoiado por AD, Copei e PV – ter recebido praticamente a mesma votação destes partidos em novembro e Chávez ter tido mais de um milhão de votos a mais que o PP nas eleições regionais, nos indica que a queda na abstenção também favoreceu este candidato (LÓPEZ MAYA, 2005).

Este resultado nos mostrou o declínio das forças tradicionais no cenário político – diante da eleição de uma figura que não estava ligada aos atores do jogo político *puntofijista*. Buscou-se eleger alguém que pudesse administrar melhor o governo e o repasse dos recursos econômicos, que os atores tradicionais *puntofijista*. Em meio a esse contexto de quebra dos sistemas político e econômico venezuelano, Hugo Chávez soube interpretar o que estava ocorrendo e com críticas a administração dos atores *puntofijista* e ao mesmo tempo com um discurso universalista, em que não excluía qualquer setor da sociedade, vence as eleições e ascende ao poder em 1999. Como podemos ver em seu discurso de posse, Chávez buscou agregar todos os setores para um governo que regularia as crises do sistema político que o país passava.

Clamo a todos, los partidarios de nuestra propuesta o nuestro proyecto, los adversarios de nuestra propuesta, los llamo a que jugando cada quien su papel, pensemos primero y antes que nada en el interés del país y en el interés del colectivo, y pongamos en último término el interés del colectivo, y pongamos en último término el interés de nuestra fracción, de nuestro partido, de nuestro grupo, de nuestra familia o el interés de nosotros mismos. Eso va en último lugar de prioridad. Llamo a todos a que sea la norma de trabajo a partir de este mismo instante, para que podamos polemizar y regular las perturbaciones, porque ustedes lo saben, la crisis

moral está allí, la crisis económica está aquí. (CHÁVEZ, 2005, p. 9 – TOMO I)

Sua proposta era a mudança dentro do próprio sistema – de um capitalismo mais humano. Isto é, o discurso de Chávez deve ser entendido, pelo menos nos seus primeiros três anos de governo, como uma “ruptura” do modelo em que governavam as elites tradicionais e não uma ruptura do sistema em si. Neste sentido, encontramos em seus discursos reivindicações anedóticas – de valores e princípios. Chávez faz uma analogia da crise do sistema de *Punto Fijo* a “Teoria da Catástrofe” de Clausewitz em que a soma de crises e/ou perturbações não solucionadas gera uma catástrofe. Nas palavras do presidente Chávez:

Esa crisis no hubo capacidad para resolverla, la más mínima capacidad ni la más mínima voluntad para resolverla y siguió galopando como un pequeño cáncer que no es extirpado a tiempo y así llegaron los años 80 y ocurrió la según gran crisis, después de una serie de pequeñas perturbaciones, vino el “viernes negro”. Ahora carcomió instituciones, carcomió el modelo económico y la crisis se hizo económica y comenzamos a oír en Venezuela a hablar de devaluación, de inflación, términos que habían quedado durante muchos años al recinto de los estudiosos de la economía. Pero tampoco se reguló esa crisis, ni la moral ni la económica y la acumulación de estas dos crisis originó una tercera, espantosa porque es visible, porque las otras, la moral y la económica son así como los volcanes que por debajo van madurando hasta que explotan, revientan y se hacen visibles y arrasan pueblos, vidas y ciudades. (CHÁVEZ, 2005, p. 8 – TOMO I)

Como podemos verificar, Chávez apresentava em seu discurso de posse a proposta de regular as crises do regime venezuelano, o que fez o povo ver na sua figura, o representante que romperia com os erros dos atores *puntofijista* e melhor administraria o país. Chávez propunha a ruptura com a IV República (1958 –1998) e, logo, o deslocamento das elites *puntofijista*, e a instauração da V República com a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte e uma nova Constituição.

No entanto, os primeiros anos do governo Chávez foram marcados por intensos conflitos entre o governo e a oposição, assinalados por paralisações, greves, golpes, controle das Forças Armadas e erradicação de focos de oposição na administração pública e na PDVSA, além de um referendo revogatório presidencial (ROMERO, C., 2005).

A luta no campo político, como veremos no capítulo 3, se deu para além dos partidos, à medida que a oposição esteve personificada na figura do empresariado (Fedecámaras), da PDVSA e dos meios de comunicação, e o governo personificado na figura de Hugo Chávez.

As reações empreendidas pela oposição contra o governo Chávez – muitas de caráter antidemocráticas, ainda que sob a justificativa de que se defendia a democracia, nos levam a

indagar por que os setores econômicos (empresariado, representado por Fedecámaras, a indústria petrolífera do país – PDVSA) e setores comunicacionais (como *El Nacional* que apoiou Chávez em sua campanha) buscaram derrubar um governo que havia sido eleito democraticamente. O porquê estes setores se sentiram ameaçados diante das medidas tomadas pelo novo governo.

6. Conclusão

Neste capítulo buscamos responder quais as razões que levaram o regime político venezuelano instalado a partir de 1958, que era considerado tão sólido, a não conseguir responder à crise dos anos 80 e 90. Notamos que a crise de natureza econômica colocou às claras uma série de contradições inerentes a este regime que eram encobertas pela abundância de recursos propiciada pela renda petrolífera. Parte da literatura vê nesta variável – a renda petrolífera – a razão tanto do êxito, quanto da queda do regime. A nosso ver tal avaliação é incompleta, por menosprezar a relevância das estratégias políticas dos atores em torno do Pacto do *Punto Fijo*. Nessas conclusões defendemos que a forma mais completa de se avaliar o processo ocorrido na Venezuela nos anos em questão consiste numa abordagem pluralista. Ou seja, uma abordagem que incorpore as diversas variáveis envolvidas no processo: político, econômico, histórico, cultural, social e institucional.

O regime democrático *puntofijista*, assim, deve ser entendido como uma opção dos atores envolvidos frente ao temor de governos autoritários como o anterior a 1958. O caráter minimalista do mesmo procurava reduzir a conflitividade que uma visão mais abrangente de democracia poderia acarretar. Por outro lado a instauração do regime semi-corporativo, centralizado em entidades representativas e partidos políticos, buscava dar voz a todos os setores, sem, no entanto, difundir a participação popular. Temia-se que a participação em excesso comprometesse a paz social. A estrutura hierarquizada e a pouca mobilidade interna dos partidos e das entidades reprimia esse “excesso” de participação. O petróleo neste sentido cumpria a função instrumental de gerar recursos para a cooptação de todos estes setores e mantê-los fiéis ao regime democrático. Por sua vez instrumentalizava programas sociais visando manter a massa popular – os eleitores – satisfeita.

À medida que os recursos petrolíferos escassearam a coesão do regime foi abalada. As massas revoltadas com sua pauperização passaram a exigir mecanismos de participação, que

não existiam. Os setores integrados ao sistema semi-corporativo apresentaram dificuldades em manter a coesão interna diante da necessidade de dividir entre si as perdas resultantes da crise. O que antes era considerado um trunfo – a estrutura hierarquizada destas entidades - passa ser um problema, devido aos entraves que impunha à renovação das forças internas. Amarrados pelas teias, criadas por eles mesmos, os atores do *puntofijismo* não conseguiram apresentar soluções aos problemas, dando início a uma sucessão de crises políticas, econômicas e institucionais.

O fato é que, o espaço aberto por essa sucessão de crises foi aproveitado por atores e partidos emergentes, que centralizados na figura de Hugo Chávez, chegaram ao poder em 1998, propondo uma ampla reforma no sistema político e na administração pública do País. Novamente, a compreensão das estratégias dos atores políticos e econômicos estará no foco do entendimento dos avanços e das barreiras à consolidação da democracia na Venezuela.

III

A LUTA PELA HEGEMONIA: GOVERNO CHÁVEZ X OPOSIÇÃO

En una democracia los ciudadanos son libres de no estar de acuerdo con la ley, pero no de desobedecerla, porque en un gobierno de leyes, y no de hombres, nadie, por muy prominente o poderoso y ningún motín callejero por más violento o exaltado, tiene derecho de a desafiarlas.

Juan Linz

1. Introdução

Os fatores que levaram Hugo Chávez ao poder situam-se num contexto em que o discurso anti-sistema e anti-partido encontraram espaço em meio à crise do sistema político venezuelano. Como vimos, a Venezuela da década de 1980 enfrentou uma crise econômica que deixou evidente uma série de contradições inerentes ao regime político, demonstrando a incapacidade dos atores tradicionais em dar respostas aos problemas vividos. Em razão disso, aumentou na população a percepção de que os partidos tradicionais (AD e COPEI) não seriam capazes de resolver a crise econômica. Diante da deterioração das condições socioeconômicas do país e da incapacidade dos partidos em atender às demandas da população, esta iniciou uma prática conhecida por “voto castigo” (JIMÉNEZ, 2003, p. 48). Em outras palavras, os eleitores passaram a não votar nos candidatos que pertenciam ou que recebiam apoio dos partidos tradicionais. Como visto no capítulo anterior, este fato fica claro com a vitória de Rafael Caldera pelo partido Convergência em 1993 e de Hugo Chávez, pelo partido Movimento V República (MVR), em 1998.

Como também já foi visto, Chávez captou perfeitamente o momento político vivido pelo país, e tornou-se o eixo central das eleições de 1998. Além de ter sua origem política na oposição aos atores *puntofijistas*, o então candidato apresentava em seu discurso e modo de comunicar um perfil intimista que atendia aos anseios da população desamparada. Por esta razão ele mesmo consegue ditar a agenda da campanha (JIMÉNEZ, 2003).

Chávez é eleito e, logo ao assumir o governo em 1999, cumprindo sua promessa de campanha, encaminha o processo para o estabelecimento de uma Assembleia Constituinte. Este processo e a promulgação da nova Constituição marcam a ruptura definitiva com a democracia pactuada, vigente até então e, leva ao agudizamento de conflitos entre os novos membros do poder e antigas elites, agora na oposição.

Neste sentido, este capítulo apresenta como objetivo uma reflexão sobre o governo Chávez e as medidas por ele tomadas que levaram as elites tradicionais - Fedecámaras, meios de comunicação privados e até lideranças da indústria estatal petrolífera (PDVSA) - a se sentirem ameaçadas, a ponto de empreenderem ações antidemocráticas para derrubar o presidente eleito. Para tanto, dividimos o presente capítulo em três seções, além da introdução e conclusão. A primeira seção remete a natureza do governo Chávez e o que representaram suas ações em relação aos governos anteriores. A segunda seção discorre sobre a origem e o comportamento da oposição ao governo Chávez, enfatizando o papel da indústria estatal

petrolífera (PDVSA), do empresariado (Fedecámaras) e dos meios de comunicação. Na terceira seção analisamos os atores políticos em conflito durante os primeiros anos do governo Chávez e as estratégias da oposição para derrubar o presidente do poder. A este respeito discorreremos sobre os seguintes episódios: o Golpe de abril de 2002, a Sabotagem Petrolífera (dezembro de 2002 – fevereiro de 2003) e o Referendo Revogatório Presidencial de 2004.

2. O que representa o governo Chávez: rupturas ou continuidades?

A plataforma de Chávez e de sua coalizão representada pelo Pólo Patriótico estava centrada na busca de justa distribuição dos frutos do petróleo à população, conforme visto na Agenda Alternativa Bolivariana (AAB)²⁵. Sua campanha eleitoral, neste sentido, apresentava como eixo central o fim do *puntofijismo* e do monopólio político e econômico das elites ligadas ao regime semi-corporativo. Para isso o discurso de Chávez transitava em torno da proposta de um governo para além da “IV República²⁶” e, logo, da Constituição de 1961²⁷. Assim, logo ao assumir a presidência, Chávez convocou uma Assembleia Constituinte que tinha a incumbência de redigir uma nova Constituição, marco de um novo período denominado de “V República”.

Os principais pontos da Constituição de 1999, conhecida também como a Constituição Bolivariana são: i) a extensão do mandato presidencial para seis anos, com possibilidade de reeleição; ii) a instalação de um Conselho de Governo; iii) a utilização de plebiscitos consultivos para assuntos de interesse nacional especial; iv) a substituição do Congresso bicameral pela Assembleia Nacional unicameral; v) a criação de dois novos poderes, o Poder Cidadão²⁸ e o Poder Eleitoral²⁹; vi) a eleição direta pelo voto popular dos membros (juízes e magistrados) do Supremo Tribunal de Justiça que substituiu a extinta Suprema Corte de Justiça; vii) a união dos quatro ramos das Forças Armadas na Força Armada Nacional, e

²⁵ Agenda apresentada por Hugo Chávez em 1996, que serviria de suporte programático para sua campanha em 1998.

²⁶ A IV República compreende o período de 1958 a 1998, conhecido como o período do Pacto de *Punto Fijo*.

²⁷ A Constituição de 1961 não previa reeleição imediata e o mandato presidencial era de cinco anos.

²⁸ O Poder Cidadão é exercido pelo Conselho Moral Republicano, a ser integrado pelo Defensor do Povo, Fiscal Geral e Controlador Geral da República. Seus órgãos são o Ministério Público, a Controladoria Geral da República e a Defensoria do Povo (Cfe. Artigo 273 da Constituição).

²⁹ Poder exercido pelo Conselho Nacional Eleitoral, órgão ao qual e subordinam a Junta Eleitoral Nacional, a Comissão de Registro Civil e Eleitoral e a Comissão de Participação Política e Financiamento (Cfe. Artigo 292 da Constituição).

expansão do sufrágio aos militares. Além destas alterações, a “Constituição de 1999 dá um papel proeminente para o Estado e, forte ênfase nos direitos dos trabalhadores, além de minar a autonomia do Banco Central” (VIZENTINI, 2003, p. 72).

A nova Constituição buscou conferir ao governo maior controle direto das receitas do petróleo, impondo o comando político sobre as instituições governamentais e promovendo canais de participação direta aos cidadãos nas políticas públicas, por meio de plebiscitos, organizações comunitárias locais e programas sociais. Com a nova Constituição, também se alterou o nome do país de República de Venezuela para República Bolivariana de Venezuela, reafirmando de forma incisiva o símbolo nacional³⁰ ao povo venezuelano. Assim, depois de promulgada a Constituição Bolivariana - em dezembro de 1999, houve, no mês de julho de 2000, novas eleições. Nesta, Hugo Chávez saiu vitorioso com 59,76% dos votos. Sua base de apoio, por seu turno, alcançou 61,11% das cadeiras na Assembleia Nacional (GUTIÉRREZ, 2007, p. 206). Foi o processo de relegitimação eleitoral do poder executivo e do poder legislativo sob a nova Constituição.

Os primeiros anos do governo Chávez mostraram de fato o rompimento com o regime anterior, especialmente na instauração de uma nova concepção de democracia: a “*Democracia Participativa e Protagônica*”. Isto é, uma democracia que utilizava vários mecanismos para participação direta dos cidadãos nas tomadas de decisões³¹. As ações do governo ao substituir as antigas elites pelo protagonismo popular são explicadas, neste momento, como uma forma do governo ampliar sua base de apoio político, dentro de uma visão e ação populista da administração. Os atores *puntofijistas* – os partidos, sindicatos e demais corporações, sobre as quais estava sustentado o aparato político do antigo regime, deixaram, com o governo Chávez, de terem um papel protagonista no desenho do projeto político nacional (JIMENEZ, 2003, p. 51). O governo Chávez neste sentido reconfigurou o “político” ao redor da cidadania social.

Seguimos, neste aspecto, o argumento de Villa (2005) que aponta o rompimento do governo Chávez com uma característica fundamental do sistema *puntofijista*, qual seja: a representação e organização multiclassista das instituições. O governo Chávez apresentou políticas que privilegiavam as bases sociopolíticas, ou seja, houve um rompimento com o conceito de democracia mínima ou schumpeteriana, uma democracia estritamente política para inserir uma democracia que atendesse os setores mais pobres. Assim, Chávez utiliza-se

³⁰ Referência a Simon Bolívar.

³¹ Vários foram os processos eleitorais até 2000: referendo consultivo para a realização de uma Assembléia Nacional Constituinte – ANC – (25/04/1999), Eleição dos membros da ANC (25/07/1999), votação à nova Constituição Nacional (15/12/1999), nova eleição presidencial em julho de 2000.

da legitimidade da soberania popular para expurgar todos os resquícios da democracia partidarista, desde o Congresso eleito em novembro até a Corte Suprema de Justiça.

No campo econômico e social, a despeito da ausência de rupturas radicais como as defendidas por alguns setores da esquerda marxista, o governo Chávez buscou consolidar já no seu início a vertente igualitária de sua concepção democrática. Neste sentido, o governo atestava a afirmação de López Maya (2005, p. 345), segundo a qual “*el proyecto político bolivariano entiende la democracia no sólo como el disfrute de libertades civiles y políticas, sino de manera muy enfática como igualdad social*”.

O programa social do governo Chávez baseava-se em uma visão estrutural das questões sociais. De forma diferente dos programas neoliberais que veem a pobreza como uma “falha” de mercado a ser combatida por políticas focalizadas, seu programa parte de uma análise holística do problema que engloba o conceito de exclusão social como uma característica própria do modelo de sociedade praticado. Como define López Maya (2005, p. 346/347):

El enfoque de las líneas generales es de tipo holístico, es decir, dicha exclusión social se diagnostica como un problema estructural de la sociedad que sólo puede ser corregido aplicando una práctica pública que relacione lo social al modelo económico, territorial, cultural e internacional de la nación, y trate de progresar en todos estos frentes a la vez. Es los que el documento llama “los equilibrios” que se deben construir para salir de las crisis estructural, uno de los cuales, el social, centraría la acción del Estado en la resolución de la exclusión”.

Um dos principais focos da política social do governo Chávez concentra-se na área educacional. Para atender ao déficit de vagas escolares públicas, foram construídos escolas e liceus voltados à educação básica e média. As iniciativas do novo governo reverteram à queda dos investimentos federais em educação vinda dos anos 1990. Da mesma forma lograram recuperar o número de matrículas e reverter o processo de deserção escolar que se acentuava. Neste último caso a principal medida do governo foi reduzir os custos da manutenção do estudante na escola através da eliminação de cobranças veladas de matrículas, do fornecimento de uniformes, de materiais didáticos e de refeições aos estudantes. Na educação básica foi retomada a jornada integral que havia sido abandonada nos últimos anos. Na educação pré-escolar o governo inova através da instalação dos chamados *Simoncitos*, que apresentam como meta iniciar a correção da exclusão e desigualdade social, afetiva e cultural, antes da criança ingressar na educação básica³².

³² Em 2005, contava-se com a matrícula de 650.000 crianças neste novo sistema.

Na área da saúde o processo foi mais lento, sendo que os programas mais exitosos seriam aplicados apenas após o período conflituoso do governo (1999-2004). Após este período programas emergenciais e setorializados – as chamadas Missões – marcariam a política social do governo Chávez.

Ainda no início de seu governo, entretanto, algumas medidas econômicas e sociais do presidente, teriam repercussões bastante conflituosas na sociedade. As principais delas foram tomadas por meio de um instrumento constitucional bastante controverso, as chamadas *Leis Habilitantes*³³. A polêmica em torno deste instrumento ficava por conta da grande concentração de poder que o mesmo propiciava ao executivo. Segundo Álvarez (2002, p. 115-117), este mecanismo legal “*acercan [ao presidente] a una especie de <<dictador constitucional>>, para legislar por decreto, en toda materia, por un largo período que puede ser hasta un año*”.

A utilização das *Leis Habilitantes*, dentre outros fatores propiciou a definição, por alguns autores, do governo Chávez como uma representação próxima ao estilo de “democracia delegativa³⁴”, conceito cunhado por O’Donnell (1997). Segundo Maria Helena de Castro Santos (2001) a “democracia delegativa” na concepção de O’Donnell pressupõe a concepção “cesarista” e “plebiscitária” de um presidente eleito que se percebe investido do poder de governar o país da forma que lhe aprouver, constrangido apenas pelas relações de poder existentes e pelo tempo constitucionalmente limitado de seu mandato.

Álvarez (2002, p. 115) também compartilha da ideia de aproximar a nova democracia instaurada com o governo Chávez à “democracia delegativa”. Para esse autor, a retórica do protagonismo popular no atual discurso político venezuelano revelou a intenção de substituir a democracia representativa – partidocracia – por outra forma distinta, que se aproximaria desta que O’Donnell denomina de democracia “delegativa”. De acordo com Álvarez, esta democracia está caracterizada para o caso venezuelano pelo:

- a. predomínio do princípio democrático do apoio majoritário do povo sobre o princípio liberal de limitação jurídica do poder governamental;

³³ “*Son Leyes Habilitantes las sancionadas por la Asamblea Nacional por las 3/5 partes de sus integrantes, a fin de establecer las directrices, propósitos e marco de las materias que se delegan al Presidente o Presidenta de la República con rango y valor de ley. Las leyes habilitantes deben fijar el plazo de su ejercicio*” (VENEZUELA, 1999 – artigo 203).

³⁴ O’Donnell apresenta as seguintes características de uma “democracia Delegativa”: o presidente eleito está autorizado a governar como achar conveniente; o presidente é considerado a encarnação da nação; por meio de eleições limpas, uma maioria autoriza alguém se converter no interprete exclusivo dos interesses da nação; a *accountability* horizontal é sumamente precária, são reconhecidas as tendências plebiscitárias. (ver: O’Donnell, 1997).

- b. personalismo presidencial que encarna a nação, define e defende seus interesses;
- c. a base política do presidente é um movimento emotivo que supera a facção partidária;

A contrapartida a esta visão pode ser expressa na necessidade de fortalecimento da figura presidencial para fazer frente ao poder econômico das elites interessadas na manutenção do *status quo* econômico e social. A inviabilização da tomada direta de decisões por uma assembléia de todos os cidadãos acaba por exigir que a soberania popular seja delegada a um ente ou representante.

Realmente se pode afirmar que no caso venezuelano os mecanismos de ruptura com a estrutura econômica excludente, historicamente constituída, foram acompanhados da concentração de poder nas mãos do presidente. Tal fato, entretanto, não pode ser compreendido como um endurecimento do regime, mas sim como um processo de quebra da hegemonia das elites econômicas no qual o fortalecimento da figura presidencial se fez necessário.

O marco deste fortalecimento da figura presidencial ocorreu no anúncio, pelo executivo, em cadeia nacional (13/11/2001), de 49 Decretos, propiciados pela polêmica Lei *Habilitante*, referentes a assuntos substanciais para a economia, a ordenação territorial e a organização da administração pública. Entre estas leis citamos: a Lei de Estímulo, Promoção e Desenvolvimento do Sistema Micro-financeiro; Transformação do Fundo de Inversões da Venezuela no Banco de Desenvolvimento Econômico e Social; Lei de Espaços Aquáticos e Insulares; Reforma Parcial da Lei Especial de Associações Cooperativas, Lei do Sistema de Transporte Ferroviário Nacional; Lei de Bancos; Lei de Zonas Costeiras, Lei Hidrocarbonetos³⁵, Lei de Pesca e Lei de Terras e Desenvolvimento Agrícola. Estas três últimas leis foram as mais emblemáticas e criticadas pelos setores empresariais e midiáticos.

As críticas a estas Leis foram vultosas. O setor empresarial, em especial, se manifestou denunciando o caráter inconsulto das mesmas. O então presidente da Fedecámaras – Pedro Carmona Estanga, afirmou na época que se encontrava nas leis o fio condutor de uma visão estatista e intervencionista que, desde logo, não satisfazia o empresariado. Chávez, por seu turno, reiterava que as leis eram necessárias para transformar as desiguais condições estruturais de algumas áreas econômicas e, frente às manifestações da oposição reafirmava

³⁵ A Lei de Hidrocarbonetos consiste na instauração de um marco legal que paralise a prática parasitária do capital privado que se “inverte” na indústria, fortalecendo em contrapartida o ingresso fiscal por via dos impostos de exploração.

que as “leis revolucionárias não eram negociáveis”. “*Leyes de Tierras y Hidrocarburos no están sujetas a modificación*” (*El Nacional*, 21/11/2001)³⁶.

Sobre a Lei de Terras, em especial, podemos afirmar que os resultados sociais foram importantes. Em conjunto com o Decreto 1.666 de 04 de fevereiro de 2002, relativo à regularização da posse de terras ocupadas por comunidades populares no campo e na cidade, esta Lei buscou a democratização da propriedade na Venezuela. Um dos pontos altos desta legislação corresponde à exigência, como contrapartida do processo de regularização das propriedades, da formação de Assembléias Populares, denominadas Comitês de Terra (Urbanos ou Rurais – CTU e CTR). Estes Comitês têm como incumbência mobilizar a população para delimitar e reconstituir a história do território pleiteado. Estes instrumentos impulsionaram uma intensa mobilização e gestão popular, com a finalidade de cumprir tais requisitos. Em 2005, a Oficina Técnica Nacional para Regularização da Terra (OTNRT), registrava a existência de seis mil CTUs – Comitês de Terra Urbanos, cobrindo uma população de cerca de um milhão de famílias, aproximadamente um quarto da população urbana pobre do país. Estimava-se também que cem mil títulos de propriedades já haviam sido conferidos (LÓPEZ MAYA, 2005).

Como visto, as ações do governo Chávez, ainda que fortemente criticadas pela oposição, produziram resultados positivos. Além destes resultados específicos, outros de natureza mais geral explicam parte da grande popularidade do mesmo com os setores excluídos da população. A pobreza extrema que atingia 20,34% da população em 1998 viu-se reduzida para 16,94% em 2001³⁷. O índice de Desenvolvimento Humano da ONU (IDH)³⁸, que registrava 0,691 em 1998, alçou para 0,779 em 2001. O investimento em educação como porcentagem do PIB que era de 3,38 em 1998, passou para 4,85 em 2001³⁹. Os investimentos em saúde, também como percentual do PIB, saltaram de 1,36 para 1,53, no mesmo período⁴⁰. A taxa de mortalidade⁴¹ infantil que era de 21,4 por 1000 nascidos em 1998, foi reduzida para 17,7, em 2001. O acesso à água potável que atingia a 80% da população em 1998 saltou para 85% em 2001, e 90% em 2004.

³⁶ Ver ANEXO E.

³⁷ Em 2002 e 2003, devido aos constrangimentos econômicos advindos das greves gerais, da paralisação do setor petrolífero e dos conflitos políticos estes resultados regrediram. Contudo, a partir de 2004 sua melhora foi ainda mais acentuada, chegando em 2007 com 9,4% da população em pobreza extrema.

³⁸ Valor considerado alto acima de 0,8. Em 2006, este índice se encontrava em 0,878. Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

³⁹ Fonte: Ministério do Poder Popular para as Finanças (MPPF).

⁴⁰ Fonte: Ministério do Poder Popular para a Saúde (MPPS).

⁴¹ Fonte: MPPF.

Entretanto, as dificuldades em devolver à classe média seu padrão de vida dos tempos de *boom* do petróleo, somadas ao enfrentamento às elites tradicionais – retórico e concreto -, bem como a crescente campanha em torno do suposto “caráter autoritário” do presidente, cercaram o governo de uma oposição com fortes motivações para o acirramento do conflito político.

3. Que oposição?

A Venezuela, no momento da ascensão de Chávez ao poder, se encontrava em uma condição de anomia política. Os partidos tradicionais não conseguiam mais representação no cenário político. O sistema partidário estava debilitado e não havia partidos – usando o conceito de Sartori (1982) – que tivesse “potencial de chantagem” para fazer frente ao governo. Em meio a esse cenário a oposição ao governo foi, de certa forma, peculiar, pois embora existissem partidos que se opunham ao governo do presidente Chávez, foram os setores econômicos (empresariado e entidades sindicais), eclesiástico e militar, além dos meios de comunicação, que tomaram a frente no processo de oposição a ele.

Embora a representatividade da oposição tenha sido reduzida no âmbito institucional e eleitoral, esta ainda contava com grande projeção na mídia (Romero, 2005: 211). Os meios de comunicação privados, como veremos, passaram neste contexto para além de seu papel de informar e, se constituíram em atores políticos significativos no desenlace das estratégias da oposição.

Como afirma Lins (1987), um grupo, num momento de crise, pode mobilizar um intenso e eficaz apoio e com uma série de meios pode tomar o poder ou pelo menos dividir a população em suas lealdades, o que pode levar a uma guerra civil. No caso venezuelano a mobilização da oposição com o apoio de setores poderosos da sociedade, promoveu uma grande polarização tanto no âmbito político quanto social.

Entre os setores que compunham a oposição⁴², Federação Venezuelana de Câmaras e Associações de Comércio e Produção (Fedecâmaras) e Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) destacavam-se como os pilares. Num momento oportuno, estes grupos

⁴² Destacamos como os setores da oposição: os gerentes de Fedecâmaras, CTV, setores da Igreja Católica, funcionários do departamento do Estado norte-americano, alguns generais do Estado das Forças Armadas, donos e diretores dos principais meios de comunicação social (*El Nacional*, *El Universal*, *Así es la noticia*, 2001, *Globovision*, *RCTV*, *Venevision*, *Televen*, *CMT*, e o *Circuito Union Radio*), partidos políticos (entre os quais citamos AD, COPEI, *Alianza Bravo Pueblo*, *Primero Justicia*, *Causa R*, *Proyecto Venezuela*, *Mas*, *Bandera Roja*) e organizações civis da classe média: *Queremos elegir*, *Ciudadania Activa*, *Fuerza Solidária*, etc.

empresariais e sindicais aproveitaram o conflito dos trabalhadores da estatal Petróleos de Venezuela SA (PDVSA) ⁴³ com o governo para transformar a mesma no outro ator de peso da oposição. Desde 2001 estes setores vão tomando corpo e em conjunto com setores da mídia e das Forças Armadas vão confluindo para um objetivo comum: inviabilizar o governo Chávez. Com o intuito de organizar e difundir suas ações, a oposição firma em março de 2002 o Pacto de Governabilidade⁴⁴. Tal pacto, de caráter transitório, declarava abertamente a inviabilidade de uma Venezuela com Chávez.

Ao lado do governo encontravam-se organizações sociais⁴⁵, representantes em sua maioria das populações de renda baixa e média, setores militares de baixa patente. Além de partidos como o MVR (organização política do presidente Chávez), PPT, PCV, *Podemos* (desmembramento do MAS), MEP, etc.

Podemos aqui afirmar que a oposição a Chávez e seu Pacto de Governabilidade, constituíam o reduto dos atores do Pacto de *Punto Fijo*, com a diferença de que nesta fase estes atores contavam com o apoio deliberado dos meios de comunicação de massa. Outro diferencial estava no fato de que o antigo pacto era liderado pelos partidos políticos tradicionais. Neste, a liderança explícita era empresarial, através de Fedecámaras e sindical, por meio da CTV.

A despeito das tentativas de institucionalização política dos setores sociais e econômicos que passaram a desempenhar o papel de oposição, estes não conseguiram ao longo dos primeiros anos do governo Chávez se estabelecer como alternativa política viável. Segundo Jimenez (2003, p. 52) “a não compreensão da oposição, das novas condições da sociedade venezuelana, explica a aparente carência de uma matriz de opinião alternativa à hegemonia construída desde o Pólo Patriótico”.

Esta dificuldade (ou impossibilidade) da oposição em estabelecer uma alternativa a Chávez, dentro da nova ordem estabelecida, impulsiona estes setores a empreender-se em cartadas mais ousadas, através de medidas que visavam não apenas derrubar o governo, mas toda a ordem estabelecida pela nova Constituição. Buscando a compreensão das estratégias da

⁴³ O conflito com os trabalhadores de PDVSA se deve, como veremos mais adiante, à nomeação, por parte do presidente, do novo grupo de diretores. A discussão dentro da empresa se dava em relação à natureza dessa nomeação, em que se alegava que se violentava a “meritocracia”, entendida pelos trabalhadores da empresa como o processo pelo qual os dirigentes deveriam ascender na indústria.

⁴⁴ O Pacto de Governabilidade era um acordo programático que visava à mobilização de diversos setores contra o governo Chávez. Neste pacto, setores da oposição agregam em seu discurso itens da pauta chavista como a necessidade da inclusão social e combate a pobreza. Com isto, a oposição buscava reduzir a hegemonia chavista nos setores populares (JIMENEZ, 2003).

⁴⁵ Dentre as organizações sociais pró-Chávez podemos citar os Círculos Bolivarianos, os Comitês de Terras Urbanas, organizações guardiãs de PDVSA, organizações de *buhoneros* (camelôs), cooperativas, sindicatos, as “*clases medias en positivo*” e outras. (LÓPEZ MAYA, 2005).

oposição neste contexto, é necessária uma análise mais detalhada dos principais grupos por trás dos movimentos anti-Chávez de maior repercussão, até 2004: Alta Gerência da PDVSA, Fedecâmaras e Meios de Comunicação.

3.1 PDVSA: a indústria petrolífera do Estado em oposição ao Governo

A Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) foi criada em 1975⁴⁶, no contexto da nacionalização da indústria do petróleo. Com a nacionalização desta indústria, o Estado passou a controlar grande parte da cadeia de produção do petróleo. O resultado deste processo foi a expansão da estrutura estatal com o fortalecimento financeiro do Estado (SERRANO, 2003).

A atividade petrolífera sempre foi e continua sendo de importância vital para a economia venezuelana. A exportação de petróleo consiste no maior gerador de divisas do país, bem como no sustentáculo de sua indústria interna e do próprio Estado. Os recursos originários da cadeia produtora do petróleo correspondem a algo em torno de 80% dos ingressos fiscais do país.

Ao longo dos anos, no entanto, esta empresa foi desenvolvendo uma autonomia administrativa que levou a constituição, por seus gestores, de um “Estado dentro do Estado”. Aos poucos o Estado, acionista majoritário da empresa, foi deixando o comando desta nas mãos de sua alta gerência. Crescia dentro da empresa uma “cultura corporativa” na qual a escolha dos dirigentes devia responder aos critérios meritocráticos e não políticos (SERRANO, 2003). Este corpo dirigente da empresa se via como outra classe política, a única capaz de administrar racionalmente a empresa. Assim, apresentavam a meritocracia como um dogma que colocava como slogan da empresa: “zero política”. Defendia-se que a administração da empresa não poderia sofrer interferência política ou partidária.

Devido a este descolamento do meio político, iniciado na década de 1980, a PDVSA, *“en el marco del imaginario colectivo venezolano, siempre ha sido vista como una isla de excelencia y calidad en el mar del desorden nacional. Incluso sus trabajadores se consideran a sí mismos como “depositarios de estas calidades”* (SERRANO, 2003).

⁴⁶ Criação da PDVSA: 30 de agosto de 1975, Gazeta oficial da Venezuela – Extraordinária – n. 1170. (SERRANO, 2003).

A este respeito, Parker (2003, p. 90) afirma que imperava na opinião pública a imagem de uma empresa moderna, eficiente, competitiva e bem-sucedida, um exemplo quase único. E, por esses aspectos, a PDVSA ficou à margem da crise estrutural e política que afetou o país. Este autor ainda afirma que esta imagem foi construída pelos dirigentes da empresa por meio de campanhas publicitárias, que reforçavam a eficácia administrativa dos procedimentos meritocráticos. Destacava-se também na manutenção desta imagem a existência de uma política que restringia as informações internas tanto ao público em geral, quanto ao próprio controlador da empresa – o Estado.

Com essa política adotada pela liderança da PDVSA, os governos foram tendo um papel cada vez menor no que se refere às definições da política petrolífera. Chegou-se a um ponto no qual o Ministério de Energia e Minas limitava-se a avaliar as políticas desenhadas pelos executivos da PDVSA, deixando, assim, de ter influência na formulação de tais políticas (PARKER, 2003).

O distanciamento entre os governos e a PDVSA intensifica-se com o processo de internacionalização⁴⁷ levado a cabo pela empresa. Segundo Serrano (2003), a internacionalização foi negativa para os interesses do Estado, pois a mesma aumentou a capacidades dos dirigentes da PDVSA em resistir passivamente às ordens do governo, especialmente àquelas concernentes ao patrimônio da empresa.

Com a aquisição de várias refinarias no exterior a empresa passou a inverter grande soma de seus lucros fora do País, o que possibilitava ainda maior autonomia a seus gestores frente aos governos nacionais (PARKER, 2003, p. 91). Com a internacionalização e a racionalização de sua administração a PDVSA abandona aos poucos o diálogo com a OPEP, alterando sua estratégia de produção. A empresa passa a ampliar sua produção, em detrimento dos preços. A consequência imediata desta opção aparece na redução dos ingressos fiscais. Enquanto a participação fiscal da empresa, em 1991, era 16% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1998, a mesma estava abaixo de 5%⁴⁸.

Com o advento do governo Chávez inicia-se uma forte guinada na política pública petrolífera. O novo presidente, desde sua campanha já apresentava sua percepção da importância deste setor para a consecução das reformas estruturais previstas em sua Agenda Alternativa Bolivariana. Serrano (2003, p. 21) afirma que pela primeira vez na história

⁴⁷ O processo de internacionalização começou quando a Venezuela passa pela crise de desvalorização da moeda, no chamado “*Viernes Negro*”, para fazer frente aos governos irresponsáveis no que se refere ao desperdício dos recursos. Tal processo consistiu na passagem de uma empresa “nacionalizada” para uma corporação estatal internacionalizada (PARKER, 2003, p. 91).

⁴⁸ Entre o período de 1999 e 2001 a participação fiscal (incluindo os recursos correspondentes a dividendos, regalias e imposto sobre a renda) começou a se recuperar chegando à média anual de 8,5% neste período.

venezuelana a matéria petrolífera tem espaço na Constituição, estando expressamente esboçada em quatro artigos da Carta Magna (Art. 12, 302, 303 e 311). Nesta, de acordo com Serrano, é reafirmado que as jazidas de minérios e de hidrocarbonetos encontradas em território nacional venezuelano são de propriedade do Estado, tendo em vista que constituem bens de domínio público.

A partir da nomeação de Ali Rodríguez para o Ministério de Energia e Minas, o governo iniciou sua busca pela retomada de um papel ativo na formulação e execução da política energética no país. O novo ministro pleiteava modificar a política herdada, voltando suas diretrizes para os “interesses nacionais”. O governo opta, inicialmente, por honrar os contratos internacionais, ainda que nocivos a seus interesses, limitando-se a modificar os termos dos novos contratos. Apenas em 2001, com a Lei de Hidrocarbonetos, são estabelecidas as relações com os investidores estrangeiros. Esta Lei, além frear a tendência de privatização da PDVSA amplia a participação do Estado nas atividades da cadeia petrolífera (PARKER, 2003). Aliado a estas diretrizes encontra-se o empenho logo no início do governo, em fortalecer as relações com a OPEP para alcançar uma rápida recuperação dos preços do petróleo no mercado mundial. Este aspecto configura-se no marco inicial da ruptura com o período anterior.

Estas políticas foram recebidas pela gerência da PDVSA como uma afronta a sua administração. Quando o presidente⁴⁹, fazendo uso de suas faculdades estabelecidas na Constituição Nacional, designou uma nova junta diretiva⁵⁰, desrespeitando o processo meritocrático de escolha de diretores, o conflito tornou-se latente. Embora estes novos diretores possuíssem todo um histórico dentro da empresa, não possuíam – segundo membros da alta hierarquia administrativa – os méritos nem o treinamento suficiente para dirigir a indústria estatal de petróleo. Para os meritocratas a escolha dos dirigentes deveria ser feita entre aqueles que estavam no ponto mais alto da administração da Empresa Estatal. Assim, a resposta da alta gerência, composta pelos meritocratas, foi não reconhecer a decisão tomada pela assembleia de acionistas da corporação (seguindo instruções do Chefe de Estado – acionista majoritário). A insubordinação da Alta Gerência da empresa foi acompanhada de uma campanha cujos slogans apontavam o repúdio à “politização da empresa” e a quebra do

⁴⁹ A medida tomada pelo presidente, exercendo seu papel de controlador da empresa, estava alicerçada não apenas nos estatutos da empresa, mas também na nova Lei Orgânica de Hidrocarbonetos (novembro de 2001) e na Constituição da República Bolivariana de 1999 (SERRANO, 2003, p. 59).

⁵⁰ A nova Junta Diretiva nomeada por Chávez tinha como membros Gastón Parra Luzardo – Presidente, Jorge Kamkoff Miller – vice-presidente, Alfredo Riera – vice-presidente, Luís Dávila – diretor, Carlos Mendoza Pottellá – diretor, Argenis Rodríguez – diretor, Felix Rodríguez – diretor, Jesus M. Villanueva – diretor, Clara Coro Fernández – diretor externo, Rafael Ramírez- diretor externo, e Arnoldo Rodríguez Ochoa – diretor externo. Ver: (SERRANO, 2003).

regime meritocrático: “Despolitizar a PDVSA”; “Meritocracia sí, Política no”; “PDVSA es Venezuela”; “Yo soy PDVSA”; “Salvemos a PDVSA”.

O acirramento do conflito entre o governo Chávez e alta cúpula gerencial da PDVSA está na raiz das principais mobilizações anti-Chávez que veremos na seção seguinte. Os gerentes da empresa apontavam a origem dos problemas como sendo a politização da empresa, trazendo ao público a dicotomia político *versus* meritocrático. O governo, por sua vez, sustentava suas posições na defesa de mudanças na política petrolífera visando restabelecer o controle público sobre a mesma.

Para Serrano (2003), se por um lado o governo cometeu erros, principalmente ao acirrar os ânimos promovendo demissões de gerentes em rede nacional de televisão, as políticas por ele implementadas eram fundamentais para por fim aos privilégios de uma elite corporativista que há anos controlava a empresa. Neste sentido, a razão da propagação de conflitos envolvendo a empresa encontrava-se no fato de que:

En los veinticinco años de Petróleos de Venezuela ningún gobierno se habría atrevido, con valor y osadía, a abrir la “caja negra” que siempre constituyó PDVSA, ‘cuna de inauditados misterios financieros y ofensivos privilegios en un país empobrecido’. El intento por destapar esa ‘caja negra’ en que se sustraen y se transfieren hacia harcas privadas foráneas ingresos e activos del Fisco Nacional, y de la propia empresa, fue lo que realmente provocó los conflictos petroleros de abril y diciembre de 2002 (SERRANO, 2003, p. 9).

Como veremos a oposição ao governo Chávez se utilizará fortemente dos conflitos internos na PDVSA em seus intentos contra o presidente. Neste sentido, a importância estratégica desta empresa para a economia e a política do país colocará o desenlace destes conflitos como peça chave na sustentação do governo.

3.2 Fedecámaras: o empresariado na oposição

A Federação Venezuelana de Câmaras e Associações de Comércio e Produção (Fedecámaras) foi fundada em 1944, como uma entidade de representação empresarial, que reunia os três grandes setores da economia: o agrícola, o comercial e o industrial (ARENAS, 2005).

Como vimos durante o período *puntofijista*, a legitimidade do regime foi construída através de uma série de mecanismos de negociação e pactos de interesses entre o Estado e os diversos setores sociais, representados por suas entidades, dentre estas a Fedecámaras. Esta estrutura de relação do Estado com grupos de interesse constituía, nos termos de Rey (1988), um sistema semi-corporativo de participação. O empresariado organizado na Fedecámaras se inseriu neste sistema fortalecendo seus vínculos com os governos e, assim, propiciando as condições para satisfazer seus interesses de classe. De acordo com Gomez Calcaño (1996), a Fedecámaras conseguiu manter um importante grau de autonomia política frente aos partidos e ao Estado. A ela foi concedida “participação em quase todas as instâncias de decisão que compunham a estrutura do governo” (ARENAS, 2005, p. 351).

No entanto essa autonomia foi perdendo peso, na medida em que a dinâmica semi-corporativa se fragmentava. O enfraquecimento do poder da Fedecámaras se tornou ainda mais visível com as mudanças nas regras do jogo econômico e institucional empreendidas por Carlos Andrés Pérez, em seu segundo mandato, com um programa de ajuste de corte neoliberal. Além, das transformações ocorridas no sistema semi-corporativo, a fragmentação e as divergências de interesses dentro do próprio empresariado implicaram na redução do potencial de influência e pressão da representação empresarial.

Assim, *“la representación institucional histórica de intereses del empresariado, encarnada en Fedecámaras, disminuye con lo cual su capacidad para influir efectivamente en el proceso de formulación de políticas públicas se reduce significativamente”* (ARENAS, 2005, p. 353). A esse respeito Arenas (2005) aponta a necessidade da adequação das decisões políticas às novas regras do jogo, impostas pela dinâmica do mercado como um dos aspectos da redução da influência desta entidade. O aumento do número de empresas multinacionais, com capacidade de relacionar-se individualmente com o poder público, bem como a divergência de interesses entre setores empresariais também compõe o quadro de debilitação do sistema semi-corporativo e, conseqüentemente, da importância política da Fedecámaras.

Com a crise política dos anos 1990 e o advento do governo Chávez, a debilidade da representatividade da Fedecámaras se faz ainda mais intensa, criando um clima de impossibilidade de acordos entre o governo e o empresariado.

A maioria dos empresários não havia apoiado Chávez durante sua campanha eleitoral. Em geral a aversão desta classe ao candidato respondia à imagem de autoritário e antidemocrático que ficou ligada a ele desde o fracassado golpe liderado pelo mesmo em 1992. Quando Chávez é eleito, entretanto, diante de sua popularidade, grande parte do empresariado reduziu o tom de suas críticas, aguardando as primeiras medidas do novo

presidente. Porém, as primeiras medidas de Chávez, já no processo de redação de uma nova Constituição, fizeram com que estes empresários reiniciassem forte campanha contra o novo presidente, apontando seu projeto de governo como um risco à propriedade privada e às liberdades civis.

Na mobilização contra as ações de Chávez, as possíveis divergências setoriais entre os empresários são deixadas à margem. E, a Fedecámaras passa a assumir um importante papel como porta voz do empresariado na oposição ao governo. Neste sentido, a Fedecámaras *“como ente que reúne al empresariado nacional, sus cámaras y asociaciones, tiene un área de influencia numerosa para propagar su posición contraria ante el proyecto de Constitución aprobado por la ANC. El organismo empresarial cuenta con 242 cámaras afiliadas, que representan a 500,00 empresas privadas, aproximadamente”*. (*El Universal*, p. 02, 23/11/1999). Em outras palavras, a enorme estrutura da entidade que estava estagnada é reabilitada visando fazer frente ao “Projeto Bolivariano” de Chávez.

Segundo Arenas (2005, p. 356), o divórcio entre o governo e o empresariado já se mostrava na ausência do primeiro mandatário – Hugo Chávez – nas Assembleias Anuais de Fedecámaras desde 1999. Tendo em vista que nestas convenções participaram pontualmente cada um dos presidentes ao longo do período democrático que se iniciou em 1958, tal fato pode ser considerado significativo.

O marco do confronto entre o governo e a Fedecámaras, entretanto, deu-se com a utilização pelo presidente do artigo 236 da Constituição de 1999 que lhe outorgava o poder, por meio da chamada “Lei *Habilitante*”, de promulgar decretos com força de lei em áreas prioritárias para a economia nacional. Com base neste instrumento legal, o presidente promulgou, em novembro de 2001, 49 decretos com força de lei. Segundo Arenas (2005), a revolta do empresariado se deveu ao fato de o executivo não ter consultado os atores afetados, antes da promulgação das Leis. Assim, a Fedecámaras em aliança com a CTV convocou uma paralisação contra as chamadas “Leis *Habilitantes*”. Estas organizações acusavam o presidente de utilizar a habilitação fornecida pela Assembleia para governar de forma autoritária, desrespeitando os mecanismos de interlocução com a sociedade civil.

O empresariado também se revoltou com a ação do governo, em abril de 2001, de aumentar o salário mínimo em 10% sem antes recorrer ao processo de consulta com os diversos setores, através da chamada “Comissão Tripartita”. Esta comissão foi criada pelo presidente Rafael Caldera em 1996, para a fixação de preços e salários. Vale ressaltar que este tipo de comissão já existia em governos anteriores. O empresariado afirmava que esta mesma Comissão Tripartite deveria ter sido envolvida nos debates sobre a Reforma da Lei de

Seguridade Social, para que atores importantes, como os trabalhadores organizados na CTV e o empresariado, representados pela Fedecámaras, pudessem emitir suas opiniões.

Segundo Arenas (2005, p. 358), “*La posición del Ejecutivo revelaba la voluntad del gobierno de soslayar la opinión de los grupos organizados históricamente como Fedecámaras y la CTV*”. Neste sentido, a confrontação entre governo e Fedecámaras correspondia à busca por parte do governo em se desprender das relações corporativistas que existiram nos governos anteriores, o que confluía para a criação de um novo corporativismo, cuja distinção do primeiro encontrava-se no caráter estatal deste último. Para Arenas (2005), o regime “chavista” “*se ha dispuesto a construir organizaciones empresariales desde arriba*”, incitando a formação de novas organizações sindicais e patronais, nas quais se apontava a existência de forte ingerência do Estado. O surgimento de organizações ligadas ao governo aguçava ainda mais o conflito com as tradicionais entidades representativas.

Na medida em que a Fedecámaras aumentava o tom das críticas ao governo e iniciava uma campanha pela inviabilização do mesmo, os quadros em torno do presidente respondiam desqualificando a entidade. O governo buscava colar a imagem da mesma à crise do Pacto de *Punto Fijo* do sistema político do final dos anos 1980.

No cerne da questão encontrava-se a luta do poder econômico e das elites corporativas tradicionais para fazer valer sua influência dentro do poder público. Nem o empresariado, nem a estrutura tecno-política da Fedecámaras aceitavam a autonomia do governo na tomada de decisões que lhes afetassem diretamente.

3.3 A relação: meios de comunicação x Governo Chávez

Antes de abordar propriamente as relações dos meios de comunicação com o governo Chávez, cabe uma breve exposição sobre a importância destes meios na política moderna.

De acordo com a análise de Bernard Manin (1995), as transformações do papel dos meios de comunicação na arena políticas levaram ao que o autor denomina de “democracia de público”. Esta democracia é o terceiro estágio de um processo político de formação de “tipos” de governo representativo⁵¹ desenvolvido pelo autor.

⁵¹ Os outros dois tipos de governo representativo, exposto por Manin (1995), são respectivamente: o “parlamentar” e a “democracia de partido”. O chamado modelo parlamentar apresentava uma forte estrutura de confiança pessoal. Contudo, com o crescente aumento do tamanho do eleitorado tornava-se difícil à sustentação

A “democracia de público” surge no contexto em que os partidos buscavam se consolidar enquanto partidos de massas. Neste contexto os mesmos tinham a prerrogativa da organização das eleições e até da expressão da opinião pública, através, por exemplo, de manifestações ou campanhas pelos jornais⁵². No entanto, com o sufrágio universal, esses partidos necessitavam de meios capazes de divulgar e fazer chegar suas mensagens a todos os rincões. É, neste sentido, que se torna possível contextualizar o terceiro tipo de democracia representativa apresentado por Manin: a chamada “democracia de público”. Neste formato de democracia os resultados eleitorais já não refletem mais preferências ideológicas ou programáticas dos partidos. Ocorre uma grande personificação dos candidatos e os resultados eleitorais passam a ser, cada vez mais, instáveis. O nome “democracia de público” é escolhido pelo autor justamente porque em sua visão o eleitor é visto como uma plateia diante do palco da política. Os meios de comunicação passam a ter papel fundamental tanto na construção das imagens dos políticos, quanto na percepção da opinião pública por parte destes. Estes “tipos” definidos por Manin de governo representativo combinam-se perfeitamente com o processo do desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação. Portanto, parece clara a afirmação de que tal desenvolvimento possui forte influência nos desdobramentos das democracias.

Os meios de comunicação tornaram-se a principal fonte de notícia sobre política e governo para o público. Nas palavras de Miguel (2000, p.66)

os meios de comunicação são tanto o principal canal de acesso dos cidadãos às informações de que precisam para agir na esfera política quanto o principal instrumento dos líderes políticos para a divulgação de suas mensagens, projetos, temas para a agenda pública, em suma, para a batalha política crucial, a construção de vontades coletivas (ou dito de outra maneira, a luta pela hegemonia).

Como consequência, surge uma competição entre os meios de informação e os funcionários do governo para controlar a agenda, ou seja, o controle da ordem dos acontecimentos e como estes serão apresentados. Swanson (1995), diante desse contexto, afirma que estamos vivenciando uma “*democracia centrada en los medio*”.

En mayor o menor medida, prácticamente todas las democracias se han visto afectadas el centro de su vida gubernamental y política por

desse modelo. Neste período são fortalecidas as organizações partidárias e os eleitores passam a votar em candidatos que carregam cores partidárias, por isso o nome dado por Manin de “democracia de partido”.

⁵² No que se refere à imprensa, segundo Manin (1995), na “democracia parlamentar” havia uma imprensa de opinião, porém vinculada aos interesses de seus proprietários. Na “democracia de partido”, verificamos, ainda, uma imprensa de opinião, contudo, esta passa a ter um caráter partidário. Já na “democracia de público”, a imprensa passa a ter um caráter mercadológico e “apartidário”.

la ascensión de los medios de comunicación de masas, de los expertos en comunicación y sondeos y de estrategias sofisticadas de comunicación. (SWANSON, 1995, p.5).

Segundo Miguel (2002b, p. 171), “o controle sobre a agenda e sobre a visibilidade dos diversos enquadramentos alicerça a centralidade dos meios de comunicação no processo político contemporâneo”.

Como visto, os meios de comunicação constituem-se na modernidade em um meio de fundamental importância para os regimes políticos. O caso da Venezuela, no entanto, pode ser apontado como *sui generis*, no que se refere à atuação dos meios de comunicação no cenário político. Pois, embora em muitos casos, a mídia tenha influenciado a opinião pública através da mediação de determinados interesses partidários. No caso precisamente do governo Chávez, não foram os partidos, senão os meios de comunicação privados, juntamente com o empresariado e os sindicatos que estiveram à frente das tentativas para derrubá-lo. Em outras palavras, os meios de comunicação não apenas moldavam as imagens dos atores envolvidos no jogo político como eles próprios adentraram a arena como protagonista deste jogo.

A atuação dos meios de comunicação nos atentados contra o governo Chávez foi de tal forma significativa que seu papel constituiu não só como mediador, mas também como o meio formulador das estratégias da oposição contra o governo do presidente Chávez. Tal fato é tão reconhecido que o golpe empreendido contra este governo em abril de 2002, foi chamado de “Golpe Midiático”. Como aponta a cientista social venezuelana Lopez Maya (2004, p.107) os meios privados de comunicação, usando seu enorme poder midiático, “*trascendieron su rol de mediador de información para trastocarse en actor político de decisiva influencia dentro de este polo*”.

Dentro deste contexto, a estratégia utilizada pela oposição, sediada nos meios de comunicação privados, foi estigmatizar e denegrir a figura do presidente Chávez, com o único objetivo de promover a saída do mesmo da presidência. Para tanto, construíram uma campanha midiática para produzir nos cidadãos (ou melhor dizendo, no público) a crença de que a única solução ao conflito do país seria a renúncia – por destituição ou via constitucional - do presidente Chávez e de seus aliados do governo. Esta campanha dava-se através de intensas afirmações de caráter geral ou dogmático, que deslegitimavam as ações do governo e de seus seguidores (KAISER, 2003, p 232).

El proyecto emprendido por la oposición a través de los medios de comunicación social es la salida de Chávez. Este proyecto debe erigirse como universal, por lo que pasa por la eliminación total del Otro, aquel que no está de acuerdo con tal proyecto porque no se siente identificado con él.

De este modo se borran las diferencias y se obvia, dentro del discurso de los medios, cualquier referencia a esa parte de la población que no cuadra dentro del proyecto universal. Para los medios, toda Venezuela quiere la salida de Chávez; y por eso instauran un discurso orientado hacia tal fin, un discurso que no haga referencia al pasado (en este caso al momento fundacional del chavismo y a su legitimidad democrática), sino más bien un discurso orientado hacia el futuro (Chávez caerá mañana). (KAISER, 2003, p. 239)

Esta extrema mobilização política nos meios de comunicação acarretava na ausência de informações imparciais e confiáveis. Em outras palavras, os donos dos meios de comunicação deixaram de atuar como informadores dos eventos, para atuarem como produtores dos mesmos. McCoy (2005) afirma que durante os conflitos entre 2001 e 2004, em especial no Golpe de Estado de abril de 2002, na mídia estatal e nas mídias privadas “pintavam retratos radicalmente diferentes dos mesmos eventos” na Venezuela. Enquanto nos meios estatais apontavam tal episódio como um golpe. Nos meios privados enunciavam o mesmo como uma “*toma legítima y necesaria del poder por parte de la oposición*” (KAISER, 2003). Este fenômeno deixa claro a partidarização e a politização nos meios de comunicação do país.

Segundo Kaiser, as informações transmitidas pelos meios de comunicação que não estavam comprometidos com o projeto da oposição eram desvirtuadas e estes meios (a exemplo do jornal *Le Monde Diplomatique*) eram desprestigiados.

A nosso ver, além das razões óbvias que explicariam a ativa atuação nos meios de comunicação privados contra o governo Chávez – o afrontamento deste último aos principais poderes econômicos, patrocinadores destes meios; as especificidades do contexto e do próprio presidente também possuem importante papel. Neste sentido, vale destacar a visão da socióloga venezuelana Maryclen Stelling (2002), quando afirma que com a crise de representação dos partidos *puntofijistas*, o regime venezuelano havia ingressado definitivamente no sistema de democracia de opinião. Neste sistema, como visto, a televisão, as rádios, os diários, um indivíduo, um grupo ou um líder carismático possui mais influência que um partido político. Essa configuração apontada pela autora coincide com o conceito de “democracia de público” de Manin (1995).

Neste contexto de crise dos partidos e dos instrumentos tradicionais do jogo democrático, a variável comunicacional torna-se peça fundamental. Hugo Chávez logo capta a importância desta variável, dirigindo-se constantemente à população com seu modo carismático e intimista de comunicar. Desta forma, acaba construindo com os setores populares uma linha direta de diálogo através dos meios de comunicação, como já observado

em seu programa televisivo dominical *Alô Presidente!*. Aos setores descontentes com o governo, a utilização dos meios de comunicação aparece como o mais eficaz mecanismo disponível de informação, mobilização e convocação para suas ações.

Impossibilitados de pressionar o governo por dentro da estrutura do Estado, estes setores encontraram nas ruas e principalmente nos jornais e na TV o espaço para demonstrarem sua insatisfação e imporem mudanças ao (no) governo.

4. Atores políticos em conflito: reações antidemocráticas em defesa da democracia

Como foram destacadas neste capítulo, as políticas do governo Chávez, nos mais variados campos, não corresponderam ao modelo pactuado e consensual predominante nos governos que o antecederam. O cumprimento das promessas de campanha de romper com o Pacto de *Punto Fijo*, retirando do poder os setores sociais que o sustentava, transformou o espaço político venezuelano em uma arena de conflitos.

Desde o processo de convocação de uma Assembléia Constituinte – promessa de campanha do candidato Chávez – governo e oposição iniciou um duelo no qual radicalismo de parte a parte colocaria em risco a manutenção da ordem legal durante os próximos anos. O ano de 2001, em particular, foi marcado por uma deterioração da situação política do governo Chávez. Segundo Jimenez (2003, p. 55), houve uma série de desequilíbrios em distintos âmbitos: no político devido ao surgimento de atritos internos ao Pólo Patriótico sobre questões como a estrutura de poder do bloco governista até o modo de relacionamento com a oposição democrática. No econômico as dificuldades apareciam na redução das reservas internacionais e no desaquecimento da economia, mediante a redução do consumo interno. Ainda na esfera institucional, as já tratadas Leis *Habilitantes* estavam no centro das críticas ao governo. Entre esse ano e 2004 os atores sociais e políticos que não aceitavam o projeto do novo presidente, se reuniram na oposição que, com o objetivo comum de forçar a saída do presidente Chávez, colocaram em prática as estratégias insurrecionais – como o Golpe de abril de 2002 e a Sabotagem Petrolífera entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003.

A divergência entre oposição e governo teve um ponto de inflexão em dezembro de 2001, quando a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV) – órgão sindical máximo controlado pela oposição – e Fedecámaras promoveram uma greve nacional de 12 horas contra as políticas governamentais, especialmente no que se refere às Leis *Habilitantes*.

A ideia destes atores era instalar um governo de transição ou ao menos por em xeque o governo de Chávez. A campanha da oposição esteve amparada nos meios de comunicação privados. Chávez, por sua vez, reforçava sua defesa deslocando a acusação de antidemocráticos aos seus opositores, por estarem conspirando para derrubar um governo democraticamente eleito.

O fato é que o governo – certo ou errado – havia tocado em pedras fundamentais da relação entre o Estado e organismos civis ou autônomos, como a PDVSA. A ambição de socializar a democracia levou o governo a afrontar interesses poderosos, como visto no caso da Lei de Terra que instaurou o conflito no campo. Ou ainda, na decisão de retomar o controle estatal da PDVSA, o que gerou o descontentamento de sua alta gerência “meritocrática”. Ou, a reversão do processo de privatização da empresa petrolífera e da internacionalização da exploração do petróleo, o que trouxe insatisfação aos setores multinacionais. Pesou ainda, o caráter estatista da nova Constituição, afrontando setores políticos, acadêmicos, empresariais, entre outros defensores da supremacia do modelo neoliberal. Estes aspectos aliados à retórica agressiva e polêmica do presidente; à sua utilização de instrumentos considerados autoritários e; principalmente, à sua relutância em criar canais de diálogo com os setores ligados ao regime semi-corporativo do período anterior, levaram setores da oposição a não verem vantagens no comportamento legalista.

Desta forma, entidades e organismos, que durante décadas haviam sido reconhecidos por sua defesa à legalidade e à democracia, não encontravam mais meios de satisfazer seus interesses dentro da nova estrutura institucional do país. Neste sentido, com o governo Chávez ocorreu uma inversão do quadro visto na crise do *puntofijismo*. Durante a crise dos anos 1980/90, os setores sociais não incorporados no sistema semi-corporativo não encontraram mecanismos de realização de suas demandas. A saída encontrada foi romper com o sistema apoiando um candidato tão avesso àquela ordem que havia sido o protagonista de uma tentativa de golpe em 1992. A democracia minimalista havia se constituído em um fardo pesado para estes setores, daí seu consentimento com soluções antidemocráticas. Neste novo momento são os setores dominantes do antigo regime que não encontram mecanismos institucionais para a realização de seus interesses. É para eles, agora, que a democracia “participativa e protagônica” torna-se um fardo pesado demais. São eles que apoiarão e se empenharão em quaisquer saídas externas ao regime “chavista”, ainda que antidemocráticas.

4.1 O golpe de abril de 2002

Em 10 de dezembro de 2001, a oposição ao governo Chávez – capitaneada por Fedecámaras, CTV, setores da classe média e da cúpula militar – organizaram uma paralisação em protesto contra os decretos promulgados com base na Lei *Habilitante*. Especialmente a Lei de Terra havia gerado grande revolta nos grandes proprietários de terra. As respostas inflamadas de Chávez às críticas da oposição acirravam ainda mais o conflito⁵³. Esta mobilização possibilitou às forças de oposição uma unidade organizacional até então não encontrada. Seria o primeiro passo para a mobilização destas forças nas ações insurrecionais de 2002.

Ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2002 as forças da oposição encontrariam na política de *calles*, instrumento típico dos protestos populares dos anos 80 e 90, um mecanismo de enfrentamento ao governo. Em 23 de janeiro, foi realizada uma primeira grande marcha da oposição pela “democracia e pela liberdade”, contra o governo Chávez. O grande comparecimento à marcha efetivou o uso deste mecanismo. Em quatro de fevereiro, aniversário da tentativa de golpe realizada por Chávez em 1992, o governo convocou uma marcha que reúne mais de 600.000 pessoas. A oposição também promoveu manifestações vestindo-se de luto, com participação mais reduzida. Neste episódio, ficou clara a atuação política dos representantes dos grandes meios de comunicação, que até então haviam agido discretamente, na oposição ao governo. O jornal de circulação nacional *El Universal* intitulou sua matéria sobre a marcha dos governistas como “*El Circo de Chávez presenta...*”⁵⁴ e com relação à manifestação oposicionista sentenciou “*La ciudad se vistio de negro*”⁵⁵. Estava marcado o tom dos próximos meses.

No início de abril, a alta gerência da PDVSA, revoltada com as políticas do presidente para a empresa, se mobilizou para uma paralisação da produção como forma de protesto. A revolta dos gerentes ocorreu devido, principalmente, à ruptura do presidente com uma tradição “meritocrática” de escolha dos diretores. Também os revoltou o acordo firmado com Cuba para fornecimento de petróleo à ilha e o realinhamento do país à OPEP. Por sua vez, ações intempestivas do presidente, como a demissão, num programa de TV, de diversos diretores da empresa, contribuíram para a radicalização dos ânimos. Em nove de abril a

⁵³ Em seu programa semanal de televisão *Alô Presidente!* Chávez afirmou que “O mercado não era Deus” e que “A propriedade privada não era sagrada”, afrontando seus adversários das entidades patronais.

⁵⁴ Ver ANEXO A.

⁵⁵ Ver ANEXO B.

paralisação de 24 horas decretada pela PDVSA foi acompanhada por empresas e apoiada pela CTV e pela Fedecámaras.

Nos dias seguintes uma série de marchas, a favor e contrárias ao governo tomaram as ruas do país. Concomitantemente, governo e meios de comunicação travaram uma luta midiática (Contreras, 2005). No dia 11 de abril a primeira página do jornal *El Nacional* anunciava o clímax do combate - “*La Batalla Final será en Miraflores*”⁵⁶. Os meios de comunicação em geral convocavam os cidadãos à marcha que se encontraria no edifício da PDVSA (Contreras, 2005). Esta marcha oposicionista que exigia a renúncia de Chávez teve sua rota desviada na última hora para o Palácio Miraflores, onde se encontravam manifestantes favoráveis ao governo. O conflito entre os blocos de populares acabou em assassinatos de parte a parte. Daí em diante a atuação na mídia⁵⁷ foi decisiva para o desfecho largamente conhecido da madrugada de 12 de abril, quando o presidente Chávez foi destituído do poder, sendo empossado como novo chefe de Estado, Pedro Carmona Estanga – até então, presidente da Fedecámaras. No intuito de conferir legalidade ao processo, os golpistas apresentaram um documento segundo o qual o presidente Chávez teria destituído de seu cargo o vice-presidente Diosdado Cabello e todo o corpo ministerial, para em seguida renunciar ao seu cargo.

O governo de *facto* assumiu o comando da nação baseado no documento: *Acta de Constitución del Gobierno de Transición Democrática y Unidad Nacional*. Dentre seus principais artigos, lidos diante de lideranças nacionais⁵⁸, destacavam-se além da nomeação do novo presidente, a supressão do termo Bolivariano do nome da República da Venezuela, a dissolução da Assembleia Nacional⁵⁹, a destituição de todos os titulares dos poderes públicos federais. Tal documento ainda outorgava ao novo presidente poderes para remover e designar ministros, governadores e prefeitos. As 49 leis promulgadas em novembro de 2001 por meio da Lei *Habilitante* foram revogadas.

Ainda, antes da posse do novo governo, as forças que tomaram o poder promoveram uma verdadeira caça às bruxas. Foram realizadas detenções e perseguições contra membros

⁵⁶ Ver ANEXO F.

⁵⁷ Além das inúmeras publicações que descreveram a distorção dos fatos ocorridos no confronto das marchas, os filmes “A revolução não será televisionada” de Bartly e O’Brian, 2003; e “*Puente Llaguno: Claves de una masacre*”, de Angel Palácios (2004) demonstram como os representantes dos meios de comunicação dissimularam a informação visando acusar o presidente pelas mortes ocorridas.

⁵⁸ Firmaram o decreto que instalou a nova ordem – o cardeal Ignacio Velazco pela Igreja Católica; Luis Enrique Ball Zuloaga pelos empresários; pelos partidos políticos o representante do COPEI José Curiel; pelas ONGs Rocio Guijarro; pelos meios de comunicação Miguel Angel Martinez; pelos governos regionais Manuel Rosales; pela Fedecámaras Carlos Fernandez; pelos comerciantes Julio Brazón; pelos bancos Ignacio Salvatierra e; pela CTV, Alfredo Ramos.

⁵⁹ Segundo o documento seriam convocadas eleições para a formação de uma nova Assembléia em dois meses.

do governo deposto, simpatizantes do MVR, trabalhadores de organizações sociais e meios de comunicação alternativos, além de integrantes de círculos bolivarianos. O Ministro de Interior e Justiça do governo Chávez, Ramón Chacín e o governador do Estado de Guarico, Eduardo Manuitt Carpio também foram detidos.

A visualização do caráter autoritário do incipiente governo deixou claro que a meta dos golpistas não se resumia em destituir o presidente e “reaver a democracia”, como afirmavam. Seu propósito era exclusivamente retomar o poder.

Na manhã do dia 12, os principais jornais do país não haviam escondido seu posicionamento quanto aos acontecimentos da madrugada anterior. “*Se acabo!*” dizia em manchete o jornal *El Universal*⁶⁰. “*Chao Hugo*” cobria a capa do *Tal Cual*⁶¹.

O governo de *facto*, contudo, não duraria mais que 48 horas. Grandes manifestações populares em conjunto com a decisiva atuação de setores legalistas das Forças Armadas restituíram Chávez ao poder ainda na madrugada de 13 para 14 de abril. O presidente que havia ficado incomunicável durante o breve governo de Carmona, discursou à nação em tom conciliatório.

Hago un llamado de verdad a la unidad de los venezolanos, a la unidad respetándonos las diferencias, hago un llamado a la cordura, hago un llamado al entendimiento, hago un llamado a la Iglesia Católica, Apostólica y Romana, a la Iglesia Evangélica, a las religiones. Hago un llamado a los empresarios del sector privado, hago un llamado a los partidos políticos, a todos. Hago un llamado a los dirigentes de esos partidos, a los dirigentes sindicales, hago a un llamado a los dirigentes empresariales, hago un llamado sobre todo- y agarro la cruz- hago un llamado a los dueños de los medios de comunicación. ¡Por Dios! Reflexionen pero de una vez, este país también es de ustedes, yo también tengo que reflexionar muchas cosas. (...) Así que vengo dispuesto a rectificar donde tenga que rectificar, pero no sólo debo ser yo el rectificador, todos tenemos que rectificar muchas cosas para que volvamos a la calma, al trabajo, al empuje y a la construcción de la Venezuela bolivariana (CHÁVEZ, 2005, p. 228 – TOMO IV).

Vale ressaltar que em 14 de abril de 2002 não circulou nenhum jornal no país, exceto, Últimas Noticias. O presidente Chávez após esse discurso mais conciliador, no dia seguinte, em 15 de abril, em sua primeira conferência de imprensa, pediu perdão aos proprietários das empresas comunicacionais por tê-los agredido verbalmente em outra ocasião⁶². No entanto, a possibilidade de conciliação com estes setores havia se tornado impraticável diante do grau de polarização política e social em que já se encontrava o país.

⁶⁰ Ver ANEXO C.

⁶¹ Ver ANEXO D.

⁶² Ver: Cañizalez, A. e Correa, C. Informe 2002 e 2003. *Venezuela: situación del derecho a la libertad de expresión e información*. Fundación Konrad Adenauer.

4.2 Sabotagem Petrolífera (dezembro de 2002 – fevereiro de 2003)

Como vimos, um conjunto de episódios e processos no período de 2002 foram se somando para mais uma estratégia insurrecional por parte da oposição: uma paralisação geral, especialmente da PDVSA.

Segundo Lopez Maya (2005), depois do golpe de abril de 2002 até a Sabotagem ou greve geral convocada pela oposição em dezembro de 2002, mantiveram-se as mobilizações tanto das marchas oposicionistas como das marchas de apoio ao governo. Enquanto a oposição, através da *Coordinadora Democrática* (CD), convocava uma marcha todo mês no dia 11, recordando a data do golpe empreendido pela mesma, as bases bolivarianas, em resposta, convocavam outra, todo dia 13, relembrando o retorno de Chávez ao poder. Nas palavras da autora, “estas mobilizações evidenciavam um crescente uso da violência por parte dos adversários políticos toda vez que elas terminavam com saldo de feridos e até mortes” (2005, p. 270).

Além dessas mobilizações, a CD iniciou ainda nos últimos meses de 2002 uma mobilização, buscando a realização de um referendo consultivo sobre a renúncia do presidente (ROMERO, C., 2005). No início de novembro, após um encontro violento, no centro de Caracas, entre aliados do governo e defensores do referendo, as tensões agudizaram (LÓPEZ MAYA, 2005). Enquanto a CD pressionava o Conselho Nacional Eleitoral pela realização do referendo, foi instalada uma mesa de negociações coordenada pelo secretário geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)⁶³, César Gaviria, buscando uma saída para a crise que se arrastava ao longo dos anos.

Como medida para pressionar o governo a aceitar a realização do referendo, a CD organizou uma paralisação geral denominada *Paro Cívico* para o dia 02 de dezembro, dois dias antes da data limite para um acordo na mesa de negociações coordenada por Gaviria. A oposição justificava a paralisação pelo fechamento dos espaços democráticos realizados pelo governo⁶⁴. Este, por sua vez, afirmava que tanto a paralisação quanto a proposta do referendo não passavam de novos intentos golpistas.

Antes da data acordada para o encerramento das negociações tanto o governo quanto a oposição abandonaram a mesa coordenada pela OEA. O clima tornou-se mais tenso quando

⁶³ O secretário geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), César Gaviria era pressionado pela oposição a Chávez para ativar a Carta Democrática desta instituição contra o regime chavista. Ao mesmo tempo Gaviria buscava um acordo entre governo e oposição para a realização do Referendo Consultivo.

⁶⁴ Afirmação feita por Timoteo Zambrano, representante da oposição em entrevista ao jornal *El Universal* em 24/11/2002.

gerentes da PDVSA admitiram paralisar as operações da empresa durante o Paro Cívico. O temor de desabastecimento assustava a população. Temor este que era reforçado pelos meios de comunicação. Luis Giusti, ex-presidente da empresa petroleira, afirmou em entrevista publicada com destaque no jornal *El Universal* de 24 de novembro de 2002: “*Si PDVSA va al paro el país colapsa en una semana*”⁶⁵.

No dia 02 de dezembro, iniciou-se a mais terrível paralisação por parte da oposição que ficou conhecida como *Paro Sabotaje Petrolero*. A paralisação – sabotagem segundo o governo – que tinha previsão inicial de durar 48 horas, foi se prorrogando dia após dias até o dia 09 de dezembro de 2002. Data esta, em que a mesma foi prorrogada indefinidamente “até a queda de Chávez”. Em 19 de dezembro, o Tribunal Supremo de Justiça ordena a imediata retomada de funcionamento da indústria petroleira e seus derivados. O não acatamento da ordem pela CD coloca a paralisação à margem da lei (LÓPEZ MAYA, 2003).

No caso da paralisação, como no golpe de abril, os meios de comunicação cumpriram significativo papel na divulgação dos eventos e mobilização dos opositores. A manchete de capa do *El Universal* de 10 de dezembro “*Hasta que se vaya*”⁶⁶ ampliava a pressão sobre o presidente. Algumas redes de televisão chegaram a abrir mão de horários a serem vendidos para apresentarem informes relativos à paralisação (KAISER, 2003).

O êxito do movimento opositorista foi visto na quase paralisação da economia nacional. Pararam não apenas os setores comerciais e industriais, como também a maior parte da gerência operativa da PDVSA, os capitães de sua Marinha Mercante e praticamente toda sua frota de navios tanque – responsáveis pelo escoamento das exportações de petróleo (LÓPEZ MAYA, 2004). Praticamente, apenas os setores informais mantiveram suas atividades o que gerou o desabastecimento de muitos itens básicos à população.

O presidente, entretanto, mesmo diante de toda esta pressão, não dava sinais de que fosse recuar. Ao contrário, convocava seus apoiadores a ocuparem as ruas para defenderem a empresa petrolífera (CHÁVEZ, 2005 – TOMO IV). Neste episódio a popularidade do presidente foi atestada diante da permanência do apoio das massas populares mesmo frente ao desabastecimento⁶⁷. Em meados de janeiro, já com fortes sinais de que os intentos da oposição não seriam alcançados as forças chavistas ampliam ainda mais sua mobilização. Nesta etapa já estava claro que o desabastecimento de produtos básicos – principalmente

⁶⁵ Ver ANEXO J.

⁶⁶ Ver ANEXO L.

⁶⁷ Nas marchas governistas surge um *slogan* que dá o tom da popularidade do presidente: “*Con hambre y sin empleo, con Chávez me resteo*”.

alimentos – não havia chegado aos níveis previstos pelos organizadores da paralisação, ficando a mesma concentrada na indústria petrolífera.

Aos poucos o governo foi conseguindo retomar a produção do petróleo. Dos 40.000 funcionários da PDVSA, quase 18.000 foram demitidos por abandono de emprego, quando a paralisação foi declarada ilegal. Novos funcionários foram contratados e a normalidade foi se restabelecendo, ainda que de forma bastante lenta. O fato é que o *Paro* nunca foi declarado interrompido por seus organizadores, mas foi agonizando até seu fim.

O saldo deste processo foi altamente favorável ao governo, pois a despeito, das perdas econômicas ocorridas, após a retomada das operações este alcançou definitivamente o controle sobre a PDVSA (BOERSNER, 2006). Além disso, as enormes perdas incorridas por setores da oposição promoveram uma desmobilização em seus quadros. Estas perdas foram sentidas principalmente pelas empresas, que após o final da paralisação registravam enormes prejuízos, quando não foram à falência. Outro fator que pesou negativamente às forças opositoras foi o comportamento das Forças Armadas, que diferente do ocorrido em abril, não apresentou cisões internas mantendo-se na defesa da legalidade constitucional (LÓPEZ MAYA, 2004).

A retomada dos índices de produção da PDVSA após fevereiro de 2003, também, serviram para legitimar a tese do governo de que a “meritocracia” não tinha relação com eficiência produtiva. Caso os antigos gerentes tivessem razão, nada explicaria a fácil retomada da produção após a demissão de quase 18.000 funcionários, a maior parte da alta cúpula administrativa da empresa (PARKER, 2003). Após estes acontecimentos o governo pode reafirmar sua política petrolífera. Foi ampliado o papel do empresariado nacional na cadeia produtiva do setor, tendo sido criado programas de participação de cooperativas e empresas comunitárias no fornecimento de insumos e manutenção.

Além disto, com a ampliação dos ingressos fiscais, resultado da “renacionalização” da empresa e da Lei de Hidrocarbonetos, o governo pode, sem aumentar a carga tributária, expandir seus programas sociais⁶⁸ e levar o Estado às regiões marginalizadas do país, o que resultou no aumento de sua popularidade (PARKER, 2003). Neste sentido, é possível afirmar, concordando com López Maya (2004), que os resultados do “*Paro Petrolero*”, diferente do

⁶⁸ Após o fracasso da paralisação na PDVSA, a partir de março de 2003, o governo criou uma série de programas sociais denominados Missões. Destaque dado às Missões Robinson I e II que lograram alfabetizar e conferir título de sexto grau a praticamente toda a população analfabeta do país. A Missão Bairro Adentro, que através de um convênio com Cuba levou médicos às regiões mais pobres do país, também foi muito bem recebida. Estes dentre outros programas como o *Mercal* (Mercado com produtos a baixo custo) marcaram o aprofundamento do aspecto social da “democracia bolivariana”.

golpe de abril de 2002, produziram um resultado político muito claro a favor das forças portadoras do projeto bolivariano.

Aos membros que ainda resistiram mobilizados na oposição restou reforçar a luta em torno da realização do referendo. Após o insucesso de saídas inconstitucionais ao governo Chávez, a CD se concentrou, a partir de então, no recolhimento de assinaturas para, por meio de um mecanismo constitucional, convocar um referendo revogatório do mandato presidencial.

4.3 Referendo Revogatório Presidencial de 2004

Na medida em que o governo retomava as operações da PDVSA a oposição reunida na CD percebeu o fracasso da Paralisação. Ainda em meados de fevereiro de 2003, mesmo sem interromper formalmente o protesto, setores menos radicais da oposição reiniciaram uma mobilização em torno da realização do Referendo Revogatório. Uma dissidência mais radical da oposição, que ainda defendia a utilização de mecanismos anti-democráticos para acabar com o governo Chávez, formou um novo grupo com o contraditório nome de “*Bloque Democrático*”.

Em maio de 2003, quando já se aproximava o fim da primeira metade do governo Chávez, houve um acordo entre o governo e a oposição, com os auspícios da OEA, do Centro Carter e do PNUD, de que se comprometeriam em encontrar uma saída para a crise política dentro da Constituição de 1999. A saída consensualizada exigia da oposição o recolhimento das assinaturas necessárias para a realização do referendo revogatório, conforme o artigo 72 da Constituição de 1999⁶⁹. Pode-se afirmar que “*este acuerdo abrió cauces para que la intensa conflictividad vivida desde fines de 2001 pudiera comenzar a procesarse por vías pacíficas e institucionales*” (LOPEZ MAYA e LANDER, 2005, p. 45).

Por duas vezes as assinaturas colhidas pela oposição não foram reconhecidas pelo CNE. Após a primeira campanha “*El Firmazo*” ter suas assinaturas não reconhecidas, a “oposição legalista” decidiu se empenhar num novo recolhimento de assinaturas conhecido como “*El Refirmazo*”. Neste período setores da oposição reunidos no “*Bloque Democrático*” realizavam movimentos de desobediência civil e de confrontação contra as forças do governo

⁶⁹ A realização do referendo em novembro de 2002, como pleiteava a oposição não era constitucional, pois o artigo 72 exige que já tenha transcorrido metade do mandato para que possam ser recolhidas as assinaturas.

protestando contra o não reconhecimento das assinaturas. Estes protestos, que ficaram conhecidos como “*El Guarimbo*”, culminaram em pelo menos nove mortes e dezenas de feridos (ROMERO, C., 2005). Apenas no início de 2004, o CNE reconheceu como válidas e suficientes as assinaturas apresentadas e convocou o Referendo Revogatório.

O Referendo Revogatório Presidencial foi realizado em 15 de agosto de 2004. A pergunta que os eleitores deveriam responder – com sim ou com não - era: *Esta usted de acuerdo com dejar sin efecto el mandato popular, otorgado mediante elecciones democráticas legítimas al ciudadano Hugo Rafael Chávez Frías, como presidente de la República Bolivariana de Venezuela para el actual período presidencial?*

Algumas pesquisas anteriores ao mês de agosto mostravam um cenário bastante polarizado, apontando ligeiras vantagens, hora para um lado hora para outro. A oposição, entretanto sentia-se vitoriosa por ter conseguido angariar as assinaturas. Algo em torno de 2,5 milhões de eleitores firmaram a petição aceita pelo CNE. Esta sensação de vitória transformou-se em otimismo, o que levou parte da oposição a iniciar, antes mesmo do referendo, conversações sobre o governo transitório pós-Chávez.

Divulgados os resultados, entretanto, o otimismo da oposição se mostrou equivocado. Novamente Chávez saiu vitorioso das urnas. O “não” recebeu 58,9% dos votos, contra 40,6% do “sim”. Nas eleições de 2000, Chávez havia recebido 59,8% dos votos, quase um ponto percentual acima de sua vitória no referendo. O diferencial, entretanto, ficou por conta da mobilização ocorrida em torno do referendo. Enquanto em 2000, os 59,8% de votos corresponderam a pouco mais de 3,7 milhões de eleitores; em 2004 votaram contra a revogação de seu mandato 5,6 milhões de eleitores. A oposição também passou dos 2,5 milhões de votos em 2000, para 3,6 milhões no referendo, o que mostra não apenas a mobilização do país, como a volta da crença nas instituições políticas perdida durante os anos 80 e 90.

A vitória contundente de Chávez ainda foi contestada por parte da oposição que afirmava, com base em suas pesquisas de opinião que apontavam para a vitória do sim, ter havido fraudes nas eleições. Tais protestos foram logo abafados pelo reconhecimento por parte das instituições nacionais e internacionais dos resultados apurados. A oposição, novamente saiu derrotada, agora por meio de um mecanismo institucional. Em certa medida, esta última cartada dos opositores, utilizando um mecanismo da democracia “direta” da Constituição de 1999, legitimou ainda mais o projeto bolivariano. A soberania popular, incitada pela própria oposição, confirmou sua satisfação com o governante e com as suas políticas. Estava encerrado, com uma grande vitória do governo, o período mais conturbado

pós-1999. Não estavam encerradas, contudo, as divergências e o enfrentamento entre a nova elite no poder e a elite “destronada”.

5. Conclusão

Neste capítulo vimos que houve na Venezuela um acelerado processo de reformulações nas estruturas políticas, econômicas e sociais do Estado, sob direção do presidente Chávez, em que interesses de setores conservadores e das classes empresariais (as quais há muito tinham o monopólio do poder) foram afetados.

Estas reformulações baseadas na Constituição de 1999 propuseram uma nova concepção de democracia definida como “participativa e protagônica”. Por meio delas, se propunha conferir ao Estado um papel mais ativo na solução dos problemas sociais. O regime democrático passa a ter necessariamente que apresentar respostas à exclusão social de grande parcela da população. Parcela esta que é incitada a participar ativamente do próprio processo de cidadanização ou inclusão.

O desenvolver deste processo não ocorre sem afrontar interesses econômicos e políticos comprometidos com o *status quo*. Esta afronta se faz muitas vezes por mecanismos que são considerados “autoritários” por não reconhecerem parte dos representantes destes interesses como interlocutores. O discurso deste atores aponta o governo Chávez como autoritário. Para os governistas, o que é considerado autoritário não seria mais do que a ativação de poder emanado do povo e o respeito à soberania popular, que retirava de uma minoria poderosa o controle efetivo do Estado.

Avaliando os movimentos e protestos organizados pela oposição, podemos afirmar que o que mais descontentou estes setores, com as primeiras medidas de Chávez, não foram os reflexos econômicos contrários aos seus interesses privados. O principal ponto de suas reivindicações residia na eliminação, pelo novo governo, dos canais de acesso ao Estado que possuíam sob o sistema semi-corporativo. De fato o que estes setores buscavam era retomar o controle das decisões. Por esta razão, a nosso ver, não demorou até que os mesmos direcionassem suas estratégias, não para enfrentar essa ou aquela decisão do governo, mas para inviabilizá-lo e, no limite, destituí-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos responder algumas questões cruciais para a compreensão da nova ordem observada na Venezuela a partir da Constituição de 1999. Mais precisamente: o porquê dos partidos tradicionais (AD e COPEI), considerados o carro chefe do processo *puntofijista*, não conseguirem responder à crise política e econômica da década de 1980 e quais os fatores que levaram a ruptura da ordem então vigente. Ainda, como compreender a vitória de Chávez nas eleições de 1998. Para, assim, respondermos quais fatores explicaria a reação dos setores econômicos ao governo Chávez de forma tão incisiva, inclusive por meios antidemocráticos, no período de 2001 a 2004.

A partir destas questões o trabalho foi estruturado de forma a remontar a história política da Venezuela desde os anos de 1950. No primeiro capítulo, uma breve sistematização das principais concepções teóricas de democracia nos permitiu contextualizar a ruptura representada pelo Governo Chávez como uma quebra de uma concepção minimalista de democracia na direção de uma democracia mais direta e participativa. Após esta contextualização foi possível, no segundo capítulo, entender as razões da deslegitimação dos atores do *Punto Fijo* durante os anos 80. A nosso ver, tal fato ocorreu especialmente devido ao enrijecimento das estruturas tanto partidárias como corporativas, o que não permitiu a flexibilidade necessária para alcançar as saídas para a crise. Neste sentido, foi possível compreender como um ator político externo ao regime ascendeu ao poder, ao captar a demanda popular por maior participação no processo decisório. A proposta de uma democracia mais ampla e social, rompendo com os pilares da democracia minimalista do período anterior, estão assim, na raiz do sucesso político de Chávez. Consideramos que apenas com base nestas respostas se fez possível explorar de forma satisfatória nossa questão central acerca das reações contra o governo Chávez.

Tendo em vista esta remontagem da história política venezuelana percebemos que não seria possível compreender os eventos ocorridos nos anos estudados, sem entender que os mesmos estavam inseridos em um longo processo que havia se iniciado com a construção do regime democrático liberal. Este mesmo processo atravessou a quebra desta democracia, culminando em sua ruptura com ascensão de Chávez em 1998. Analisar as manifestações e insurreições da oposição a Chávez, nos primeiros anos de seu governo, de forma desconectada deste processo leva a uma interpretação incompleta das mesmas.

A análise de todo o processo nos faz perceber que os atores que se perfilaram na oposição ao governo Chávez são, em sua maioria, os mesmos que pactuaram a construção da democracia liberal em 1958, e que mantinham o controle do Estado, até o início dos anos 90. Estes atores formavam a rede de entidades corporativas e partidos políticos que monopolizavam o acesso ao Estado.

O projeto de construção de uma “nova República”, encabeçado por Chávez, iniciou a substituição da concepção liberal e minimalista de democracia por uma concepção “participativa e protagônica” na qual a população teria voz ativa e o Estado o dever de atender aos seus pleitos. Os mecanismos de interlocução do Estado com a sociedade deixaram de ser mediados pelas entidades corporativas e pelos partidos. Com a nova Constituição são instalados mecanismos de comunicação direta da população com o governo. Este desalojamento do poder das entidades corporativas e dos partidos políticos, ocorrido com a nova concepção de democracia, esta na raiz das reações violentas da oposição ao governo Chávez.

A análise estática, desligada do processo completo, pode nos levar a conclusão de que a oposição a Chávez confrontava o caráter “autoritário” de seu governo. Algumas ações intempestivas do presidente, bem como sua retórica explosiva e personalista poderiam incentivar esta interpretação. A análise do processo como um todo, no entanto, nos leva a acreditar, que a meta dos setores oposicionistas era retomar o poder que haviam perdido nas urnas em 1998. Em outras palavras, quando a oposição apontava o caráter inconsulto das medidas de Chávez, ela se referia, na verdade, à eliminação dos mecanismos de comunicação com a sociedade, intermediados por ela própria. O que estes atores pleiteavam era voltar a dominar e determinar a formulação de políticas públicas, cumprindo o papel de representantes legítimos da sociedade.

Neste sentido, a concepção de democracia liberal minimalista atendia melhor aos seus anseios. Cumprindo toda a série de procedimentos formais na eleição de representantes esta elite corporativa poderia se perpetuar no controle do Estado. O povo votava, mas não governava. A concepção mais direta e social de democracia proposta pelo novo governo inviabilizou a permanência desta estrutura. A soberania popular ocupou o espaço da representação corporativa.

Diante do exposto, defendemos que a ação da oposição a Chávez não tinha seu fundamento no perigo de autoritarismo, apontado pela teoria como inerente à democracia social e participativa. O que a oposição reivindicava não era o respeito aos procedimentos da

democracia representativa, mas sim, os privilégios que a mesma poderia obter decorrentes desta concepção mínima de democracia para a sua articulação no poder.

Esta conclusão se alicerça no fato de que os atores da oposição, logo no início do governo, enveredaram em uma luta para inviabilizá-lo. Ou seja, logo que estes atores perceberam que as redes corporativas que os ligavam ao Estado foram cortadas, os mesmos não se preocuparam mais em pleitear meios de expressar seu descontentamento contra esta ou aquela decisão do governo. Sua estratégia de ação passou a ser: inviabilizar e derrubar o presidente e todo o seu projeto de país. Este fato ficou claro nos eventos de dezembro de 2001, abril e dezembro de 2002, além do referendo em 2004.

Como um processo complexo, os acontecimentos políticos da Venezuela não se encerram em 2004. Apesar da redução dos embates violentos e dos intentos golpistas da oposição a polarização ainda persiste no país. Uma análise de maior fôlego pode investigar as consequências do aprofundamento do caráter socialista do projeto de Chávez, defendido por seu governo nos últimos anos. Por sua vez pode-se debater a convivência de sua aspiração a mandatos sucessivos com alguns pressupostos democráticos. Enfim, são vastos os temas para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, Angel E. “El Estado y la Revolución <<Protagónica>>”. In: RAMOS, Marisa (ed.). *Venezuela: rupturas y continuidades del sistema político (1999–2001)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002.

AMORIM NETO, Octavio. “De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezolana à luz da experiência brasileira”. In: *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. VIII, nº2, 2002.

ARANGUIBEL, Alberto B. *Reflexiones chavistas*. Caracas: El Perro y la rana, 2007.

ARENAS, Nelly. “Languidece el corporativismo? De FEDECAMARAS a los nuevos actores empresariales en Venezuela”. In: CENDES. *Venezuela Visión Plural*. Tomo I. Caracas: CENDES, UCV, 2005.

ARENAS, Nelly e GOMES-CALCAÑO, Luis. *Populismo autoritário: Venezuela 1999-2005*. Caracas: CENDES, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BOERSNER, Demetrio. “Venezuela: polarización, abstención y elecciones”. In: *Nueva Sociedad*. Edición Especial, marzo de 2006.

BOHÓRQUEZ, Carmen L. “La experiencia del proceso venezolano actual”. In: Fornent-Betancourt, R. e Senent, J. (Eds). *FILOSOFÍA DE LA CONVIVENCIA. CAMINOS DE DIALOGOS NORTE-SUR*, Sevilla: Mad-Eduforma, 2004.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CHÁVEZ, Hugo. *El golpe fascista contra Venezuela*. La Habana: Ediciones Plaza, 2003.

CHÁVEZ, Hugo. “1999: Año de la Refundación de la República”. *Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías*. Tomo I, Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.

CHÁVEZ, Hugo. “2002: Año de la Resistencia Antiimperialista”. *Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías*. Tomo IV, Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.

CONTRERAS, Miguel Angel. “Del 11 al 13 de abril. Del efecto de una condena a la revuelta política: imaginarios en desacuerdo en una época de transición político-cultural”. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 11, n. 3, sept – dic., 2005.

COPPEDGE, Michael. “Soberanía Popular *versus* Democracia Liberal en Venezuela”. In: RAMOS, Marisa (ed.). *Venezuela: rupturas y continuidades del sistema político (1999–2001)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002.

DAHL, Robert. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: USP, 2005.

DAHL, Robert. A. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

DAHL, Robert. A. *Sobre a democracia*. Brasília: UNB, 2001.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DONSBACH, Wolfgang. “Contenidos, utilización y efectos de la Comunicación política”. In: MUÑOZ-ALONSO, A y ROSPIR, J. I. *Comunicación Política*. Madrid: Editorial Universitas, A.A., 1995.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: USP, 1999.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FUKUSHIMA, Kátia Alves. “A comunicação como uma variável significativa nas relações de poder”. In: RINCÓN, Omar. *Los tele-presidentes: cerca del pueblo, lejos de la democracia [crónicas de 12 presidentes latinoamericanos y sus modos de comunicar]*. Bogotá: C3, 2008.

GARCIA-GUADILLA, María Pilar. “Actores, Organizaciones y Movimientos Sociales en la Venezuela del 2000: Logros, Problemas y Desafíos”. In: RAMOS, Marisa (ed.). *Venezuela: rupturas y continuidades del sistema político (1999–2001)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002.

GARCIA MARQUES, Gabriel. "O enigmático Hugo Chávez". In: *Lê monde diplomatique*. Venezuela, agosto, 2000. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/imprima1803>. Acessado dia 30/01/2008.

GOMEZ CALCAÑO, Luis. "Existen nuevos liderazgos en la sociedad civil venezolana?". In: *Cuestiones Políticas*. n. 17, 1996.

GONZÁLEZ, Franklin. *40 Años de Democracia económica, social y política en Venezuela 1959-1999*. Caracas: IAEDPG, 2008.

GUEVARA, Pedro. *Estado Vs. Democracia*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1997.

GUTIÉRREZ, Edgard. *Fijando las reglas del juego*. Elecciones, partidos y leyes electorales en Venezuela 1958-2000. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2007.

HARNECKER, Marta. *Um Homem, um povo / Hugo Chávez Frías: entrevista concedida à Marta Harnecker*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Atica, 1994.

JIMÉNEZ, Juan Eduardo Romero. "Conflicto, espacio público, y cambios políticos de la democracia venezolana en el gobierno de Hugo Chávez (1998-2002)". In: *Revista Venezolana de Ciencia Política*, n. 24, julio-diciembre, 2003.

KAISER, Patricia. "Estrategias discursivas antichavistas de los medios de comunicación". In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. vol. 9, n. 3, 2003.

KARL, Terry Lynn. "El petróleo y los pactos políticos: la transición a la democracia en Venezuela". IN: O'DONNELL, G., SCHMITTER, P e WHITEHEAD, L. (Comps.). *Transiciones desde un gobierno autoritario*. América Latina. v. 2. Argentina: Paidós, 1988.

KORNBLITH, Miriam. "Crisis y transformación del sistema político venezolano: nuevas y viejas reglas de juego". In: ALVAREZ, A. *El sistema político venezolano: Crisis y transformaciones*. pp. 1-31. Caracas: IEP-UCV, 1996.

LEVINE, Daniel e CRISP, Brian. “Venezuela: Características, Crisis y Posible Futuro Democrático”. In: *América Latina Hoy*, no. 021, Universidad de Salamanca, España, abril, 1999.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LINZ, Juan. *La Quiebra de las Democracias*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia. A experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIPSET, Seymour M. & ROKKAN, Stein. “Cleavage Structures, Party System and Voter Alignments: an introduction”. In: Lipset, S.M. & Rokkan, S. *Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives*. New York: Free Press, 1967.

LÓPEZ MAYA, Margarita; GÓMEZ CALCAÑO, Luis; MAINGÓN, Thaís. *De Punto Fijo al Pacto Social*. Caracas: Acta Científica Venezolana, 1989.

LÓPEZ MAYA, Margarita. *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. Caracas: Alfadil, 2005.

LÓPEZ MAYA, Margarita. “Venezuela 2001-2004: actores y estrategias”. In: *Cuadernos del CENDES*, n. 56, mayo-agosto, 2004.

LOPEZ MAYA, Margarita. “Movilización, Institucionalidad y Legitimidad en Venezuela”. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 09, n. 1, enero-abril, 2003.

LOPEZ MAYA, Margarita e LANDER, Luis E. “Referendo Revocatorio y Elecciones Regionales en Venezuela: Geografía Electoral de la Polarización”. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 11, n. 1, enero-abril, 2005.

MCCOY, Jennifer. “O referendo na Venezuela: um ato em um drama inacabado”. In: *Novos estudos*, n 72. São Paulo: CEBRAP, jul./2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado dia: 20/09/2006.

MAGALLANES, Manuel Vicente. *Partidos Políticos Venezolanos*. Caracas: Tip. Vargas S.A., 1959.

MAINWARING, Scott, BRINKS, Daniel e PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. “Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999”. In: *Dados*, vol. 44, n.4, Rio de Janeiro, 2001.

MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Anpocs, n 29, out/1995.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARTA SOSA, Joaquín. “Dos Constituciones Cara a Cara: mucha revolución y pocos cambios. (El Conflicto de Poder en Venezuela y la Constitucionalización del Sistema Político en 1961 y 1999)”. In: RAMOS, Marisa (ed.). *Venezuela: rupturas y continuidades del sistema político (1999–2001)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002.

MARTZ, John D. e MEYERS, David J. *Venezuela: the democratic experience*. New York: Praeger, 1977.

MENDEZ, Ana Irene. *Democracia y discurso político: Caldera, Pérez y Chávez*. Caracas: Monte Ávila, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. “A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo”. In: *DADOS*. Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. “Os Meios de Comunicação e Prática Política”. In: *Lua Nova*, São Paulo, (55/56), 2002 (b). p.155-184.

MIGUEL, Luis Felipe. “Um ponto cego nas teorias da democracia: os Meios de Comunicação”. In: *BiB*, Rio de Janeiro, n49, 1º semestre de 2000. p. 51-77.

MOLINA, José. “Consecuencias Políticas del Calendario Electoral en América Latina: Ventajas y Desventajas de Elecciones Simultáneas o Separadas para Presidente y Legislatura”. In: *América Hoy*, n. 29, Ediciones Universidad de Salamanca, 2001(a), pp.15-29.

MOLINA, José. “El Sistema de Partidos Venezolano: De la partidocracia al personalismo y la inestabilidad. La des-institucionalización y sus consecuencias”. In: *Conferencia de 2001 de la Latin American Studies Association*, Washington DC, Septiembre 6-8, 2001.

MOLINA, José, y PEREZ, Carmen. “Los Procesos Electorales y la Evolución del Sistema de Partidos en Venezuela”. In: *Revista Cuestiones Políticas*, no. 22, Maracaibo, Venezuela, 1999.

NUNES, Filipe e SILAME, Thiago. “Estabilidade e Representação: um debate sobre a operação de instituições no Brasil e na Venezuela”. In: *Anais do FOMERCO*, 2007.

O'DONNELL, Guillermo. “Introdução a los casos latinoamericanos”. In: O'DONNELL, G., SCHMITTER, P e WHITEHEAD, L. (Comps.). *Transiciones desde un gobierno autoritario*. América Latina. v. 2. Argentina: Paidós, 1988.

O'DONNELL, Guillermo. *Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

OQUENDO, Luis J. González. “La meritocracia en PDVSA: la lógica subyacente de una discusión interesada”. In: *Revista Venezolana de Ciencia Política*, n. 24, julio-diciembre, 2003.

PARKER, Dick. Representa Chávez una alternativa al neoliberalismo? In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. vol. 9, n. 3, 2003.

PASTOR, Roberto Viciano e DALMAU, Rubén Martínez. *Cambio Político y Proceso Constituyente en Venezuela (1998-2000)*. Caracas: Vadell hermanos, 2001.

PENFOLD, Michael. “El colapso del sistema de partidos: explicación de una muerte anunciada”. In: CARRASQUERO, José, MAINGON, Thais (Eds.). *Venezuela en transición: elecciones y democracia 1998-2000*. Caracas: Redpol-CDB publicaciones, 2001.

PIERSON, Paul. “Path Dependency, Increasing Returns and the Study of Politics!”. In: *American Political Science Review*, 2000.

PRZEWORSKI, Adam. “Algunos problemas en el estudio de la transición hacia la democracia”. In: O'DONNELL, G., SCHMITTER, P. e WHITEHEAD, L. (Comps.). *Transiciones desde un gobierno autoritario*. América Latina. v. 2. Argentina: Paidós, 1988.

REY, Juan Carlos. *El futuro de la democracia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1998.

REY, Juan Carlos. “Democracia, desarrollo y redistribución en Venezuela”. In: *Pensamiento Iberoamericano*. Revista de Economía Política, Transición y perspectivas de la democracia en Iberoamérica, no. 14. Madrid, 1988.

REY, Juan Carlos. “Consideraciones políticas sobre un insólito golpe de Estado”. In: *Revista Venezolana de Ciencia Política*. no. 21, enero-junio, 2002.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. “Emergência do movimento operário na Venezuela. Paralisação Petrolera e Resistência na construção de uma identidade operária no processo bolivariano”. In: *XIII Encontro de História Anpuh – Rio*, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org>. Acessado em 15/03/2008.

ROMERO, Carlos A. “Venezuela: de um sistema político a outro”. In: *DEP: Diplomacia, Estratégia e Política / Projeto Raúl Prebisch*, Brasília, vol. 1, no. 2, Brasília, Janeiro/2005.

ROMERO, Aníbal. *Decadencia y Crisis de la democracia*. 3ª ed. Caracas: Panapo, 1999.

ROVAL, Renato. *Midiático Poder: o caso da Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Comunicação e Política*. São Paulo: Hacker, 2000.

SANTOS, Maria Helena de Castro. “Que Democracia? Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento”. *Dados*, vol.44, nº 4, p.729-771, 2001.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*. São Paulo, Ática, 1994.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SERRANO, Rafael Quiroz. *Meritocracia Petrolera*. Mito o Realidad? Caracas: Panapo, 2003.

STELLING, Maryclen. “Mediocracia ¿Crisis de representación o representación de la crisis?”. In: *Conferencia presentada en el Foro Mediocracia crisis de representación, organizado por la revista Comunicación*. Caracas, 2002. Disponível em: <http://www.voltairenet.org>. Acessado dia: 25/09/2007.

SWANSON, David L. “El campo de la comunicación política: la democracia centrada en los medio”. In: MUÑOZ-ALONSO, A. y ROSPIR, J. L. *Comunicación Política*. Madrid: Editorial Universitas, S.A., 1995.

VENEZUELA. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*, Caracas: Asamblea Nacional Constituyente, 1999.

VILLA, Rafael Duarte. “Venezuela: mudanças políticas na era Chávez”. In: *Estudos Avançados*, 19 (55), 2005.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001)”. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro e CARDIM, Carlos Henrique (org.). *Venezuela: Visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2000.

ANEXOS

ANEXO A: Jornal *El Universal* de 05/02/2002.

UNA SOLA FIESTA III Crónica de un espectáculo repetido

Payasos, saltimbanquis, declamadores, copleeros, bailarines,
políticos, diputados ministros y finalmente HUUUUUGO CHÁVEZ

El circo de Chávez presenta...

ROBERTO GIUSTI
EL UNIVERSAL

El mismo espectáculo de siempre pero esta vez en el majestuoso escenario del Paseo Los Próceres, cuyos dilatados espacios de heróicas dimensiones fueron utilizados como inmenso dormitorio colectivo, magna lección pública, asado patriótico (paschos, chorizos, morcillas, chinchurrias) y bolivariano, teatro de afonadizo, sala de fiestas, centro comarcal y gigantesco bazarero público.

La misma historia del humillante lanzamiento de sanduches a los hambrientos, de los autobuses dispersos por la ciudad para que no los cuenten, del pago a los necesitados para que hagan ruido, de los procesos de la revolución completamente ignorados por una multitudinaria que pregunta dónde está él, que no aparece.

Y es que después de 5 construcciones, en igual número de meses, los viajeros marfilinos se ven profesionalizado y más barato salida dejarse en Caracas y carnizarlos como activistas a sueldo, con pago de prestaciones. Sólo que a estas alturas las camionetas de Ali Primera no despiertan los bostezos y lemas como "No pasarán" se oyen gustosa, vacíos de costado.




El programa de celebración del 4º concluyó con la marcha y posterior concentración frente a Miraflores en la que se observaron escenas ya tradicionales: fervor patriótico y gigantesca movilización humana con los clásicos recursos censurados en la etapa y la

ANEXO B Jornal *El Universal* de 05/02/2002.

UNA SOLA FIESTA III Día de luto

En una jornada sin precedentes, cualquier objeto de color negro fue útil para protestar contra el Gobierno, mientras los afectos al Presidente celebraron con una marcha de Los Próceres a Miraflores

La ciudad se vistió de negro

MARISOL DECARLI S.
EL UNIVERSAL

"¿A mí, dame una e mi?" le preguntó una joven al señor que era luto negro en la pista Prados del Este, a las 7 de la mañana y, a 7 de que no había mucho, a la altura de Congreso, una gran cola, porque señores se atravesaban en los carros para colocar "adheritas" en las antenas en el día de luto.

Se comenzó una jornada que los no adiestros al regí apelaron a cualquier objeto de color negro y usaría como signo de luto a la celebración del día que, aparte de vestirse luto —sobre todo las mujeres—, los carroqueños pintaronojos sobre sus carros con fin blanco, mostraron pañales, copas, bufandas, capuchas, chaquetas y sombreros negros. Hubo algunas que por más allá y colocaron de sobre el techo de sus automóviles.

A demás temprano, los baños y ventanas se fueron llenando de sillas, banderas o las señoras, y muchos, con



ANEXO C Jornal *El Universal* 12/04/2002

EL UNIVERSAL

PREMIO NACIONAL DE PERIODISMO MENCIÓN DISEÑO - PREMIO A LA EXCELENCIA DE LA SND

VIERNES 12 DE ABRIL DE 2002, CARACAS, VENEZUELA - AÑO XCIII - Nº 33.316 - DEPOSITO LEGAL PP-10801DF43 Bs. 50

TERCERA EDICION

JORNADA DECISIVA // Chávez renunció y se entregó a las cuatro de la madrugada

¡SE ACABÓ!

Pedro Carmona Estanga presidirá la junta de Gobierno de transición

CHAVEZ ABANDONO MIRAFLORES
Hugo Chávez, despedido con las notas del Himno Nacional por algunos de sus ministros que lo acompañaron hasta última hora en el palacio de Miraflores, se entregó y fue trasladado al Ministerio de la Defensa. Previamente, el general en jefe de la Fuerza Armada, Lucas Rincón Romero, había informado sobre la renuncia de todo el Alto Mando Militar, informando que entregan los cargos a los oficiales designados por las nuevas autoridades. Rincón Romero pidió al pueblo que confíe en la PAN.

PRONUNCIAMIENTOS
El comandante general del Ejército, general de división Efraín Vásquez Velasco, pidió perdón al pueblo venezolano "porque la Fuerza Armada fue incapaz de cumplir su cometido y salió a la calle para combatir a los venezolanos. En el transcurso de la noche y la madrugada también fijaron posición en respaldo a la sociedad civil, la Guardia Nacional, la Fuerza Aérea Venezolana, y la Armada. Coincidieron en que es necesario buscar el camino de la conciliación y el diálogo.

CADENA, CADENA, CADENA
El presidente Hugo Chávez, en horas de la tarde, apareció en televisión y radio con un mensaje en el que minimizó las protestas, desmintió el rumor de que hubiera estado retenido por el Alto Mando, acusó de conspiradores a los organizadores del paro y de la marcha, hizo un largo recuento de la gestión de gobierno y alertó sobre los peligros de una confrontación. Para asegurar que su mensaje fuera oído, sacaron del aire las señales de los canales Venevisión, RCTV, Globovisión, CMT y Televen.

ANEXO D Jornal *Tal Cual* 12/04/2002

Tal Cual CLARO Y RASPAO

Diario: Teodoro Petkoff Viernes 12 de abril de 2002 Año 2 / Nº 493 Depósito legal: pp 200001CS346 Bs. 500

CHAO HUGO

Preso en Fuerte Tiuna
En la madrugada el ex presidente fue trasladado a la Comandancia del Ejército, donde se le acondicionó una oficina con cama

Exclusivo Los últimos minutos en Miraflores
¿Quién cerró la puerta? Los últimos acompañantes. Las caras más tristes. Los adioses

Carmona anuncia juicios
El presidente de la Junta de Gobierno, Pedro Carmona Estanga, señaló que serán enjuiciados los responsables de los hechos que detur-

Con mucha pena, causada en decenas de hogares venezolanos, y sin ninguna gloria, se acabó el régimen de Hugo Chávez. El arrogante Hugo Cadena, que difunde sus opiniones en su sitio en el año ma ansia de justicia, manipulándola para construir un poder personal y personalista, barnizado con una retórica balurda supuestamente revolucionaria, que no hizo otra cosa que dividir al país en nombre de que saquearon el tesoro nacional, no pueden quedar impunes. Pero docenas de personas que de buena fe acompañaron a esta empresa demencial y que no tienen responsabilidad de sus disparates ni de sus robos, no tienen que

Nicolás Pineda/TalCual

El Presidente sostiene que fueron suficientemente debatidas Leyes de Tierras y de Hidrocarburos no están sujetas a modificación

El jefe del Estado reconoce que en la vida hay "un conflicto social en toda expresión", pero atribuye la responsabilidad. "No he sido profundizando contradicciones, sino creando otras", dijo al afirmar que el Estado y sus acciones de gobierno no son las que generan controversias



El Presidente en la capital de origen de Los Teques, donde inauguró un edificio y conversó con los vecinos

NOELA LEÓN
El presidente Hugo Chávez anunció cualquier posibilidad de modificación en cuanto a las leyes de Tierras y de Hidrocarburos, pero insistió que ambas leyes fueron debatidas y votadas, que existieron la consulta de expertos nacionales e internacionales, así como la revisión de las leyes por comisiones parlamentarias relacionadas con estas materias.

Chávez indicó la existencia de una vida al nivel de la familia de acuerdo con los días, es la que genera constantemente el vegetal social de su vida de experiencias televisivas que van creando de manera de ser una oportunidad de vivir para después seguir a sus actividades en los medios televisivos y digitales de comunicación.

En materia de un convenio de diez leyes más políticas del paquete de reformas de la Constitución se dijo en una entrevista con el presidente Carlos Fernández Lora que el programa legislativo está en marcha.

El Presidente puntualizó que si existen algunas dudas acerca de las leyes de la Ley de Tierras, es posible que existan de modificaciones, como la que sugiere consultar una comisión de expertos, académicos y científicos, para que exista un espacio sobre la controversia legislativa agraria.

Para el jefe del Estado el país vive en un momento histórico para generar justicia en el campo, incrementando el nivel de seguridad alimentaria de la población y la producción agrícola, que es una de las áreas estratégicas de la economía para salir del medio petrolero y a partir de ahí pasar de crisis, crisis que genera problemas de salud.

Las Leyes de Tierras y de Hidrocarburos
Chávez puntualizó cualquier posibilidad de modificación en cuanto a las leyes de Tierras y de Hidrocarburos para el país. El presidente a una pregunta que le formuló Alberto Fernández Guevara, indicó que existen los mecanismos de consulta y que se trata de una legislación de avanzada, pero que la necesidad de revisar algunas leyes que existen en el país, como el caso de la Ley de Tierras, es una posibilidad que se debe considerar.

"Carlos Fernández, eres sospechoso"

Chávez, quien criticó de la constitución y la política, cuestionó la veracidad para explicar estas acciones que parecen formar parte de una estrategia que se ejecuta desde el nivel de los medios televisivos y el tratamiento "suscrito" que el presidente Carlos Fernández Lora, cuestionó por el hecho de haber estado en el país cuando se está creando una comisión de expertos.

En un momento de la conversación con los periodistas, el presidente dijo que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos, pero que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos.

Indicó de manera que se ha dicho que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos, pero que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos.

Sentencia lejana

La investigación de una ley, en este caso la Ley de Tierras y de Hidrocarburos, requiere un tiempo y a veces, requiere un espacio para poder ser debatida y votada en el Parlamento. El presidente Hugo Chávez puntualizó que si existen algunas dudas acerca de las leyes de la Ley de Tierras, es posible que existan de modificaciones, como la que sugiere consultar una comisión de expertos, académicos y científicos, para que exista un espacio sobre la controversia legislativa agraria.

En un momento de la conversación con los periodistas, el presidente dijo que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos, pero que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos.

Indicó de manera que se ha dicho que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos, pero que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos.

Indicó que un momento de la conversación con los periodistas, el presidente dijo que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos, pero que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos.

Indicó que un momento de la conversación con los periodistas, el presidente dijo que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos, pero que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos.

Indicó que un momento de la conversación con los periodistas, el presidente dijo que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos, pero que él no tiene nada que ocultar y que él está en el país para trabajar en la Ley de Tierras y de Hidrocarburos.

ANEXO F Jornal *El Nacional* 11/04/2002.



ANEXO G Jornal *El Nacional* 12/04/2002



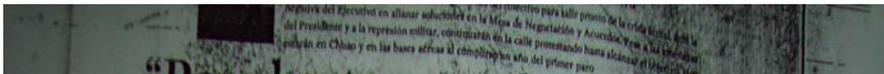
ANEXO H Jornal *El Nacional* 12/04/2002



ANEXO I Jornal *El Nacional* 13/04/2002



ANEXO K Jornal El Universal de 10/12/2002



"Paro hasta que salga Chávez"

LA RENUNCIA NEGOCIADA ES LA SALIDA

El comunicado difundido ayer por la Coordinadora Democrática recogió el espíritu del sector moderado que hace 10 días se fue por política, comprometido con la solución pacífica y democrática de la crisis.

Los criterios del sector radical no fueron recogidos por la comisión redactora, pues los responsables del texto consideraron que las posiciones de los grupos extremistas no eran consensuales con el pronunciamiento.

Tal y como se expresa en el documento, en la CD priva, por la fuerza de las acontecimientos, el convencimiento de que el referendo consultivo, como solución, fue rebasado, y la salida a la crisis política pasa por la renuncia del Chávez.

Del mismo modo tienen claro que no significa esto abrirles espacio a grupos de presión, con peso económico que buscan hacerse del control del país por la vía de una transición no estipulada en la Constitución y que por consecuencia situación hacia la institución de una Junta de Gobierno cívico-militar que busque el protagonismo en el tiempo.

La CD, en consecuencia, sustenta todos los escenarios, incluyendo la solución ideal, que pasa por la renuncia del mandatario, y la prosecución del gobierno constitucional con la negociación de un vicepresidente de la República que libremente garantice a todas las partes, con un mandato expreso de llamar a elecciones en un lapso preestablecido.

En este marco, coincide la propuesta de Bandera Roja, cuya dirección propone "la renuncia del Presidente y el adelanto de una transición constitucional a través de un acuerdo en la Asamblea Nacional para el nombramiento de un presidente provisional, la convocatoria en el más breve plazo de una elección para que sea el pueblo, en acto democrático y soberano, quien decida sobre el destino del país".

Resalta la necesidad de restablecer la gobernabilidad, fortalecer la Comisión de la Verdad, la reconciliación nacional, la FAN y el desarrollo de un programa de emergencia económica y social.

Coordinadora exhorta a no responder con violencia hechos de Altamira

ESTIA COMENZANDO

Al cumplirse el octavo día de paro nacional, la Coordinadora Democrática realizó un compromiso con una "salida democrática electoral" en la primera reunión en que las acciones del Gobierno pretendían impedir la posibilidad de la convicción. No obstante, expresaron su convencimiento de que "el cambio del pueblo padeciendo la alidéz de Hugo Chávez de Medianoche traza indeteniblemente", así como alertaron que "los venezolanos estamos obligados a entender que la defensa por la democracia, la vida y la libertad tiene hoy un día cada día duro y difícil".

En un comunicado, leído por Jaela Torrealba, de la asociación civil Asamblea de Educación y bienestar de la Secretaría Ejecutiva de la Coordinadora Democrática, este organismo alerta que "el atentado continuo no le podemos responder con violencia".

"No sería caer en la trampa del grupo de empuje de Venezuela que pretende sustituir una salida democrática por la imposición de un caso social, que nos permita justificar la reimpresión y el referendo definitivo en un régimen totalitario".

En señal de respaldo al pronunciamiento, participaron en el acto, además de los integrantes de la CD, miembros del equipo asesor de la comisión negociadora, así como los señalantes de este grupo.

"En todas las fuerzas democráticas del país se actúa en este momento desde el rol de la Viabilidad social misma de la República" y en particular a la fracción opositora "a vencer más muertes".

Los actos finales del Viernes 6 de diciembre en la ciudad de Caracas son la culminación de una evidencia de cómo los demonios de la violencia actúan para impedir una salida política y pacífica (...). No es sólo el pueblo quien tiró del gallo en Altamira. Aun mayor culpabilidad tiene el autor del discurso de odio que desprestia la vida humana por imponer un proyecto político. A la palabra divisors se la unió una estrategia de esclavitud de violencia que pretende ahogar en sangre la voluntad democrática de nuestro pueblo. El hijo de la familia venezolana por los caídos de la plaza Francia contrasta amargamente con el optimismo y la burla del Gobierno en este momento de dolor.

"Sin menoscabo de la realización de un referendo consultivo, cuya celebración es obligatoria por mandato constitucional de más de dos millones de venezolanos, son dos las opciones democráticas posibles para la realización de elecciones: la convocatoria del Presidente o la convocatoria a elecciones adelantadas, lo cual requiere una enmienda constitucional. La renuncia, que se ha convertido en una exigencia popular, tiene un mecanismo claramente resuelto en el artículo 233 de la Constitución y depende de un insuperable acto de dignidad y realismo político de Hugo Chávez (...). De las tres vías constitucionales para enmendar la Constitución: a solicitud del Presidente, a solicitud de la Asamblea o por iniciativa popular, la que consideramos más viable, dada la urgencia nacional, es a través de la Asamblea. Esta opción permitiría la realización anticipada de elecciones en muy breve plazo. Sea cual sea la salida



La Coordinadora Democrática alerta que la renuncia del Presidente es un "cambio popular" indispensable.

A las bases aéreas

El 7 de febrero, durante el paro nacional, se realizaron actividades en las bases aéreas de la Fuerza Armada Venezolana (FAV).

En la base aérea de La Cumaná, se realizó una reunión con los miembros de la FAV, donde se les informó sobre el estado de la crisis y se les exhortó a mantener la calma y a no responder con violencia.

En la base aérea de Maracay, se realizó una reunión similar, donde se les informó sobre el estado de la crisis y se les exhortó a mantener la calma y a no responder con violencia.

En la base aérea de Valencia, se realizó una reunión similar, donde se les informó sobre el estado de la crisis y se les exhortó a mantener la calma y a no responder con violencia.

PROPIA PARLAME SOBRE E CONSTITI

Los miembros de la FAV, en un acto de solidaridad, se comprometieron a no responder con violencia a los hechos de Altamira.

En un comunicado, se les exhortó a mantener la calma y a no responder con violencia.

En un acto de solidaridad, se comprometieron a no responder con violencia a los hechos de Altamira.

En un comunicado, se les exhortó a mantener la calma y a no responder con violencia.

INDUSTRIALES APOYAN LA

La Coordinadora Democrática, en un comunicado, agradeció el apoyo de las industrias venezolanas.

Las industrias venezolanas, en un acto de solidaridad, se comprometieron a no responder con violencia a los hechos de Altamira.

En un comunicado, se les exhortó a mantener la calma y a no responder con violencia.

En un acto de solidaridad, se comprometieron a no responder con violencia a los hechos de Altamira.

En un comunicado, se les exhortó a mantener la calma y a no responder con violencia.

"Ha nacido una nueva Venezuela, de manera clara y definida. No queremos que la reacción sea de endurecimiento, de radicalización del proceso"



A UN AÑO DEL IOD

Las industrias de alimentos procesados no mostraron sus máquinas. Representantes de la Cámara Venezolana de la Industria de Alimentos (Caviala) aseguraron que el paro en el sector se cumplió en más del 80%.

Esta Cámara afirma a 120 empresas procesadoras en todo el país y a 18 asociaciones agroindustriales. Más de 800 de las empresas que forman parte de

Templos cerrados

En el centro de la ciudad de San Francisco se cerraron los templos y se cumplió con las pautas de la mañana. Sin embargo, el párroco Epifanio Labrador tuvo que tomar la decisión de no atender a los fieles que se acercaban a pedir, que pretende dirigirse hacia el caso, sin imponerle el país, ni la sangre del pueblo. Le oprimamos el corazón cívico. Que no se equivoque el Gobierno: a la violencia no responderemos con violencia, pero no nos doblegaremos.

Labrador a la apertura del templo podría interpretarse como una posición de la orden frente al paro, lo negó rotundamente.

La Iglesia como institución no tiene posibilidad de influir en el paro nacional por el Gobierno. La Conferencia Episcopal es, asimismo, al margen, mientras que el arzobispo José I. Velasco declaró que se está tratando de un paro de

"El escudo nuestro cambia, momento, respondos act acelera frente ción d

ANEXO L Jornal *El Universal* de 10/12/2002